

DESCOLONIZAÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIAS À DISTÂNCIA DE MEIO SÉCULO

O REFERENCIAL



25 DE NOVEMBRO 50 ANOS DEPOIS



REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 159 | OUTUBRO – DEZEMBRO 2025

**NOVA
RECEITA**

**FAZ-SE
NUM MINUTO,
ADORA-SE
NUM SEGUNDO.**

DELTA
CAFÉS

4 EDITORIAL

Abril, caso único, Aniceto Afonso | 4

8 ABRIL | 51 ANOS

Abril é agora | 8

O voto em liberdade | 9

Concurso: História militar e juventude | 11

A A25A nas páginas do “El País” | 12

Activos, entusiastas e com espírito de Abril | 18

20 25 DE NOVEMBRO – 50 ANOS

25 de Novembro 50 Anos depois, Licínio Lima | 20

25 de Novembro revisto por protagonistas e académicos, José

Armando Lopes | 26

Exposição acompanhou o seminário | 34

Pograma | 35

36 ABRIL E OS JOVENS

Analfabetismo – O mais pesado fardo da ditadura, Fátima

Lopes Cardoso | 36

Educação em Portugal: do espartilho da ditadura à esperança na liberdade, Matilde Abrantes | 39

48 ABRIL – UM MUNDO NOVO

O Estado social e o Estado liberal, Armando J. Garcia Pires | 48

Um dia carregado de futuro (poema), Maria Virgínia

Rodrigues | 55

56 ABRIL – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

O 25 de Novembro na imprensa suíça, Reto Monico | 56

Portugal 1974-1976 na revista “Time”, Adelino Rodrigues da Costa | 68

Humilhação de Salazar | 73

74 ABRIL E AS INDEPENDÊNCIAS

Portugal foi o último país europeu a descolonizar, Aniceto Afonso | 75

Racismo em portugueses | 77

Guiné: Descolonização de um território, Jorge Golias | 78

Último telegrama (poema), Maria Virgínia Rodrigues | 85

Moçambique: de colónia a país, Aniceto Afonso | 86

Operadores das transmissões foram os últimos a partir, João Martins Alves | 94

Comentários na imprensa romanda, Reto Monico | 97

Angola: guerra e paz em 50 anos de história, Adelino

Rodrigues da Costa | 104

Vê lá o que dizes (poema), José Fanha | 107

Comissão ad hoc controlou a imprensa, José Alberto Nunes da Cruz | 108

“Perseguir Ilusões”, Reto Monico | 113

O 25 de Abril em Angola | 116

Timor: guerra civil, invasão e independência, Adelino Rodrigues da Costa | 118

124 ABRIL E OS ARQUIVOS

Abril e o arquivo histórico-militar, Joaquim José da Cunha Roberto | 124

132 HOMENAGENS

Carlos Alberto Vieira Monteiro (1935-2025): *Um homem do MFA* | 132

José Pereira de Moura (1948 – 2025): *Transmontano e cidadão do mundo* | 133

Luís Carlos Calceteiro Serafim (1950 – 2025): *Convicto apoiante dos ideais de Abril* | 134

136 BOLETIM

Actividades no Fórum Salgueiro Maia | 136

Homenagem a Josep Sánchez Cervelló | 140

142 LIVROS

2025: um ano de iniciativas editoriais | 142

“Otelo, o herético – do 25 de Abril às FP 25” | 145

“Memórias de um Capitão de Abril – o 25 de Novembro” | 146

Contra o Grupo dos 80 | 148

“Revolução – a construção da democracia portuguesa” | 149

“Arte, identidade e revolução – o 25 de Abril pelo prisma da cultura” | 150

ABRIL, CASO ÚNICO

Os militares que fizeram o 25 de Abril abriram a porta a uma profunda alteração política, social, económica e cultural de Portugal. Essa transformação só foi possível porque esses militares, os Capitães de Abril, publicaram, de imediato, um compromisso escrito sobre o que se propunham realizar, o seu Programa do MFA. Foi neste programa que se baseou a sua postura no pós-25 de Abril. O seu fim era libertar o povo português, pôr fim à guerra nas colónias e ajudar a criar as condições para a construção de uma democracia plural, após o que regressariam a quartéis. As tentativas de desvio foram sempre combatidas pela maioria dos capitães, que acabaram por levar a sua missão até ao fim, embora num prazo mais longo do que esperariam, sendo que tal não foi decisão sua, mas resultante de sucessivos compromissos com os partidos políticos

**TODOS
OS ACONTECIMENTOS
QUE OCORRERAM
ENTRE 1974 E 1982
SÃO A HISTÓRIA
DE UM PERÍODO
COMPLEXO
DA SOCIEDADE
PORTUGUESA**

protagonistas do período de transição entre 1974 e 1982.

A partir de então os militares, todos os militares incluindo os que fizeram o 25 de Abril, deixaram de ter participação no poder e reme-



ANICETO AFONSO

teram-se ao seu específico papel de membros das Forças Armadas ou deixaram de ser militares no ativo. A forma como todo o processo evoluiu e os acordos políticos e sociais que os militares de Abril assumiram são caso único nas mudanças de regime iniciados com um golpe militar. É por isso que se festeja o 25 de Abril, não só em Portugal, mas por todo o mundo. Todos os acontecimentos que ocorreram entre 1974 e 1982 são a história de um período complexo da sociedade portuguesa. Para o compreendermos só temos que o estudar e refletir sobre ele. Para os protagonistas, tanto militares como civis, esse é um tempo de realização, de intensa vivência e de memórias sempre presentes.

A partir de 2023 vem-se comemorando os 50 anos desse tempo de mudança, com a evocação dos acontecimentos mais relevantes, assim

**A PARTIR
DE 2023
VEM-SE COMEMORANDO
OS 50 ANOS
DESSE TEMPO
DE MUDANÇA,
COM A EVOCAÇÃO
DOS ACONTECIMENTOS
MAIS RELEVANTES**

como das conquistas civilizacionais que foram conseguidas ao longo deste meio século. De uma forma geral têm sido momentos de regozijo pelas mudanças conseguidas, acompanhadas pelas preocupações que nos incomodam

nesta nova época.

O *Referencial*, como órgão da Associação 25 de Abril, procura contribuir para os debates que a liberdade conquistada nos permite, defendendo os valores que a revolução portuguesa consolidou e que a maior parte da sociedade portuguesa defende. Empenhamo-nos também no propósito de acolhermos todos os capitães de Abril, assim como aqueles que defendem os mesmos valores e que queiram partilhar conosco a sua presença.

O número que agora apresentamos insere-se nesse propósito, com diversas abordagens de assuntos que realçam a atualidade, mas que também recuperam a história desta já longa época de grandes mudanças e conquistas.

Em primeiro lugar damos notícias de várias comemorações significativas que recordam o caminho feito durante este período e nos despertam para as discussões atuais que continuam a precisar do empenho de todos. Devemos destacar o seminário realizado pela Comissão para as Comemorações dos 50 Anos do 25 Abril na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 24 e 25 de novembro. Aí foram apresentadas e discutidas várias versões e interpretações dos acontecimentos, num encontro profícuo de vários protagonistas e estudiosos, que acabou por se constituir como uma oportunidade de conhecimento e discussão dos factos e da sua interpretação. A reportagem que incluímos neste número, da responsabilidade do nosso editor Licínio Lima e do nosso colaborador José Armando Lopes, ambos jornalistas, reflete bem as visões diversas e complementares do

programa do evento. De salientar também a referência à exposição que esteve patente durante a iniciativa.

Segue-se o tema habitual, mas muito acarinhado por nós, da participação de estudantes da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa na rubrica “Abril e os Jovens”. Desta vez apenas com um trabalho da estudante Matilde Abrantes com a coordenadora do tema, professora Fátima Lopes Cardoso, a introduzir o assunto abordado. Os dois textos recuperam o tema da Educação, sempre presente e sempre atual. Não podemos esquecer o percurso que fizemos, mas temos ainda muito caminho a fazer. Obrigado por desafiar os poderes e a sociedade a compreenderem a importância da educação no nosso futuro.

De seguida, o nosso coordenador do tema “Um Novo Mundo”, Armando J. Garcia Pires, oferece-nos um texto com o título “O Estado Social e o Estado Liberal”, em que regressa às origens ideológicas destes dois conceitos, analisando a situação atual. Os seus argumentos levam-no a concluir que “ao contrário do que os liberais defendem, a liberdade na sociedade humana só pode ser assegurada por um regime democrático em que não haja enormes desigualdades sociais e económicas. (...) A partir do momento em que as desigualdades aumentam, a democracia pode até continuar no papel, mas será ameaçada na prática, como de resto acontece actualmente nos Estados Unidos da América”. No tema “História e Memórias”, não podíamos deixar de relembrar o 25 de Novembro também

do ponto de vista da História e fazemo-lo com dois trabalhos de investigação sobre a imprensa da época. O primeiro, do nosso colaborador habitual Reto Monico que investigou a imprensa suíça para nos transmitir como nela foram noticiados esses acontecimentos. Com a lucidez dos jornalistas suíços a imperar, as figuras que merecem mais destaque são, sem dúvida, Costa Gomes, Otelo e Vasco Lourenço.

O segundo texto é uma investigação feita pelo nosso colaborador principal Adelino Rodrigues da Costa sobre “A Revolução portuguesa na revista *Time*”, chegando à conclusão que, no período 1974-1976, a *Time* analisou a situação portuguesa 60 vezes, algo que nunca tinha acontecido, nem voltou a acontecer, sendo que o período mais focado, mais de metade das vezes, ocorreu entre 11 de Março e 25 de Novembro de 1975.

Não faria sentido deixarmos de fora uma alargada referência aos 50 anos das independências dos novos países africanos, celebrados ao longo de 2024-2025, sendo o último o caso de Angola, em 11 de novembro de 2025. Dedicamos um dossiê especial a este assunto, com diversas abordagens. Começamos com uma abertura, seguindo-se textos sobre a Guiné, Moçambique, Angola e Timor. A todos os colaboradores que participam, Joana Gorjão Henriques, Jorge Golias, João Martins Alves, Reto Monico, Nunes da Cruz e Adelino Rodrigues da Costa expressamos o nosso muito apreço.

Uma palavra para o nosso colaborador Cunha Roberto, subdiretor do Arquivo Histórico Militar pela sua participação no tema “Abril e os

Arquivos”, cujo trabalho faz parte da nossa iniciativa de construirmos um roteiro sobre o 25 de Abril nos Arquivos portugueses. Prometemos continuar nos próximos números.

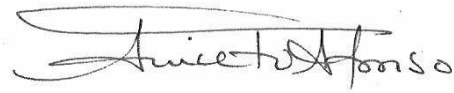
Distinguimos também os poetas que participam nesta edição, José Fanha e Maria Virgínia Rodrigues, que acrescentam sensibilidade e reflexão ao conteúdo da nossa revista. Bem hajam!

Lembramos ainda aqueles companheiros que nos deixaram neste período, prestando-lhes a devida homenagem, com o pesar que expressamos aos amigos e familiares de cada um.

O Boletim salienta a atividade associativa, incluindo as realizações levadas a efeito no fórum Salgueiro Maia e outras iniciativas internas.

Finalmente, no tema “Livros” continuamos a dar destaque às muitas edições vindas a público em 2025, não só através de uma relação bibliográfica de algumas dezenas de obras publicadas durante o ano, como através do comentário de algumas delas, que consideramos mais significativas.

A todos os que se empenham em continuar a fazer *O Referencial* e a privilegiar-nos com a sua colaboração deixamos a nossa muito sincera gratidão e o desejo de que continuem a participar neste projeto da Associação 25 de Abril, prestigiando-nos com a sua presença. Nunca será demais repetir que precisamos de todos.



ABRIL É AGORA

Iniciativa e Dinamismo na Defesa das Conquistas de Abril



A ASSOCIAÇÃO CULTURAL CULTRA, em parceria com várias entidades do movimento associativo e cultural, tem assinalado o cinquentenário do 25 de Abril e do processo revolucionário português através de diversificadas iniciativas. Dessa maneira, a associação pretende lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a actualidade desses dias de luta, de entusiasmo e de esperança, de onde se afirmou a democracia portuguesa. Porém, a associação tem salientado que “não se trata de uma nostalgia, de um suspiro de saudade”, nem de evocar um falso consenso sobre o passado, mas sobretudo de uma afirmação de cidadania, que contribua para desarmar as ameaças neoliberais e extremistas que são feitas às conquistas de Abril, porque, diz a associação, é urgente, porque “Abril é agora”.

De entre as iniciativas realizadas, destacam-se as sessões nas escolas e os “Debates de Abril”, em

que se salienta a conferência “As mulheres são revolução” realizada no dia 8 de Fevereiro de 2025, no Auditório do Palácio Galveias, em Lisboa, que contou com testemunhos de mulheres que participaram nas lutas durante o processo revolucionário português ou, como cantou Sérgio Godinho, que lutaram “pela paz, pão, habitação, saúde e educação”. No dia 22 de Fevereiro realizou-se, no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, o colóquio “Colonialismo e Reparações: Para Onde Caminhar”, no qual participaram vários especialistas.

Destaque, ainda, para o Arraial dos Cravos, na noite de 24 de Abril de 2025, no Largo do Carmo, em Lisboa. Tratou-se de uma festa popular de homenagem ao 25 de Abril envolvendo várias associações de carácter cívico e cultural. É também um apelo para que a chama dos ideais de Abril permaneça acesa na memória e na luta por uma sociedade mais justa e solidária.

O VOTO EM LIBERDADE

Exposição sobre as primeiras eleições livres em Portugal



A EXPOSIÇÃO *Haverá Eleições. 1975: as primeiras eleições livres em Portugal*, co-organizada pela Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril e pela Assembleia da República, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da RTP, foi apresentada em Lisboa nas instalações

da Fundação Calouste Gulbenkian e esteve patente ao público desde o dia 8 de Setembro até ao dia 2 de Novembro de 2025.

A exposição evoca as eleições para a Assembleia Constituinte realizadas no dia 25 de abril de 1975, que concretizaram um dos mais simbóli-



cos compromissos constantes do Programa do MFA, que anunciara “a convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto”.

Reunindo vasta documentação que inclui material audiovisual, fotografias, imprensa da época e outros documentos, a exposição faz um retrato do período intenso que se viveu antes, durante e após as eleições de 25 de Abril de 1975.

O êxito que a exposição teve em Lisboa, onde foi visitada por milhares de pessoas, levou a que fosse apresentada em Coimbra com o apoio da Câmara Municipal e do Convento de São Francisco, entre os dias 20 de Novembro e 22 de Fevereiro de 2026. A exposição está organizada em seis núcleos temáticos, que

retratam a história eleitoral em Portugal, destacando o limitado direito de voto antes do 25 de Abril, a promessa de eleições livres inscrita no Programa do MFA, o esforço para preparar um sufrágio com mais de seis milhões de eleitores inscritos, os dilemas e os conflitos que quase adiaram o acto eleitoral, a mobilização político-partidária feita pelos partidos durante a campanha eleitoral e os acontecimentos do dia da votação, incluindo a contagem dos votos e a noite eleitoral transmitida pela RTP.

O evento constitui uma importante iniciativa cultural e teve a curadoria da cineasta Catarina Vasconcelos e do politólogo Pedro Magalhães, tendo incluído um documentário de Cláudia Varejão, produzido pela produtora Terratreme Filmes, com apoio do Programa Democracia e Sociedade Civil, da Fundação Calouste Gulbenkian.

CONCURSO

HISTÓRIA MILITAR E JUVENTUDE

Iniciativa dirigida a crianças e jovens entre os 10 e 19 anos

A VI EDIÇÃO do Concurso História Militar e Juventude, subordinado ao tema **Descolonização e retornos (1975-1976)** está em curso desde 20 de Outubro de 2025 e decorrerá até 22 de Maio de 2026.

O evento é promovido pela Associação de Professores de História (APH) e pela Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), contando também com a parceria da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril e com o apoio do Plano Nacional de Leitura 2027, da Associação dos Municípios Portugueses, da Associação 25 de Abril e da Liga dos Combatentes.

Trata-se de uma iniciativa dirigida às crianças e jovens entre os 10 e 19 anos que frequentem o 2.º e 3.º ciclos e o secundário (regular e profissional), tendo como objectivo fomentar o gosto pela História Militar de Portugal.

Os trabalhos individuais, ou em par, bem como os trabalhos de turma, serão categorizados em diferentes grupos:

- A: 10-12 anos ou inscrito no 2.º ciclo;
- B: 12-15 anos ou inscrito no 3.º ciclo;
- C: 15-19 anos ou inscrito no secundário (regular ou profissional).

Os trabalhos são avaliados de acordo com vários critérios, incluindo o seu rigor histórico, a relevância das fontes, a criatividade e a qualidade da informação e clareza na exposição.

O prazo-limite para a entrega dos projetos escolares é estipulado segundo o grupo etário/ciclo dos seus autores: A – até 04 de maio; B – até 11 de maio; C – até 18 de maio.

Para mais informações, os interessados deverão consultar os seguintes portais:

APH

<https://aph.pt/13642-2/>

CPHM

<https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/comissoes/cphm/Documents/Regulamento%20Concurso%20HMJ2026%20.pdf>

A A25A NAS PÁGINAS DO *EL PAÍS*

Diário de Referência Espanhol Entrevistou o Coronel Vasco Lourenço

A polémica sobre as comemorações do 25 de Novembro teve uma significativa repercussão pública e foi muito comentada na comunicação social, chegando também a Espanha, onde o diário *El País* lhe dedicou uma alargada reportagem na sua edição de 2 de Dezembro de 2025, assinada pela jornalista Tereixa Constenla, a correspondente daquele jornal em Portugal.

Profunda conhecedora da política portuguesa, a jornalista sumariza na sua reportagem o processo revolucionário português e retrata a polémica criada pelo Governo com a celebração do 25 de Novembro, quando a evocação da história e da memória dessa data já estava programada pela Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, inclusive com a participação do Presidente da República num colóquio que veio a ser realizado nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

O entrevistado é o coronel Vasco Lourenço, presidente da Direcção da Associação 25 de Abril que, naquela data do ano de 1975, era um

destacado membro do Grupo dos Nove e o recente comandante da Região Militar de Lisboa. O presidente da A25A, além de defender que a equiparação do 25 de Novembro de 1975 ao 25 de Abril de 1974 constitui “uma tentativa de revisionismo histórico”, pois as duas datas não podem equiparar-se, como pretenderam fazer o Governo e a Assembleia da República numa evidente cedência à extrema-direita e aos saudosistas do antigo regime.

O facto do jornal de referência espanhol ter dedicado uma tão alargada reportagem aos acontecimentos mostra como os valores de Abril, que também foram inspiradores da transição democrática espanhola, são apreciados no país vizinho e daí que a jornalista tenha escrito que *“la llegada al poder de una coalición conservadora está alimentando una nueva interpretación histórica que trata de agrandar el significado del 25 de noviembre de 1975 y empuqueñecer el día de abril de 1974 que abrió la puerta a la libertad”*.



Vasco Lourenço, en la sede de la Asociación 25 de Abril en Lisboa, el 18 de noviembre. JOÃO CARLOS

Vasco Lourenço, único superviviente de la dirección del movimiento militar que acabó con la dictadura portuguesa, rechaza la visión del pasado del Gobierno conservador

Un capitán de la Revolución de Abril contra el revisionismo

TEREKA CONSTENLA
Lisboa

La historia tiene dos grandes depredadores: el desconocimiento y la manipulación. El coronel Vasco Lourenço (Castelo Branco, 83 años) se ha rebelado en sus memorias contra ambos. El militar es el último superviviente del triunvirato que dirigió el Movimiento de las Fuerzas Armadas, que derrocó la dictadura portuguesa el 25 de abril de 1974. Vítor Alves y Otelo Saraiva de Carvalho, los otros dos miembros de aquel secretariado, fallecieron en 2011 y 2021. Lourenço es también el hilo que ha cosido toda la historia de los militares rebeldes, desde que comenzaron a conspirar contra el

régimen hasta la fundación de la Asociación 25 de Abril, heredera del legado cívico de aquellos oficiales que se conjuraron para democratizar, descolonizar y desdolar el país. Ha estado en todos los años y se ha metido en todos los charcos.

El último, contra el actual Gobierno conservador que preside Luís Montenegro, que se ha empeñado en agrandar los acontecimientos militares y políticos de una jornada (25 de noviembre de 1975) que acabó con la Revolución de los Claveles, evitó que el país derrapase hacia un modelo socialista y lo encarriló hacia el de las democracias occidentales. En aquellos 18 meses el país fue un caos inevitable: había que recons-

truir un nuevo modelo político en sustitución de la dictadura y cada organización tenía el suyo. Se dividieron los militares, los políticos, la sociedad. Hubo intentonas de golpe de Estado, nacionalizaciones de empresas y bancos, ocupaciones de latifundios y surgieron grupos terroristas de extrema derecha que mataron y asaltaron sedes de la izquierda.

Lo que no comparte el presidente de la Asociación 25 de Abril es que puedan equipararse ambas fechas. "Es una tentativa de revisionismo histórico ponerlas al mismo nivel. El 25 de noviembre fue una etapa de consolidación del 25 de abril", afirma. La sesión conmemorativa celebrada hace una semana en la Asamblea de la

República limitó la dedicación al día que cayó la dictadura y dejó algunos momentos históricos, como la pugna entre diputados para colocar o retirar claveles rojos de un estrado decorado solo con rosas blancas. "El 25 de noviembre no fue un episodio secundario, fue la afirmación de la soberanía del pueblo y el punto de partida para la democracia liberal", defendió Pedro Alves, diputado del Partido Social Democrata (PSD, centro-derecha), principal fuerza de la coalición de Gobierno.

Curiosamente, muchos de los militares responsables de aquello, como Vasco Lourenço y la cúpula de la Asociación 25 de Abril, boicotearon el acto por considerar que es una manipulación política de los hechos. "Conterré la paguenda iniciada el año pasado con los 49 años del 25 de noviembre y ahora se ha reforzado con la creación de una comisión conmemorativa", reprochó durante la presentación en Lisboa de su libro *Memórias de um Capitão de Abril*, publicado en portugués por Ancora.

Lourenço, que era jefe de la Región Militar de Lisboa, fue uno de los dirigentes del operativo de tropas orquestado entre los moderados y el presidente de la República, Costa Gomes, para acabar con algaradas revolucionarias en varios cuarteles. "Se debe conmemorar lo que efectivamente ocurrió y no lo que algunos pretenden hacer creer que ocurrió", escribe en su libro.

Mientras que los hechos del 25 de abril de 1974, "el día inicial, entero y limpio", descrito por la poeta Sophia de Mello Breyner Andresen, son claros, los del 25 de noviembre de 1975 aún encierran secretos medio siglo después. Lo ocurrido ese día entró en el Proceso Revolucionario en Curso (PREC), que se radicalizó en respuesta a un golpe de Estado fallido del general António de Spínola en marzo de aquel año y que buscaba un modelo de democracia socialista. De nuevo fueron los militares, aliados a los partidos moderados, los que frenaron los excesos de los revolucionarios de izquierda, incluidos los de Otelo Saraiva de Carvalho como jefe supremo del Comando Operacional del Continente, y de los grupos de extrema derecha que habían pasado el verano poniendo bombas en el norte del país.

Lourenço cree que estuvieron al borde de la guerra civil y la creación del Grupo dos Novos, los militares moderados a los que pertenecía y que salieron a la calle el 25 de noviembre para atajar revueltas revolucionarias en varios cuarteles, fue vital para detener la espiral de la violencia y retomar el espíritu democrático de abril. La derecha acusó al Partido Comunista (PC) de urdir un golpe aquel día para implantar una dictadura totalitaria, algo negado por otros protagonistas y el líder de la formación de entonces, Álvaro Cunhal.

El nuevo ciclo político iniciado en Portugal en 2024, con el ascenso fulgurante de la extrema dere-

cha y la llegada al poder de una coalición conservadora, está alimentando una nueva interpretación histórica que trata de agarrar el significado del 25 de noviembre de 1975 y empujarlo hacia el día de abril de 1974 que abrió la puerta a la libertad. Una ola también favorecida por el tsunami internacional que arrasa con todo lo que consideran legados contaminados por la izquierda. Otra de tantas guerras culturales.

En general, los políticos portugueses, a derecha e izquierda, han escatimado el papel de los militares en la llegada de la libertad, pese a que fue el éxito de su golpe de Estado el que dio paso a una revolución popular. Lourenço siempre destaca que hicieron algo único en la historia: conquistaron el poder de forma pacífica y, en lugar de apropiarse de él, como acostumbraban los militares golpistas, se lo devolvieron a la sociedad portuguesa para que decidiera sobre su destino.

Esa legitimidad histórica que conquistaron, pese a los errores que luego pudieran cometer como individuos o colectivo, les ha convertido en una suerte de Pepto Grillo de la democracia. Son una voz política que denuncia los

Los veteranos son una voz política que denuncia los desvíos del espíritu de abril

El partido ultra Chega arremete a menudo contra el episodio histórico

desvíos del espíritu de abril y no se calla ante las alteraciones de la historia. Son, para el poder, incómodos.

En Portugal se ha celebrado la Revolución de los Claveles, que acabó con una dictadura de casi medio siglo en 1974, como uno de los momentos culminantes de su historia. Alrededor del 25 de abril de 1974 había un consenso casi unánime. Hasta ahora.

Chega, el partido de ultraderecha, arremete contra la fecha a menudo y el PSD, fundado pocos días después del golpe de Estado de los capitanes, ha tenido una relación oscilante con la Revolución de los Claveles. "El PSD de hoy tiene poco que ver con el de 1975, está en una deriva hacia la derecha, pactando medidas con Chega", observa el presidente de la Asociación 25 de Abril.

A la trizante de las relaciones de los capitanes de abril con el Gobierno ha contribuido la paralización del proyecto para construir un Centro de Interpretación 25 de Abril en Lisboa, pese a que fue aprobado por Montenegro y el presidente de la República, Marcelo Rebelo de Sousa. Un proyecto que, según el jefe del Estado, debería culminarse en mientras aún están vivos algunos protagonistas de su historia.

ACTIVOS, ENTUSIASTAS E COM ESPÍRITO DE ABRIL

Grupo da Linha-Cascais, em representação da A25A, participou em diferentes iniciativas de intervenção cívica e cultural para celebrar o 51.º aniversário do 25 de Abril

COMO VÊM FAZENDO há vários anos, os militares de Abril que constituem o Grupo da Linha Oeiras-Cascais continuam activos e com o espírito de Abril bem vivo, com actividades de iniciativa própria e de apoio à A25A. Neste ano de 2025, em que se celebrou o 51.º aniversário do 25 de Abril, o Grupo da Linha e os seus elementos, em representação da A25A, participaram em diferentes iniciativas de intervenção cívica e cultural, algumas das quais aqui se registam.

TEATRO

O Grupo da Linha promoveu a apresentação de uma peça de teatro que celebra os 50 anos do 25 de Abril: “Os Filhos que a Liberdade Pariu”. A iniciativa reuniu o encenador Miguel Simões e a interpretação de três jovens actores, respectivamente Diogo Gonçalves, Inês Reis e Margarida Sá. A peça constitui uma reflexão sobre o significado da liberdade em democracia, explorando as cicatrizes e as experiências que a actual geração tem em comum. A peça foi apresentada em quatro escolas da área de

Oeiras, numa iniciativa em parceria com a RCO - Rede de Cidadania de Oeiras e com o IFICT - Instituto de Formação, Investigação e Criação Teatral, tendo tido o apoio da A25A. Às representações assistiram 468 alunos e 23 professores e, segundo um elemento da RCO, “a receptividade do público-alvo foi total e os objectivos plenamente atingidos”.

ESCOLAS

Divulgação do 25 de Abril de 1974. Por convite das respectivas direcções e professores de História, os elementos do Grupo da Linha proferiram palestras em cinco escolas secundárias de Oeiras, Cascais, Sintra e Lisboa, em que estiveram envolvidos 291 alunos de 12 turmas e 18 professores.

Nessas palestras foram detalhadamente relatados com o devido enquadramento histórico, os acontecimentos ocorridos no dia 25 de Abril de 1974 e nos meses seguintes, mas também a forma como decorreu o processo conspirativo que o MFA conduziu e que levou à queda da Ditadura.

SENTIR A REVOLUÇÃO

Palácio do Egipto, Oeiras
11 de abril – 09 de agosto de 2025

Exposição sensório-documental
sobre os acontecimentos que conduziram
ao 25 de abril de 1974



• Fotografia José Carlos Nascimento



MUNICÍPIO DE OEIRAS



SESSÃO EVOCATIVA

As primeiras Eleições Livres de 1975. No dia 25 de Abril de 2025 a EMACO – Espaço e Memória-Associação Cultural de Oeiras, uma associação cultural sem fins lucrativos com sede em Oeiras, promoveu a comemoração do 51º aniversário do 25 de Abril com uma sessão evocativa realizada no Auditório Municipal César Batalha, no Alto da Barra – Oeiras.

A sessão teve a participação de dois militares de Abril, respectivamente Mário Simões Teles e Eodorindo Ferreira, que intervieram na sessão, tendo o primeiro falado sobre o 25 de Abril e os seus ideais que continuam a ser inspiradores para a sociedade portuguesa, enquanto o segundo abordou o tema da preparação do exemplar processo eleitoral de 1975.

ALMOÇO COMEMORATIVO

No dia 25 de Abril realizou-se o já tradicional almoço-convívio anual comemorativo do 25 de Abril, numa organização da RCO e da EMAPA, a que se vêm juntando outras associações cívicas e culturais do concelho de Oeiras.

O encontro constituiu uma jornada de franco convívio entre democratas que cultivam os valores de Abril. Das intervenções feitas destaca-se a de Fernando Caldeira Santos, um capitão de Abril que fez uma breve apreciação do 25 de Abril e do processo democrático que se seguiu e que foi balizado pelo Programa do MFA. Na sua intervenção recordou os camaradas que recentemente nos deixaram e a quem a democracia tanto deve, respectivamente Carlos de Almada Contreiras, Carlos de Matos Gomes e João Menino Vargas.

HOMENAGEM

Recordados os ex-presos políticos de Caxias. Por iniciativa da URAP-União dos Resistentes Antifascistas Portugueses que teve o apoio da Câmara Municipal de Oeiras, no dia 28 de Abril foi evocado o 51.º aniversário da libertação dos presos políticos do Forte-Prisão de Caxias, com uma cerimónia de homenagem junto ao monumento escultórico evocativo deste acontecimento histórico, localizado à entrada da Quinta Real de Caxias.

A A25A fez-se representar nesta cerimónia por Luís Pedreira Carneiro, que ao tempo era o oficial imediato da Companhia de Fuzileiros que ocupou a prisão e que assegurou a libertação dos presos políticos em segurança no dia 26 de Abril de 1974.

EXPOSIÇÃO E COLÓQUIO

Sentir a Revolução. Por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, foi inaugurada no dia 11 de Abril no Palácio do Egipto, em Oeiras, a exposição sensório-documental “Sentir a Revolução”, cuja temática se centrou nos acontecimentos que conduziram ao 25 de Abril de 1974 e que esteve patente até ao dia 9 de Agosto.

Paralelamente, foi realizado um colóquio na Livraria-Galeria Municipal Verney, situada no centro histórico de Oeiras, em que a convite da organização, intervieram dois capitães de Abril, respectivamente Vasco Lourenço e Mário Simões Teles.

OUTROS EVENTOS

Além das iniciativas anteriormente referidas,



A sessão teve a participação de dois militares de Abril, respectivamente Mário Simões Teles, à esquerda, e Edorindo Ferreira, à direita

o Grupo da Linha representou a A25A nos seguintes eventos:

- **Concerto da Liberdade**, promovido pela Associação dos Antigos Alunos da Escola Secundária Sebastião e Silva, de Oeiras, em representação da Direcção da A25A.
- **Exposição “Assalto ao Palácio de Verão”**, organizada pela Fundação D. Luís, um organismo municipal de Cascais, que é responsável pela gestão e programação dos equipamentos culturais de Cascais.
- **50 anos das Primeiras Eleições Livres**, sessão promovida pela Associação Evoluir Oeiras, um movimento de cidadãos de Oeiras empenha-

dos no desenvolvimento do concelho.

- **Entrega de livros** na Escola Secundária Professor José Augusto Lucas, em Linda-a-Velha.
- **Concerto evocativo do 25 de Abril**, realizado nas instalações da prisão de Caxias, com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras e da A25A, integrado no projecto 50’25, um ciclo de concertos a realizar em dez estabelecimentos prisionais.

O *Referencial* regozija-se com a actividade, o entusiasmo e o espírito de Abril dos elementos que constituem o Grupo da Linha Oeiras-Cascais.

MUNICÍPIO DE OEIRAS

EVOCA 50 ANOS DE MUDANÇAS



Autarquia assinalou aniversário da Revolução com uma programação especial, com mais de duzentas iniciativas, que se prolongam até Abril de 2026

O MUNICÍPIO DE OEIRAS, um dos concelhos portugueses mais densamente povoados, localizado na Área Metropolitana de Lisboa, evocou o período de 25 de Abril de 1974 a 25 de Abril de 1976, “com uma programação especial, com mais de duzentas iniciativas, que se prolongam até Abril de 2026”.

Conforme foi anunciado pelo Município de Oeiras, “o 25 de Abril marcou um ponto de viragem no nosso país, na medida em que a Revolução dos Cravos pôs fim a 48 anos de ditadura”. Neste contexto, a entidade decidiu “lembrar esta data através da música, da arte, da literatura, do debate e de muitas outras

iniciativas, que se estendem até 25 de Abril de 2026”.

A A25A congratula-se com esta decisão. Porém, não sendo possível referir todas as iniciativas já concretizadas no ano de 2025, onde se incluem exposições, mostras de cinema, concertos e muitos debates, as páginas d’O *Referencial* destacam alguns dos eventos mais significativos, ou aqueles em que participaram militares de Abril.

EXPOSIÇÃO “SENTIR A REVOLUÇÃO”

Esta exposição esteve patente ao público no Centro Cultural Palácio do Egito, em Oeiras, entre os dias 11 de Abril e 9 de Agosto de 2025. Como se indicou noutra local desta edição, paralelamente realizou-se um colóquio na Livraria-Galeria Municipal Verney que teve por tema “Capitães e Liberdade”. Moderado pelo jornalista Mário Galego, director de Informação da RDP, nele entrevistaram Vasco Lourenço e Mário Simões Teles, ambos destacados capitães de Abril.

25 DE NOVEMBRO

No dia 25 de Novembro foi exibido, no Templo da Poesia, o documentário “No dia em que... Ramalho Eanes saiu à rua”, realizado em 2007 por José Carlos de Oliveira retratando o percurso do novo Portugal, saído da Revolução de 25 de Abril de 1974 até ao 25 de Novembro de 1975. Após a apresentação do documentário, seguiu-se um debate em que participaram o realizador e o Almirante Martins Guerreiro, antigo Conselheiro da Revolução.

**O 25 DE ABRIL
MARCOU UM PONTO
DE VIRAGEM
NO NOSSO PAÍS,
NA MEDIDA
EM QUE A REVOLUÇÃO
DOS CRAVOS
PÔS FIM A 48 ANOS
DE DITADURA**

ARTE URBANA NO PASSEIO MARÍTIMO

Outra iniciativa comemorativa decorreu no Passeio Marítimo de Oeiras, junto à praia de Santo Amaro, que foi baptizado como o Passeio da Democracia. Aí foi projectada a colocação de quatro murais alusivos a quatro momentos históricos, decorridos entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976, respectivamente:

- 1.º Mural – O 25 de Abril de 1974, relativo ao golpe militar e à Revolução dos Cravos;
- 2.º Mural – O Verão Quente de 1975, com referência ao 11 de Março;
- 3.º Mural – O 25 de Novembro de 1975, centrado nos acontecimentos desse dia;
- 4.º Mural – O 25 de Abril de 1976, alusivo à nova Constituição da República.

Os três primeiros murais são criações da artista Mafalda Gonçalves e foram inaugurados nos dias 25 de Abril de 2024, 25 de Abril de 2025 e 25 de Novembro de 2025.

25 DE NOVEMBRO 50 ANOS DEPOIS



O seminário abriu com o tema "Memórias do 25 de Novembro" e contou com a participação de históricos protagonistas da Revolução portuguesa como Vasco Lourenço, Manuel Martins Guerreiro, Isabel do Carmo e José Augusto Esteves

O 25 de Novembro de 1975 continua a provocar intensos debates historiográficos, políticos e memoriais. Para assinalar as cinco décadas entretanto decorridas, realizou-se na Função Calouste Gulbenkian, em Lisboa, nos dias 24 e 25 de Novembro, o seminário *25 de Novembro, 50 anos depois*. A abordagem foi inovadora, plural e informada sobre os antecedentes, causas, dinâmicas, protagonistas e consequências, nos planos nacional e internacional

LICÍNIO LIMA*

Contando com a participação de alguns dos protagonistas intervenientes no 25 de Novembro de 1975, bem como de investigadores e académicos estudiosos do tema, o seminário *25 de Novembro, 50 anos depois*, realizado nos dias 24 e 25 de Novembro na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, revelou-se uma marcante iniciativa para a contextualização dos acontecimentos no processo revolucionário, o seu impacto na democracia portuguesa e nas suas memórias. Uma iniciativa da Comissão Comemorativa 50 anos (FCG)25 de Abril, com o apoio da Associação 25 de Abril (A25A).

Pretendendo contribuir para uma renovação da historiografia e da reflexão crítica sobre tão importante marco da história contemporânea portuguesa, os trabalhos no dia 24 abriram às 14:30 horas com uma intervenção do coronel Vasco Lourenço, presidente da A25A, um dos protagonistas do acontecimento assinalado. Num discurso de boas-vindas, Vasco Lourenço reconheceu as tensões ainda existentes em volta da data, mas reforçou a ideia de que a maioria dos envolvidos estiveram empenhados na construção da democracia do Portugal de hoje. E salientou: “O verdadeiro dia fundador da liberdade é, e continuará a ser, o 25 de Abril de 1974”.

Reconhecendo virtudes e exageros à época, o presidente da A25A terminou com o apelo para que todos, nos planos do passado, do presente e do futuro, “assumam as suas responsabilidades”. E sublinhou: “Hoje, evocando o 25 de Novembro, o último dos obstáculos que nos colocaram no percurso e que, ultrapassado, permitiu a consolidação do 25 de Abril, conto que os debates que aqui faremos sejam honestos e contribuam para um esclarecimento do que efectivamente se passou, e não para a continuação da defesa de versões influenciadas pelo que cada um pretendeu então atingir”.

Tomou depois a palavra António Costa Pinto, porta-voz da comissão científica do seminário que salientou: “Espero que estes debates sobre este momento histórico, devolvam à sociedade a versão rigorosa de qual a contribuição do 25 de Novembro, no quadro da transição democrática, em Portugal, para a institucionalização da democracia liberal.”

Seguiu-se Maria Inácia Rezola, comissária executiva da Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, realçando que o 25 de Novembro é um momento incontornável do nosso processo revolucionário e da consolidação da democracia. “Cinquenta anos depois, importa debatê-lo

com abertura e rigor, ouvindo protagonistas e investigadores, para compreender a sua complexidade e o modo como continua a marcar o nosso presente coletivo”, disse, sublinhando: “É necessário articular história e memória, com contributos de testemunhos de intervenientes directos e estudos de investigadores que têm renovado a compreensão deste período”.

Foi depois lida uma mensagem de um dos protagonistas do 25 de Novembro, o general Ramalho Eanes, que, por impossibilidade de estar presente, as suas palavras foram transmitidas ao auditório, completamente cheio, pelo director de *O Referencial*, coronel Aniceto Afonso. Segundo o antigo Presidente da República, “o 25 de Novembro tornou-se inevitável e indispensável para o cumprimento do compromisso de honra do MFA para com o povo português: garantir-lhe a posse e o uso da liberdade política que lhe era devida”.

PAINÉIS E DEBATES

Após a cerimónia de abertura, seguiram-se os painéis de debate. O primeiro foi dedicado ao tema “Memórias do 25 de Novembro” e contou com a participação de históricos protagonistas do 25 Abril como Vasco Lourenço, Manuel Martins Guerreiro, Isabel do Carmo e José Augusto Esteves. A moderação esteve a cargo de Luísa Tiago de Oliveira. Um debate muito vivo e participado pelo público que foi incentivado, sobretudo, pela sempre irreverente Isabel do Carmo que disse ter uma “perspetiva muito pessoal sobre o 25 de Novembro”.

Os participantes dividiram-se em seguida por

**“O VERDADEIRO DIA
FUNDADOR DA LIBERDADE
É, E CONTINUARÁ A SER,
O 25 DE ABRIL DE 1974”,
DISSE VASCO LOURENÇO**

**“O 25 DE NOVEMBRO
É UM MOMENTO
INCONTORNÁVEL
DO NOSSO PROCESSO
REVOLUCIONÁRIO
E DA CONSOLIDAÇÃO
DA DEMOCRACIA”,
AFIRMOU MARIA INÁCIA
REZOLA**

dois painéis temáticos. Na sala principal, o auditório 2 da FCG, realizou-se um debate subordinado ao tema “Tensões políticas e dimensões internacionais”. Nele foram intervenientes vários oradores, cada um com um ângulo específico, a saber: “Da tensão à clarificação: A dimensão internacional do 25 de Novembro” — David Castaño (IPRI-NOVA); “O 25 de Novembro visto da Europa Ocidental” — Ana Mónica Fonseca (ISCTE); “Primeiro fazem-se plenários e depois é que se cumprem as ordens. Contributos para uma história político-militar do 25 de Novembro” — Ricardo Noronha (IHC); “Costa Gomes e o 25 de Novembro: Mediação e Contenção” — Luís Nuno Rodrigues (ISCTE). António Costa Pinto moderou o debate.



O painel “Tensões políticas e dimensões internacionais” contou com a participação de David Castaño, Ana Mónica Fonseca, Ricardo Noronha e Luís Nuno Rodrigues. António Costa Pinto moderou o debate

Resumidamente, António Castaño analisou uma dimensão menos conhecida do 25 de Novembro: O contexto internacional e a mobilização de diferentes atores externos que acompanharam com crescente atenção e preocupação a evolução da situação político-militar em Portugal ao longo do ano de 1975. Segundo as suas palavras, “sem a existência de forças moderadas representativas e com influência no plano político, militar e social, o bloco Ocidental teria muita dificuldade em travar a ascensão da via revolucionária sem repetir uma ação semelhante à do Chile”.

No seguimento, Ana Mónica Fonseca demonstrou como o processo revolucionário português foi acompanhado pelos países da Europa Ocidental. Para a oradora, mais importante do que a atitude dos governos de países como a França, Alemanha Federal, Grã-Bretanha ou, ainda, Holanda, Áustria ou países escandinavos, foi a

atuação dos principais partidos socialistas e sociais-democratas desses mesmos países. Disse: “Congregados no ‘Comité de Apoio e Solidariedade com o Socialismo e a Democracia em Portugal’, formado a partir da Internacional Socialista e liderado por Willy Brandt, o apoio destes partidos às forças não comunistas, quer civis, quer militares, foi decisivo para a estabilização da situação política portuguesa”.

Ricardo Noronha propôs-se “interpretar a sublevação dos praças e sargentos do Regimento de Caçadores Paraquedistas no dia 25 de novembro de 1975 à luz de outros atos de insubordinação, indisciplina e desobediência verificados no interior das Forças Armadas Portuguesas ao longo do processo revolucionário de 1974-75”. E questionou: “Em que medida pode a rebelião dos paraquedistas ser considerada um acto de protesto político, em continuidade com formas de mobilização coletiva e insu-

bordinação praticadas anteriormente noutras unidades militares, em vez de uma tentativa insurreccional fracassada?”

Luís Nuno Rodrigues, por seu lado, analisou o papel desempenhado pelo então Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Francisco da Costa Gomes, nos eventos que rodeiam o 25 de Novembro. “Desde as primeiras horas do dia, Costa Gomes assumiu um papel relevante no controlo político da crise, procurando sempre esgotar as vias negociais”, disse.

DINÂMICAS

Numa sala ao lado realizava-se ao mesmo tempo o debate “Dinâmicas sociais e políticas”, igualmente sob diversas perspectivas, a saber: “O 25 de Novembro de 75: um golpe e um apagação em direto na televisão” — Jacinto Godinho (CICANT – Universidade Lusófona); “Os dias finais da RDA (República Popular de Almada)” — Nuno Pinheiro (CIES-IUL); “As clivagens no catolicismo português no rescaldo do período revolucionário (1974–1975)” — João Francisco Pereira (CFE NOVA-FCSH); “Estabilizar, organizar e desenvolver o possível. As implicações da crise militar do Verão Quente de 1975 nas políticas de educação” — António Teodoro (Universidade Lusófona). Como moderador esteve António Araújo.

Jacinto Godinho analisou os bastidores da disputa pelo controlo da RTP, o principal órgão de informação do país, no dia 25 de Novembro, questionando se a emissão revolucionária resultou de uma estratégia previamente deli-

neada pelo Diretório da Esquerda Militar ou de uma reacção improvisada às circunstâncias em evolução. “Entre 25 e 26 de Novembro, a alternância das emissões entre Lisboa e Porto refletiu, em tempo real, a instabilidade das forças em confronto, oferecendo ao público um espetáculo de poder transmitido em direto”, disse, frisando: “A RTP, tradicionalmente posicionada como mediadora entre factos e público, transformou-se num palco direto do conflito político-militar, contribuindo para uma reconfiguração da perceção pública do golpe”.

Segundo Nuno Pinheiro, RDA era o nome que entre o jocoso e o elogioso se dava a Almada, parte importante da Cintura Industrial de Lisboa e um dos bastiões do PCP e de outras forças de esquerda. E esclareceu: “Em 1974 e 1975, Almada criou uma rede de estruturas de Poder Popular que incluía Comissões de Trabalhadores nas diversas fábricas, mas também Comissões de Moradores, estas estruturas mantinham ligações com as unidades militares quer do ponto de vista político, quer em iniciativas, muitas vezes falhadas devido a frequentes momentos de tensão, de actividades recreativas e desportivas com recurso a instituições militares.” Salientou: “Esta ligação entre as estruturas de poder popular e as unidades militares influenciaram os acontecimentos”.

João Francisco Pereira revelou as tensões existentes no seio da liderança da Igreja Católica, tensões que resultavam de leituras divergentes e até contraditórias sobre o processo revolucionário em curso. “Essas divergências refletiam, de certo modo, as clivagens que atravessavam a



O painel “Dinâmicas sociais e políticas” contou com intervenções de Jacinto Godinho, Nuno Pinheiro, João Francisco Pereira, e de António Teodoro. Como moderador esteve António Araújo.

sociedade portuguesa da época, manifestando-se não apenas entre correntes políticas, mas também no interior da Igreja”, referiu.

António Teodoro defendeu que a derrota da esquerda militar no seio das estruturas do MFA, em Agosto de 1975, teve como consequência imediata, no plano governativo, a queda do V Governo provisório e a constituição de um novo governo. E explicou: “Embora o VI Governo provisório tenha mantido o Ministério da Educação sob a influência dominante do MFA, verificaram-se importantes alterações na composição política dos seus titulares: a um ministro e a um secretário de Estado (da Administração Escolar) pertencentes à chamada esquerda

militar - major José Emílio da Silva e capitão Fonseca Almeida - sucedem, nos mesmos cargos, dois outros militares, pertencentes ao chamado grupo dos nove, a corrente vencedora da crise do MFA - major Vítor Alves e comandante Mário de Aguiar.” E concluiu: “A Revolução permitiu não apenas uma remobilização da reforma Veiga Simão, mas, sobretudo, uma reformulação dos objetivos da reforma educativa, dando-lhes novas dimensões nos campos da participação democrática, da igualdade de oportunidades de sucesso na educação, dos conteúdos das aprendizagens e da ligação à sociedade”.

Os trabalhos iriam prosseguir no dia seguinte.



Presidente da República esteve presente no segundo dia de trabalhos do seminário

25 DE NOVEMBRO REVISTO POR PROTAGONISTAS E ACADÉMICOS

O seminário “25 de Novembro 50 anos depois” foi encerrado pelo Presidente da República, no final do segundo dia de trabalhos em que usaram da palavra militares que intervieram no 25 de Novembro e desfiaram memórias contrastantes, o que originou alguma polémica. Historiadores, académicos e investigadores contribuíram para o enriquecimento dos debates

JOSÉ ARMANDO LOPES*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA presidiu à sessão de encerramento do seminário “25 de Novembro 50 anos depois”, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, nos dias 24 e 25 de Novembro. Marcelo Rebelo de Sousa procurou manter-se equidistante das correntes de análise deste acontecimento da história recente do nosso País, salientando que mantém a interpretação que sempre formulou sobre o 25 de Novembro, mas que a mudança trouxe uma “nova narrativa” que “reformula a interpretação histórica”.

O Chefe do Estado pareceu não ter dúvidas quando apontou como protagonistas civis do 25 de Novembro Mário Soares e o Partido Socialista (PS) e como vencedores militares o grupo dos subscritores do chamado Grupo dos Nove, liderado pelo já falecido major Melo Antunes. E, tendo embora apontado o Partido Comunistas Português (PCP) como um dos “derrotados”, salientou que o PCP venceu em “quase toda a linha” na elaboração da Constituição da República Portuguesa que vigorou de 1976 até 1989.

Marcelo Rebelo de Sousa começou a sua intervenção com recurso à expressão “tempe-

rança” do rei soldado e liberal D. Pedro, para representar a busca de equilíbrios, mas foi sobretudo de “mudança” que falou. “Os tempos mudam. Mudou o mundo, mudou a Europa e mudou Portugal”, disse, como que a justificar o que viria a acrescentar: “Talvez o mais surpreendente tenha sido mesmo a mudança em Portugal, porque nós tivemos de dar posse ao governo de mais apoio à esquerda desde o fim do PREC [*Processo Revolucionário em Curso*] e se transitou a seguir para uma situação em que, embora em duas fases sucessivas, se verificou uma viragem muito acentuada à direita”.

Passado meio século sobre a data em debate, é “outro” Portugal político que está a analisar esta efeméride, pelo que entende como “natural que as narrativas tivessem acompanhado a velocidade dessa viragem” e que esse “outro” esteja a analisar tudo o que ocorreu desde o dia 25 de Abril de 1974 até aos nossos dias, num clima muito marcado por uma “influência decisiva internacional” de um “novo tipo de liderança de grandes democracias mundiais” sobre a “conjuntura interna”, com recurso a “fórmulas cada vez mais hiper-nacionalistas”, segundo ele, “em muitos casos também xenófobas,

reconstruindo a História próprias e simplificando a reconstrução da história alheia”.

Muita coisa mudou, mas Marcelo Rebelo de Sousa, segundo disse, mantém a interpretação que sempre fez do 25 de Novembro, reconhecendo, contudo, existir uma “nova narrativa que reformula a interpretação histórica.

Por fim, o Presidente da República defendeu a necessidade de “valorizar o passado” e “passar às jovens geração os valores e princípios constitucionais que resultaram do 25 de Abril”. No seu entender, porque “os nove não são eternos – são-no no seu legado – e os fundadores da democracia estão a chegar ao fim de um ciclo”. Talvez por isso, a expressão no final de que “este tipo de reflexões se projectem no futuro”.

JOVENS INVESTIGADORAS NO PALCO

Justifica-se, neste contexto, louvar os trabalhos apresentados por duas jovens académicas nascidas já depois de Novembro de 1975: Marta Alves Coelho, do Instituto Politécnico de Setúbal, que abordou “O 25 de Novembro como dispositivo de memória: narrativas de ordem, usos políticos da história e a ascensão da extrema-direita em Portugal”, e Iara Sobral, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que falou de “A memória em Formação da direita portuguesa do 25 de Novembro de 1975: jornais do CDS e do PPD”, num painel em que marcaram presença outros académicos e militares que viveram o acontecimento e o estudam desde então.

Uma e outra revelaram de forma elucidativa como são importantes duas formas de anali-

**MARCELO REBELO
DE SOUSA COMEÇOU
A SUA INTERVENÇÃO
COM RECURSO
À EXPRESSÃO
“TEMPERANÇA”
DO REI SOLDADO
E LIBERAL D. PEDRO,
PARA REPRESENTAR
A BUSCA DE EQUILÍBRIO,
MAS FOI SOBRETUDO
DE “MUDANÇA” QUE FALOU**

sar o passado: história e memória. No fundo, uma análise dicotómica – 25 de Abril vs 25 de Novembro. O mais importante aqui é que recebeu o aplauso da plateia, no seio da qual se encontravam ainda muitos dos que estiveram envolvidos nos dois acontecimentos, foi saber que há gente nova empenhada no estudo de um passado recente que transformou o modo de vida de uma comunidade e mudou a vida dos portugueses.

Antes delas, os Capitães de Abril Manuel Duran Clemente, Rodrigo Sousa e Castro e Vasco Lourenço mostraram que entre os militares ainda há feridas não saradas, mas todos concordaram na crítica e na condenação da cerimónia na Assembleia da República que assinalava o 25 de Novembro. E não estiveram sós. Os historiadores que se seguiram, bem como outro grande militar de Abril e do MFA, Pezarat Cor-



O painel “Memórias do 25 de Novembro” contou com a participação de Manuel Duran Clemente e de Rodrigo Sousa e Castro, com moderação da jornalista Maria Flôr Pedrosa

reia, reprovaram-na sem medo das palavras. Apenas um exemplo: “fantochada”, no dizer de um dos fundadores do Bloco de Esquerda (BE) e antigo deputado, Fernando Rosas.

Para o professor de História Contemporânea e investigador nas áreas da História política, ideológica e social do século XX, Manuel Loff, o 25 de Novembro “encerra o período doentio e febril” da Revolução, a qual, segundo fez questão de lembrar nas palavras de um dos fundadores do CDS, Freitas do Amaral, “não acabou com o 25 de Novembro”, frase que também podia ter sido dita por Álvaro Cunhal, segundo salientou este investigador no estudo do fascismo e do neofascismo das revoluções e dos processos de transição autoritária e democrática, e dos estudos da memória coletiva do antifascismo, do colonialismo, da ditadura e da Revolução portuguesas. No dizer de Loff, foi a geringonça, essa “forma

original” de governo à esquerda que “originou uma discussão em torno do 25 de Novembro, com o Chega a reivindicar em 2019 um feriado e a IL e o CDS a pedir as comemorações”.

Um dos investigadores que integra o grupo que defendem uma visão dividida do 25 de Novembro é Riccardo Marchi, professor convidado da Universidade Lusófona de Lisboa. No seu entender, “a interpretação dominante na historiografia tem oscilado entre leituras dicotómicas, dividindo-se entre vencedores e vencidos. Do lado dos vencedores, situam-se os setores anti-comunistas, tanto civis como militares, abrangendo desde o Partido Socialista até à direita *mainstream* e os chamados “moderados” do MFA à volta do Grupo dos Nove. Este campo consolidou o 25 de Novembro como momento fundacional do regime democrático-liberal português, interpretando-o como a vitória so-



No painel “A Construção da memória do 25 de Novembro” participaram Marta Alves, Manuel Loff, Riccardo Marchi, Iara Sobral, com moderação de Paula Godinho

bre a ameaça de um totalitarismo de esquerda e como garantia da institucionalização de um modelo político pluralista”.

CONTRA A FALSIFICAÇÃO DA HISTÓRIA

Essa ameaça, dizem, viria do PCP. Contra esta leitura do 25 de Novembro se ergueram várias vozes. Desde logo, Fernando Rosas para quem este dia “não é uma tentativa de tomada do poder”. Desde logo, porque nem sequer tinha força militar para o fazer e sair vitorioso. “Nessa altura”, recordou, “o que havia era uma extrema-direita fascizante e que queria aproveitar o contra-golpe para repor uma ditadura”. O PCP, explicou a seguir, optou por uma “contenção pactuada” para garantir que continuaria a ter influência nos órgãos do poder. E manteve. Ao tempo, figura de destaque do maoísmo em Portugal, Fernando Rosas afirmou que havia

nessa área um sector de extrema-esquerda que “nunca alinhou com o processo revolucionário, mas alinhou com o 25 de Novembro”.

Já quanto às comemorações no parlamento, não teve pejo em qualificá-las como “fantoche da militarista e revanchista, destinada a anular o 25 de Abril e o seu significado”. “Vergonha e provocação”, disse ainda. “O 25 de Novembro está a ser recuperado pelo processo de contra-revolução cultural em curso no nosso país, por parte da extrema-direita, que visa desvalorizar o 25 de Abril e a democracia política e instaurar uma ditadura salazarista”, sentenciou.

CONTRA A MISTIFICAÇÃO PELA EXTREMA DIREITA

Pacheco Pereira, por sua vez, não se manifestou contra a comemoração desta data, mas sob condição. “É comemorável se for o que acon-



Com moderação de Nuno Ribeiro, o painel “Memórias do 25 de Novembro” contou com Helena Roseta, Nuno Santos Silva, Mário Tomé e José Sanches Osório

teceu e não a falsificação que por aí se passa, como sendo história”, disse o criador da biblioteca-arquivo Ephemera. Também ele viu nas comemorações do parlamento um aproveitamento político da extrema direita e uma “mistificação”, visando dar-lhe uma “data histórica que não tem”. Essa, disse ele, seria a “ditadura”. E, neste contexto, questionou: “porque motivo a direita não comemora o 11 de Março?” Pacheco Pereira rebateu também a ideia de que houve influências externas para conduzir a uma tomada de poder pelo PCP. “Não há nenhuma prova que indície que a URSS quisesse uma Cuba na Europa, ou que tivesse dito ao PCP para tomar o poder”, disse. “Dizer o contrário é manipulação”, sentenciou. Mas considerou que o PCP “esteve com um pé dentro e um pé fora, tanto no 25 de Novembro como no cerco à Assembleia da República”.

O historiador considera também que, ao contrário de uma certa corrente política, o PCP não está entre os perdedores. “Na verdade, não é o Partido Comunista que é derrotado no 25 de Novembro. Tanto assim, que o Partido Comunista continua no governo e toma algumas das posições mais relevantes em matérias como as nacionalizações no VI Governo provisório”. Portanto, no seu entender “é difícil dizer que o Partido Comunista é o principal derrotado. Não é isso. Não é historicamente derrotado. E, no dia 26, já há outro derrotado, de que se fala pouco: todos aqueles que queriam ilegalizar o Partido Comunista Português. E esses que o tentaram de facto foram igualmente derrotados pelo sector mais moderado ligado ao Grupo dos 9 do MFA”.

Por fim, mais duas observações pertinentes e contundentes de Pacheco Pereira. A primeira

ainda sobre a cerimónia no parlamento, um “acontecimento verdadeiramente vergonhoso”, segundo disse, comentando a omissão do papel do antigo Presidente da República, Costa Gomes; a segunda acerca do “pendor militar” dessa cerimónia e da ausência de adesão popular. “Querem testar a popularidade do 25 de Novembro? Façam uma manifestação popular e comparem com a do 25 de Abril”, desafiou.

CONDECORAÇÃO “ABSOLUTAMENTE IMORAL”

“Fantochada” foi a expressão utilizada pela historiadora Irene Pimentel para qualificar a comissão criada para assinalar o 25 de Novembro no parlamento, e saudou a Comissão de Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. “A única que reconheço”. “É verdade que ainda vivemos em democracia, mas a primeira coisa que a direita e a extrema direita fazem quando estão coligadas é falsificar a história”, lembrou.

Também ela reconhece que não se tratou de uma “tentativa de golpe de Estado pelo PCP”, mas repetiu a expressão de Pacheco Pereira: “um pé dentro e um pé fora”. No seu entender, foi antes um “ajuste de contas” entre militares, entre a esquerda militar e os chamados moderados. Mas tudo terá ficado sanado e reinado o bom senso. Segundo disse, Jaime Serra, dirigente do PCP com ligação ao sector militar “terá dado ordem para desmobilizar” e “Jaime Neves disse que recebeu ordens para ficar por ali”.

“Hoje em dia, agradeço o 25 de Novembro”, disse Irene Pimentel, que criticou o deputa-

**OS CAPITÃES
DE ABRIL MANUEL DURAN
CLEMENTE, RODRIGO
SOUSA E CASTRO E VASCO
LOURENÇO MOSTRARAM
QUE ENTRE
OS MILITARES
AINDA HÁ FERIDAS
NÃO SARADAS,
MAS TODOS
CONCORDARAM
NA CONDENAÇÃO
DA CERIMÓNIA
NA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA
QUE ASSINALAVA
O 25 DE NOVEMBRO**

do do CDS, Paulo Nuncio, e o presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, por terem homenageado duas vítimas e terem deixado de mencionar o aspirante Ascenso Bagagem, do regimento da Polícia Militar. A historiadora considera a distinção “absolutamente imoral”.

NÃO DEMONIZAR NEM SANTIFICAR

Já José Miguel Sardica, professor universitário, que tinha cinco anos, em 1975, só podia falar

do que tem estudado e do que tem ouvido, realçando o “sentido positivo” resultante do “fim da ditadura”. Para ele, o 25 de Novembro foi um “momento de viragem”, depois de meses de “vertigem revolucionária”, em que o processo pós-25 de Abril se deslocava cada vez mais para a esquerda. O historiador descreve que nessa altura havia um “braço de ferro” — tanto no campo civil como militar — entre os sectores “moderados” e “radicais”. Esse confronto culminou em Novembro de 1975, quando a extrema esquerda militar começava a perder o controlo e os moderados intervieram. É nessa conjuntura que Sardica situa o 25 de Novembro, considerando que o desfecho permitiu uma correcção dos excessos revolucionários — realinhando o processo para uma democracia plural, multipartidária e pró-europeia, tal como materializou a Constituição de 1976.

Apesar de reconhecer a importância histórica da data, Sardica alerta para o risco de “instrumentalização da memória histórica”. Ele considera que o 25 de Novembro não deve ser transformado num “símbolo supremo” que apague o protagonismo do 25 de Abril, a “data mais importante da nossa história recente”. Segundo ele, há quem trate o 25 de Novembro como uma “bandeira de lapela”, para fins políticos — o que empobrece a memória histórica. Mas merece ser estudado com seriedade, “não para demonizar nem santificar, mas para entender como parte de um processo complexo e prolongado chamado revolução portuguesa — com várias datas e momentos que contribuem para a democracia contemporânea”.

NÃO FOI GOLPE DE ESTADO

Militar de Abril, o major-general Pezarat Correia foi membro do Conselho da Revolução desde o início e integrou o chamado do Grupo dos Nove, sabe, por isso do que fala. Na Gulbenkian disse que falou de um “clima golpista que se instala no país durante o PREC”, mas também ele insistiu que o 25 de Novembro “não foi um golpe de Estado, nem encerrou o PREC”. E lembrou neste contexto os “atentados terroristas” que ocorreram depois dessa data.

Pezarat Correia historiou o que se passou desde Abril de 1974 até Novembro de 1975, salientando que “todos os impulsos revolucionários foram resposta a acções contra-revolucionárias”. Lembrou que o general Spínola rejeitou o “ponto da independência das colónias”, a “importância revolucionária dos movimentos de libertação em África”, bem como a “adesão popular ao MFA”, o Verão Quente de 1975, salientando que o “Conselho da Revolução perde o controlo do movimento” e que a “contra-revolução já está em marcha, com acções violentas e terroristas”.

Era este o ambiente que conduziu ao 25 de Novembro, mas que no dizer deste militar “não foi golpe de Estado nem golpe militar”. Segundo Pezarat Correia, o que “veio travar o movimento revolucionário” foi o primeiro governo constitucional do PS, que veio dar a vitória à direita”. “A Europa connosco acabou por travar a revolução e impor a mudança da Constituição”, concluiu.



EXPOSIÇÃO ACOMPANHOU O SEMINÁRIO

Nos dois dias em que decorreu o seminário “25 de Novembro 50 anos depois”, os participantes tiveram a oportunidade de ver, nos espaços junto ao auditório 2, a exposição “25 de Novembro: um passo nos caminhos da Democracia”. Partindo do 25 de Abril de 1974 — marco fundador da liberdade, do fim da ditadura e do início da democratização — o percurso expositivo acompanha as dinâmicas, desafios e encruzilhadas que moldaram o país entre 1974 e 1976. Através de documentos, imagens e narrativas, propõe uma reflexão sobre o percurso da Re-

volução, as suas esperanças e dilemas, e os caminhos que conduziram à consolidação da democracia.

Os conteúdos e as orientações gráficas para a montagem da exposição são disponibilizados, pela Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril, gratuitamente, a todas as autarquias e estabelecimentos de ensino do país, bem como a organismos públicos que neles tenham interesse, ficando os custos de produção e de montagem a cargo da entidade acolhedora.

PROGRAMA

Local: Auditório 2 – Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna - Lisboa

24 de Novembro | Segunda-feira

14h30–14h45 — Sessão de Abertura

14h45–16h30 — Memórias do 25 de Novembro (Sessão 1)
Vasco Lourenço, Manuel Martins Guerreiro, Isabel do Carmo, José Augusto Esteves
Moderação: Luísa Tiago de Oliveira

17h00–18h30 — Painel 1 | Tensões políticas e dimensões internacionais

- Da tensão à clarificação: A dimensão internacional do 25 de Novembro — David Castaño (IPRI-NOVA)
 - O "25 de Novembro" visto da Europa Ocidental — Ana Mónica Fonseca (ISCTE)
 - "Primeiro fazem-se plenários e depois é que se cumprem as ordens." Contributos para uma história político-militar do 25 de Novembro — Ricardo Noronha (IHC)
 - Costa Gomes e o 25 de Novembro: Mediação e Contenção — Luís Nuno Rodrigues (ISCTE)
- Moderação: António Costa Pinto

17h00–18h30 — Painel 2 | Dinâmicas sociais e políticas

- O 25 de Novembro de 75: um golpe e um apagão em direito na televisão — Jacinto Godinho (CICANT – Universidade Lusófona)
 - Os dias finais da RDA (República Popular de Almada) — Nuno Pinheiro (CIES-IUL)
 - As clivagens no catolicismo português no rescaldo do período revolucionário (1974–1975) — João Francisco Pereira (CFE NOVA-FCSH)
 - 'Estabilizar, organizar e desenvolver o possível'. As implicações da crise militar do Verão Quente de 1975 nas políticas de educação — António Teodoro (Universidade Lusófona)
- Moderação: António Araújo

25 de Novembro | Terça-feira

9h30–11h00 — Memórias do 25 de Novembro (Sessão 2)
Manuel Duran Clemente, Rodrigo Sousa e Castro, António Reis
Moderação: Maria Flôr Pedroso

11h30–13h00 — Painel 3 | A Construção da memória do 25 de Novembro

- O 25 de Novembro como dispositivo de memória: narrativas de ordem, usos políticos da história e a ascensão da extrema-direita em Portugal — Marta Alves Coelho (IP Setúbal)
 - O 25 de Novembro: modos de usar — Manuel Loff (IHC)
 - Memórias em disputa: as direitas radicais e o 25 de Novembro de 1975 — Riccardo Marchi; Tiago Pinto (ISCTE)
 - A memória em formação da direita portuguesa do 25 de Novembro: jornais do CDS e do PPD — Iara Sobral (FLUL)
- Moderação: Paula Godinho

14h30–16h00 — Memórias do 25 de Novembro (Sessão 3)
Helena Roseta, Nuno Santos Silva, Mário Tomé, José Sanches Osório
Moderação: Nuno Ribeiro

16h30–18h00 — História e memória do 25 de Novembro
Fernando Rosas, Irene Pimentel, José Miguel Sardica, José Pacheco Pereira, Pedro Pizarat Correia
Moderação: José Pedro Castanheira

18h30 — Sessão de Encerramento
Sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aniceto Afonso – Associação 25 de Abril
António Araújo – Fundação Francisco Manuel dos Santos / Instituto de História Contemporânea, NOVA FCSH
António Costa Pinto – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Fernando Rosas – Instituto de História Contemporânea, NOVA FCSH
Luísa Tiago de Oliveira – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Maria Inácia Rezola – Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril
Rui Bebiano – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

ANALFABETISMO: O MAIS PESADO FARDOS DA DITADURA



Em tempos conturbados em que se usam as redes sociais para espalhar desinformação, parece que muitos portugueses esqueceram de que, sem Abril, muito dificilmente teríamos 40,9% de jovens entre os 24 e os 34 anos com formação superior

Se, como profetizou o escritor Vergílio Ferreira, “quando mais alto se sobe, mais largo é o horizonte”, a educação deveria ser sempre o meio primordial para atingir a altitude necessária no desafiante voo que é a vida. Nesta edição, a rubrica *Abril e os Jovens* vai ao encontro de quatro professoras que lembram como o ensino público se tornou o mais importante elevador social.

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

SE MERGULHARMOS NA HISTÓRIA de Portugal até 25 de Abril de 1974, percebemos que a consequência mais grave dos 48 anos

de ditadura foi o fosso que se gerou entre os níveis de alfabetismo e escolaridade do país, comparativamente com outros congéneres eu-

ropeus que não enfrentaram regimes autoritários. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1970, um em cada quatro portugueses (25,7%) era analfabeto, o equivalente a 1,8 milhões de pessoas. Embora o processo de mudança tenha sido iniciado na reforma do sistema educativo português levado a cabo em 1970 por José Veiga Simão, nomeado ministro da Educação Nacional por Marcello Caetano, foi Abril que tornou possível a democratização da educação e transformou a maneira de ensinar.

Quase 52 anos depois da Revolução, Portugal continua a ser dos estados-membros da União Europeia com os níveis mais elevados de analfabetismo, com uma taxa de 3,1%, de acordo com o Censos 2021. A falta de valorização da Educação reflete-se nas dificuldades que 293 mil portugueses ainda sentem, em 2026, para se orientar no mundo sem saber ler e escrever. Com certeza que nos é difícil imaginar a angústia, a revolta e o nível de “desnorreamento” que estas pessoas têm sentido ao longo da vida, num quotidiano tão indecifrável e hostil para quem não consegue marcar o nome dos filhos no telemóvel para pedir ajuda ou encontrar a casa de alguém através de uma morada escrita num papel. Se pensarmos que muitos serviços públicos estão cada vez mais orientados para o digital, o grau de desorientação e sentimento de exclusão social destas pessoas, em particular, se não tiverem apoio, será esmagadora.

Os quase 300 mil portugueses analfabetos são das principais vítimas do Estado Novo. Foram aqueles que tiveram o futuro hipotecado e que,

**DE ACORDO
COM DADOS
DO INSTITUTO NACIONAL
DE ESTATÍSTICA (INE),
EM 1970,
UM EM CADA QUATRO
PORTUGUESES (25,7%)
ERA ANALFABETO,
O EQUIVALENTE
A 1,8 MILHÕES
DE PESSOAS**

em vez de se poderem sentar numa sala de aula, tiveram de trabalhar para sobreviver e, em muitos casos, ajudar os pais a pôr pão na mesa. Talvez por isso, quando formaram família, muitos apostaram na educação dos filhos. Hoje, é comum existir um salto educacional abissal, numa única geração. Uma mãe que não sabe ler tem filhos professores, médicos, engenheiros e afins.

Em tempos conturbados em que se usam as redes sociais para espalhar desinformação, parece que muitos portugueses esqueceram que, sem Abril, muito dificilmente teríamos 40,9% de jovens entre os 24 e os 34 anos com formação superior – ainda assim 2,1 pontos percentuais abaixo da média da União Europeia, que estabeleceu a meta de atingir 45% da população jovem com ensino superior até 2030. E as mulheres, que em 1970 representavam 64% do

universo de pessoas analfabetas, são quem hoje mais frequenta o ensino superior. Os Censos de 2021 revelaram que, pela primeira vez, o número de licenciados do sexo feminino foi superior a um milhão – os homens são 712 mil. Significa que por cada dez portugueses com formação superior, seis são mulheres.

Para conhecer como era estudar ou ensinar antes e depois do 25 de Abril, a aluna da licenciatura em Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), Matilde Abrantes, foi conhecer as histórias de quatro professoras aposentadas que nos levam ao âmago do sistema educativo da época. No artigo *Educação em Portugal: do espartilho da ditadura à esperança na liberdade*, Margarida Serrano, 76 anos, recorda a rigidez do sistema educativo e de como os conteúdos programáticos eram formatados aos interesses do regime. Do alto dos seus 86 anos, Anunciação Faustino lembra como a distribuição dos papéis sociais privilegiava os alunos de género masculino e secundarizava as mulheres para profissões e aprendizagens estereotipadas; Idalina Costa, da mesma idade e também professora do ensino básico, não esquece o sacrifício de quem ia para a escola descalço. Inês Sousa, 78 anos, antiga professora de Português, no ensino secundário, revela como as mudanças no sistema educativo tornaram evidente o desabrochar do espírito crítico dos mais jovens.

Ir ao encontro destas pessoas com experiência pedagógica que cruzou dois séculos e viveu dois regimes políticos opostos permite recordar o que se construiu em 52 anos e como a qualida-

**QUASE 52 ANOS
DEPOIS DA REVOLUÇÃO,
PORTUGAL CONTINUA
A SER DOS ESTADOS-
MEMBROS DA UNIÃO
EUROPEIA
COM OS NÍVEIS
MAIS ELEVADOS
DE ANALFABETISMO,
COM UMA TAXA
DE 3,1%,
DE ACORDO
COM O CENSOS 2021**

de do ensino público se consolidou. Desde o 25 de Abril de 1974 até hoje, o Sol quando nasce passou - quase - a ser para todos. Por isso, é tão importante manter o alerta e identificar as razões sociológicas que explicam a preocupante redução de mais de nove mil candidatos na primeira fase de acesso ao ensino superior, no atual ano letivo.

*Professora adjunta e coordenadora da licenciatura em Jornalismo, na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), jornalista e investigadora do LIACOM.

EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: DO ESPARTILHO DA DITADURA À ESPERANÇA NA LIBERDADE

A Revolução do 25 de Abril de 1974 transformou radicalmente a história do País, com impacto em todas as esferas da sociedade, em especial na educação. A quase 52 anos de distância, quatro professoras recordam que transformações sofreu o sistema educativo português, antes, durante e após a Revolução

MATILDE ABRANTES*

DURANTE 48 ANOS de Estado Novo, a educação caracterizou-se por planos curriculares rígidos, centrados na ideologia do Ministério da Educação Nacional, fundado em 1933 para substituir o Ministério de Instrução Nacional e que funcionaria até 1971. Durante este período, as disciplinas eram escolhidas para reforçar os valores das políticas do regime, promovendo um nacionalismo exacerbado e uma visão conservadora da sociedade. Ser professora era das poucas profissões socialmente consideradas adequadas para as mulheres, mas o Estado assumia o controlo da vida dos educadores e

vigiava tudo aquilo que diziam e ensinavam. O ensino da História, por exemplo, enfatizava a glorificação do passado imperial português e a defesa da unidade nacional sob a liderança de António de Oliveira Salazar. Margarida Serrano, professora e historiadora, lecionou a disciplina de História ao longo de 30 anos, incluindo no período da ditadura. Hoje com 76 anos e já aposentada, considera que este contexto impactou significativamente a sua carreira devido à natureza restrita e opressora do sistema educativo da época: “O diretor era quem determinava o meu horário. Eu dava au-

las nos sábados de manhã; era uma única aula. E sábado à tarde, era obrigada a permanecer na escola para reverem o que eu planeava lecionar e tirar a informação que não queriam que fosse transmitida. Geralmente, era o século XIX, ou adicionavam a informação que consideravam importante para promover certas ideias.”

Além de lhe cortarem o programa, a docente recorda que não lhe diziam como deveria interligar certos pontos históricos, o que se tornava outro desafio: “Exigiam, da nossa parte, uma preparação científica, digamos assim, para lecionar certos temas saltando assuntos que não podíamos abordar, mas tínhamos de o fazer de modo que tudo continuasse a fazer sentido.”

Durante este período, a educação em Portugal também foi marcada pela segregação de género, com escolas separadas para meninos e meninas, e pelo controlo das instituições religiosas sobre muitas escolas. Anunciação Faustino, 86 anos, foi professora do 1.º ciclo do ensino básico, antiga escola primária. No seu tempo de estudante, frequentou uma instituição de ensino restrita a meninas: a Escola Básica de Nossa Senhora da Conceição, em Setúbal. “Durante a primária, o que nos ensinavam era semelhante entre rapazes e raparigas. Contudo, lembro-me de ter uma educadora que estava constantemente a obrigar-nos a aprender certas tarefas, pois estas eram cruciais para o nosso futuro.”

Mais tarde, durante o ensino secundário, Anunciação Faustino frequentou uma escola mista. Ainda assim, meninos e meninas eram separados na hora do intervalo e nas aulas de Educação Física: “O regime do Estado Novo

**SER PROFESSORA
ERA DAS POUCAS
PROFISSÕES
SOCIALMENTE
CONSIDERADAS
ADEQUADAS
PARA AS MULHERES,
MAS O ESTADO ASSUMIA
O CONTROLO DA VIDA
DOS EDUCADORES**

promovia uma visão tradicional e conservadora dos papéis de cada género na sociedade. Ao separarem rapazes e raparigas durante o intervalo e em aulas de Educação Física, eles reforçavam essa ideia da divisão de papéis e comportamentos esperados para cada sexo.” Adicionalmente, algo que refletia também as ideias do regime eram os livros didáticos, muitas vezes censurados e revistos para garantir a conformidade com a ideologia do Estado Novo, limitando a exposição dos alunos a ideias democráticas e progressistas.

RETRATOS DA REALIDADE OCULTA

As condições físicas das escolas eram frequentemente inadequadas, especialmente em zonas rurais, refletindo a realidade socioeconómica do país. Muitos estabelecimentos de ensino não tinham recursos básicos, como



Uma das principais metas das reformas pós 25 de Abril foi a inclusão e a igualdade de oportunidades

aquecimento, materiais didáticos e até mesmo instalações sanitárias adequadas. Durante o período do Estado Novo, em Portugal, o governo focava-se mais em manter a ordem política e social do que em investir nas infraestruturas escolares.

Idalina Costa, antiga professora de escola primária, atual 1.º ciclo do ensino básico, lecionou desde 1942 até 1995. Terminou a carreira na Escola de Santa Maria. Aos 86 anos, a docente lembra as dificuldades enfrentadas pelos alunos: “Os meninos iam para a escola descalços, não tinham muitas condições, mas a partir da Revolução, o ambiente mudou para melhor.” As desigualdades sociais eram evidentes, com crianças de famílias mais pobres a enfrentarem barreiras reais para frequentar a escola. “Cheguei a ter um aluno que só tinha dinhei-

ro para um par de sapatos, trazia sempre uma única sandes para o almoço e a mesma roupa. Dava-me pena. Então, sempre tentei ajudar, mas não havia muito que pudesse fazer para além de lhe levar comida”, recorda.

Geralmente, as crianças que frequentavam escolas mais rurais ainda ajudavam os pais nas tarefas agrícolas. A agravar a situação, sem transportes públicos, a deslocação para a escola era uma verdadeira odisséia de sacrifício, o que afetava o desempenho escolar. O nível de preparação dos alunos era acentuadamente díspar e os professores eram obrigados a corresponder. “Quando dava aulas no Alentejo, antes do 25 de Abril, tinha alunos de várias idades numa só turma e recursos limitados, o que tornava difícil ajudar as necessidades individuais de cada um deles”, conta Idalina Costa.

PAREDES INTRANSPONÍVEIS

A censura não poupava a educação, antes do 25 de Abril. Os livros didáticos e o material pedagógico eram cuidadosamente selecionados para garantir a conformidade com a ideologia do Estado Novo. Evitavam-se temas considerados subversivos ou contrários aos valores do regime, o que refletia as políticas de controle ideológico. A censura na educação era uma ferramenta de manutenção do poder usada para controlar a disseminação de ideias contrárias às do regime e para moldar a mentalidade dos jovens, de acordo com os princípios do Estado Novo.

No ensino secundário da época, o programa educativo era caracterizado por destacar os valores tradicionais, o patriotismo e a obediência ao Estado, enquanto temas críticos ou que questionassem a autoridade do regime eram geralmente suprimidos. A antiga professora do antigo ensino primário Anunciação Faustino afirma que existia controlo até na educação de crianças mais novas: “Havia sempre restrições e coisas a discordar. Como é óbvio, até mesmo no meu ramo, éramos confrontados com limitações nítidas. Discordava de muitas delas. Porém, não podia fazer muito. Eram as regras e eu tinha de as seguir, concordando ou não.” O Estado Novo é descrito por Margarida Serra no “como uma parede impossível de derrubar, em que os danos de tentar eram maiores do que os possíveis benefícios”. A docente reforça a ideia de que o programa educativo não incentivava os jovens a pensarem criticamente. Os conteúdos eram transmitidos para que

**O ENSINO DA HISTÓRIA,
POR EXEMPLO,
ENFATIZAVA
A GLORIFICAÇÃO
DO PASSADO IMPERIAL
PORTUGUÊS
E A DEFESA
DA UNIDADE NACIONAL
SOB A LIDERANÇA
DE ANTÓNIO DE OLIVEIRA
SALAZAR**

os alunos os entendessem, sem questionar ou relacionar com outros conhecimentos. Os programas foram estruturados para promover a ideologia do Estado Novo, sem espaço para o pensamento independente dos alunos: “Os conteúdos das disciplinas estavam montados para o espírito do Estado Novo estar presente e as matérias eram escolhidas nesse sentido e não no de fazer pensar. O objetivo do Estado Novo era que obedecessem e cumprissem, não que pensassem”. Ou seja, a prioridade era garantir obediência e conformidade, não o pensamento autónomo.

LIMITES DA LIBERDADE

Durante o Estado Novo, o ensino superior estava particularmente submetido a um controlo restrito. O governo impunha uma série de condicionantes à liberdade académica, limitan-

do a possibilidade de estudantes e professores expressarem opiniões contrárias ao regime ou de realizarem análises críticas dos conteúdos estudados. Margarida Serrano destaca uma das suas experiências do passado: “Fui incomodada numa oral, precisamente porque me atrevi a fazer uma síntese dos conhecimentos que o professor tinha dado. Portanto, havia muita falta de liberdade.”

Os estudantes, muitas vezes, viam-se obrigados a aceitar o que os docentes diziam como verdade absoluta, sem espaço para questões ou opiniões próprias. Mais tarde, quando se tornavam professores, transmitiam aos alunos o mesmo tipo de ensino, reforçando a ideia de que a única versão correta era a apresentada pelo professor. “Chegámos ao ensino e seguíamos o princípio de que o professor diz, está dito. Era essa a formação que recebi e, portanto, a que tive de dar.” Na opinião desta docente, nos dias de hoje, já não é visível, na educação superior, este rigor exacerbado: “A faculdade, antes do 25 de Abril, pelo menos a minha, deu-nos as ferramentas para saber ensinar. Pode-nos ter apertado o espírito. Tirou-nos qualquer atitude crítica, mas deu ensinamentos que depois nos permitiram lecionar.” Ao contrário da educação da época que era pouco livre, hoje em dia, Margarida Serrano considera que “acontece o oposto”, o que, como receia, “pode levar a um declínio no rigor de certas profissões”.

ENTUSIASMO DA MUDANÇA

O período após o 25 de Abril foi marcado por uma intensa agitação política e social em Por-

**ALGO QUE REFLETIA
TAMBÉM AS IDEIAS
DO REGIME ERAM
OS LIVROS DIDÁTICOS,
MUITAS VEZES
CENSURADOS
E REVISTOS
PARA GARANTIR
A CONFORMIDADE
COM A IDEOLOGIA
DO ESTADO NOVO**

tugal e desencadeou uma profunda incerteza política. A Revolução dos Cravos surgiu como um movimento de carácter democrático e antiautoritário, mas o seu desfecho era incerto. “Prevalecia um grande ponto de interrogação, sem sabermos o que é que ia acontecer. Não sabíamos para que lado ia cair, ou seja, quem ia ganhar”, lembra Margarida Serrano.

Durante esse tempo, várias fações políticas competiram pelo controle do país, o que resultou em confrontos e incertezas sobre o rumo político futuro. Muitos portugueses temiam que a Revolução pudesse resultar numa guerra civil. Este clima de incerteza e instabilidade política refletiu-se nas ruas, onde o medo e a desconfiança eram generalizados. “Em Setúbal, quando se soube que estava a haver uma Revolução, ficámos com medo. Cada vez que saía de casa, abriam o meu porta-bagagens

para ver o que é que se passava. Estavam em dúvida constante, procuravam saber se éramos pessoas de confiança ou não”, recorda Anunciação Faustino.

A Revolução levou à queda do regime autoritário do Estado Novo e ao estabelecimento de um regime democrático em Portugal, mas o processo de transição para a democracia não foi isento de desafios e tensões. “Para mim, o mais grave que me aconteceu foi que cheguei a ser revistada por pessoas conhecidas, amigas até”, desabafa.

TEMPESTADE POLÍTICA

Durante o período de mudança, após o 25 de Abril, as escolas tornaram-se espaços de intenso debate, refletindo a discórdia política e social que caracterizava o país. A democratização da sociedade refletiu-se nas salas de aula, onde professores e alunos discutiam abertamente questões políticas e sociais, de modo a explorar diferentes ideologias e perspetivas. Contudo, Margarida Serrano recorda que o clima de polarização política, muitas vezes, resultava em conflitos e divisões dentro das escolas: “Criou-se um mau ambiente. Alguns professores eram de uma linha, outros de outra e estes acabavam sempre por se desentender.”

A abertura para o debate político, embora fosse um avanço em termos de liberdade de expressão, também trouxe desafios, especialmente no que diz respeito à manutenção da ordem e do ambiente propício à aprendizagem. Inês Sousa, professora de Português do ensino secundário, iniciou a carreira em 1965 e manteve-se

a lecionar depois do 25 de Abril. Hoje com 78 anos, admite que nunca expressou a sua opinião política com os alunos ou com os colegas, embora, como conta, “existiam professores que não permitiam que se falasse de política em sala de aula, enquanto outros se sentiam livres ao ponto de se sentarem em mesas junto dos alunos a conversar sobre estes tópicos”. Esta dualidade de atitudes pedagógicas era, no entender de Inês Sousa, “um dos motivos pelo qual existiam tantos conflitos nas escolas”.

MOLDAR O AMANHÃ

Com a queda do Estado Novo, houve uma abertura significativa no sistema educativo. A censura foi abolida e foi incluída uma maior diversidade de temas e abordagens, desde o 1.º ciclo até ao ensino secundário. Como destaca a professora de História, “as mudanças na metodologia de ensino refletiram uma abordagem mais centrada no aluno e mais democrática”. Os docentes incentivavam - conta - “a participação ativa e o pensamento crítico que contrastava com o ensino mais tradicional e autoritário anteriormente praticado”. Margarida Serrano também recorda que “as metodologias se tornaram diferentes para começarem a fazer os alunos pensar”.

Uma das principais metas das reformas pós 25 de Abril foi a inclusão e a igualdade de oportunidades. Foram introduzidas políticas para garantir que todas as crianças, independentemente da sua origem socioeconómica, tivessem acesso a educação de qualidade. A expansão da rede de escolas e a melhoria das infraestrutu-



É possível observar uma diminuição abrupta na taxa de analfabetismo desde 1940. Durante o Estado Novo, 60% da população era analfabeta. Imagem de uma sala de aulas do Ensino Primário no tempo da ditadura

ras foram passos importantes nesse sentido. Idalina Costa lembra os esforços que fazia para apoiar os alunos mais necessitados: “Mesmo após toda a ajuda do Estado, havia crianças que vinham para a escola em muito más condições físicas. Então, tentava sempre ajudá-las”. Os alunos com residência distante da escola, geralmente, estavam dependentes do autocarro, mas o transporte público nem sempre passava. Sem culpa, acabavam por faltar muito às aulas prejudicando a sua educação. “Quando não havia transporte, eles ficavam abandonados o dia inteiro”, lamenta, a tantos anos de distância, Idalina Costa. Margarida Serrano complementa: “Chegámos a ver casos parecidos no ensino secundário, uma vez que, por mais que o Estado estivesse mais focado na educação dos

jovens, estes não eram capazes de alterar a sua situação financeira, fazendo com que continuassem com problemas a nível da educação.”

REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA

A formação de professores também foi um foco importante das reformas que ocorreram depois da Revolução. Margarida Serrano relata os acontecimentos da sua vida enquanto professora, no pós 25 de Abril: “Foram dadas, a mim e aos meus colegas, formações contínuas para garantir que estávamos preparados para enfrentar novos desafios pedagógicos que o pós-revolução poderia trazer.” A professora destaca ainda que, após a queda do Estado Novo, o desenvolvimento profissional se tornou uma prioridade, “com a introdução de novas

metodologias de ensino e a promoção de um ambiente de aprendizagem mais colaborativo e inovador”.

Apesar de o 25 de Abril ter trazido mudanças cruciais para a educação em Portugal, as alterações não foram imediatas. “Parecia que tínhamos passado de um extremo ao outro”, afirma. Por mais que não concordasse com o tipo de ensino regido, restrito e pouco estimulante do Estado Novo, a professora também não estava de acordo com todas as mudanças que sucederam. “Parecia que queriam dinamizar mais o ensino do que aquilo que seria necessário”, justifica.

Margarida Serrano lamenta que agora circule, em alguns meios, a ideia errada daquilo que acontecia na altura e a visão de que antigamente é que era bom. “As pessoas tendem a esquecer-se do que aconteceu antes do 25 de Abril. Havia muita pobreza no Estado Novo. Nas zonas mais afastadas, não existia eletricidade, água potável, saneamento básico, entre outras.”

ENGRENAGENS DO PASSADO

Após 51 anos de democracia, as docentes acreditam que se perpetuam alguns desafios por resolver. Um exemplo apontado é a falta de iniciativa das escolas para se adequarem à sociedade em que estão inseridas, em particular, nas questões tecnológicas, como o uso ou proibição do telemóvel no recinto escolar. Segundo a Fundação João Neves, 92% dos jovens portugueses entre os 10 e os 17 anos utilizam a internet para obter as respostas das avaliações.

No entender de Margarida Serrano, uma vez que os jovens se adaptaram a esta evolução tecnológica, os docentes deveriam fazer o mesmo: “O professor vai ter de continuar a existir, mas deverá ensinar aos alunos aquilo que não são só conteúdos fáceis de adquirir online, mas sim como ter uma atitude crítica, como procurar várias fontes e como estimular o pensamento.”

Nas últimas cinco décadas, foram estabelecidas bases para um sistema educativo mais inclusivo e democrático. A trajetória da educação em Portugal, desde o período anterior ao 25 de Abril até à atualidade, reflete uma evolução contínua para a conquista de melhores condições e oportunidades para todos os estudantes. É possível observar uma diminuição abrupta na taxa de analfabetismo desde 1940. Durante o Estado Novo, 60% da população era analfabeta. Mais tarde, em 1976, a percentagem diminuiu 34,3% e, atualmente, só 3% da população portuguesa não sabe ler e escrever, um número ainda assim muito elevado, quando comparado com os congéneres europeus,

De acordo com dados divulgados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), em 2023, Portugal bateu o recorde de jovens inscritos no ensino superior, ultrapassando os 446 mil estudantes, o que representa um aumento de 24% desde 2015/2016. A queda de quase 10% de alunos que, no ano letivo de 2025-26, concorreram à 1.ª fase do ensino superior é, no entanto, bastante preocupante. Apesar de a educação se ter tornado o mais significativo elevador social, o relatório da



Foram introduzidas políticas para garantir que todas as crianças, independentemente da sua origem socioeconómica, tivessem acesso a uma educação de qualidade

OCDE “Higher Education in Portugal: Policies for Access and Success”, divulgado em outubro de 2025, refere que chegar ao ensino superior não é para todos. Em Portugal, os alunos mais pobres são quem tem menos oportunidade de frequentar a universidade ou ao ensino politécnico. Entre os jovens, apenas 56% têm a expectativa de tirar um curso superior.

É importante não esquecer que há 51 anos, estes números eram sete vezes inferiores, com apenas 15780 alunos a estudarem nas universi-

dades. No país democrático do pós-25 de Abril, estudar deixou de ser um privilégio de alguns e tornou-se uma condição acessível a todos. No entanto, espera-se que o novo modelo de ação social anunciado pelo atual Governo, em 2025, possa contribuir para combater as persistentes desigualdades sociais.

* Estudante de Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social do IPL

O ESTADO SOCIAL E O ESTADO LIBERAL



Movimento nos EUA (1939) com um cartaz da Câmara do Comércio - Menos impostos mais Comércio (coleção Everett) - Os ideólogos liberais originais defendiam que o Estado deveria seguir políticas pró-competitivas, ou seja, a favor da livre concorrência

Nos últimos anos em Portugal e no resto do mundo ocidental, a direita tem ganhado ascensão política. A direita não democrática de extrema-direita tem tido mais destaque não só por ter atraído mais votos, mas também pela radicalidade das suas políticas que geram mais *sundbytes*, *twitts* e interação nas redes sociais. Ao mesmo tempo, uma outra direita tem vindo a ganhar também uma maior expressão nas democracias ocidentais, incluindo mais uma vez Portugal – a direita liberal. Por vezes as duas confundem-se, ver Elon Musk que tanto se diz de extrema-direita como de direita liberal. Mas neste artigo vamo-nos focar apenas na direita liberal

ARMANDO J. GARCIA PIRES*

ENQUANTO A EXTREMA-DIREITA tem mais implantação na classe média e média baixa, pelo contrário, a direita liberal tem mais implantação na classe média alta, ou seja, pessoas mais instruídas. Talvez por este último eleitorado ter mais acesso aos corredores do poder, tem-se também ouvido cada vez mais vozes a defender que Portugal deve mudar de um Estado de matriz social para um Estado de matriz liberal. O que é que isto significa na prática?

Para responder a esta pergunta temos de começar por definir a direita liberal. De uma forma simples a direita liberal pode ser definida por defender um papel limitado do Estado na sociedade e economia e pela adopção do capitalismo de mercado livre. A direita liberal enfatiza também a liberdade individual em detrimento dos direitos sociais. Começamos por discutir os dois primeiros pontos (papel do Estado na economia e capitalismo de mercado) e no fim abordaremos a questão da liberdade in-

dividual, em particular qual o tipo de liberdade se pode ter com a ideologia liberal.

Para se passar de um Estado social para um Estado liberal, em primeiro lugar é necessário que se passe de um sistema em que o Estado tem uma responsabilidade importante na saúde, educação, emprego e segurança social para um em que o sector privado ganha maior preponderância nestas áreas. Isto significaria mais hospitais privados, mais escolas privadas, menos emprego público, privatização das pensões e diminuição dos apoios sociais às famílias e aos desfavorecidos. Para além disso, o Estado não deve participar em actividades económicas, com excepção da defesa.

Em segundo lugar, será também necessário que se passe de um sistema em que as actividades económicas sofrem alguma regulamentação para outro em que a desregulamentação domina, e o Estado não deve de todo subsidiar a actividade económica e taxar o menos possível. No mercado de trabalho isto significaria

regras laborais mais flexíveis, ou seja, com menos direitos para os trabalhadores (por exemplo, abolição de compensação por despedimento sem justa causa) e mais direitos para os empregadores (por exemplo maior facilidade em despedir seja em que situação for). Um aparte: enquanto os liberais exigem o fim das compensações por despedimento, defendem afincadamente os pacotes milionários para os CEOs que saem duma empresa.

Para justificar estas mudanças (menor peso do Estado e capitalismo de mercado), os que propõem uma mudança para um Estado liberal argumentam que, por um lado, o peso do Estado na economia portuguesa é demasiado elevado (grande proporção de emprego público e elevados impostos), o que põe em causa a sustentabilidade das finanças públicas e asfixia a economia. Por outro lado, a regulamentação excessiva das actividades económicas põe entraves ao investimento privado e como tal ao crescimento económico. A pergunta que temos de fazer é se a mudança de um Estado social para um Estado liberal pode, por si só, resolver os problemas que Portugal atravessa.

ORIGENS

O Estado social tem origem nas teorias socialistas de Karl Marx, Robert Owen e Pierre-Joseph Proudhon. Por sua vez, o Estado liberal tem base nas teorias liberais de Adam Smith, David Hume e John Stuart Mill. O socialismo destaca o papel do Estado na promoção do bem-estar económico e social dos cidadãos e a importância da igualdade na sociedade. Por seu lado o

**A DIREITA LIBERAL
PODE SER DEFINIDA
POR DEFENDER
UM PAPEL LIMITADO
DO ESTADO NA SOCIEDADE
E NA ECONOMIA
E PELA ADOPÇÃO
DO CAPITALISMO
DE MERCADO LIVRE**

liberalismo põe a ênfase na propriedade privada, na economia de mercado e na liberdade individual (como disse, voltaremos a esta ideia no fim do artigo).

As versões actuais destes dois sistemas, tanto o socialismo moderno como o neo-liberalismo, diferem substancialmente das originais, o socialismo clássico e o liberalismo clássico. No entanto, enquanto os socialistas modernos moderaram as suas posições, os neoliberais pelo contrário radicalizaram as suas políticas. De facto, a maioria dos que defendem as ideias socialistas nos dias de hoje abandonou as vertentes mais extremas (por exemplo, a abolição da propriedade privada) e abraçaram o capitalismo. No entanto, muitos dos neoliberais radicalizaram as suas posições ao ponto de, ao contrário dos ideólogos originais (que viam um papel para o Estado na educação, saúde e segurança social), proporem um papel totalmente residual do Estado (ver por exemplo Milei na Argentina ou Elon Musk nos EUA).

TEORIA DO EQUILÍBRIO GERAL

Mas em que é que assenta esta visão dos neoliberais? Para respondermos a isto, temos de nos debruçar sobre a teoria económica que tem sido usada para a defesa da economia de mercado desregulada: a teoria do equilíbrio geral. Para perceber a importância desta teoria basta dizer que muitos economistas defendem que esta é para a economia o que a teoria da relatividade de Einstein é para a Física. Em termos simples, a teoria do equilíbrio geral, formalizada por Kenneth Arrow e Gérard Debreu (que graças a ela receberam o prémio Nobel da Economia), descreve o comportamento da oferta e da procura numa economia em que muitos sectores e mercados interagem entre si.

Porque é que então a teoria do equilíbrio geral é tão central para os neoliberais? Porque esta demonstra que o bem-estar económico numa sociedade é maximizado numa economia competitiva de mercado. Isto acontece porque numa economia competitiva e sem falhas de mercado, apenas as empresas mais eficientes sobrevivem e estas praticam os preços mais baixos para benefício dos consumidores. De notar que neste modelo as firmas são atomísticas, não são monopolistas nem têm poder de mercado, o que implica que estas empresas tenham lucro zero, ou seja não há Teslas, Amazons ou Facebooks. De acordo com os liberais clássicos só com lucro zero não há desperdício de recursos, pois tudo é pago em salários ou reinvestido na empresa.

Podemos deste modo perceber porque é que os ideólogos originais do liberalismo, não eram

muito favoráveis a empresas com demasiado poder no mercado. Por um lado, estas podem praticar preços altos, porque têm poder monopolista. Por outro lado, o poder excessivo das grandes empresas pode conduzir a que estas caíam nos mesmos “pecados capitais” normalmente associados ao Estado (o monstro Leviatã nas palavras de Hume), como o abuso de poder (como se observou recentemente com o sector financeiro). Mas neste último ponto os neoliberais diferem dos liberais clássicos - ver o exemplo das grandes tecnológicas nos EUA que atingiram o ponto de serem maiores que alguns dos monstros do Leviatã que eles tanto criticam. De facto, muita destas empresas tecnológicas (incluindo a Tesla do radical liberal Musk) têm sido as maiores beneficiárias de subsídios públicos nos EUA, subsídios estes que segundo a ideologia liberal são uma blasfémia, ou seja, deveriam ser erradicados. Aqui se vê uma outra característica dos liberais: liberalismo para os trabalhadores e aqueles sem poder; capitalismo de estado do “colinho” para as grandes empresas. Mais uma vez dois pesos e duas medidas.

De qualquer modo, para os liberais clássicos, a concorrência significa a cenoura e o chicote. Por um lado, com livre concorrência as empresas têm de se destacar em relação às demais para obterem lucros (a cenoura). Por outro lado, se não forem competitivas serão forçadas a falir (o chicote). Por este motivo, os ideólogos liberais originais defendiam que o Estado deveria seguir políticas pró-competitivas, ou seja, a favor da livre concorrência. Mas como até admi-

do recentemente pelo *The Economist* (bíblia do pensamento liberal), muitos neoliberais confundem políticas pró-competitivas com políticas *pró-business*, i.e.: políticas que favorecem as empresas, muitas vezes à custa da população em geral. Veja-se, por exemplo, algumas parcerias público-privadas, em que muitas vezes as empresas privadas têm uma taxa de rentabilidade garantida; veja-se também os subsídios às empresas tecnológicas; ou recentemente o arrastar dos pés pelo Estado no pagamento de impostos da venda de barragens pela EDP, ou o resgate público do sector bancário e financeiro na crise financeira de 2008. Neste último caso os liberais defendem que as empresas do sector financeiro e bancário eram demasiado grandes para se poder deixar que falissem, o que demonstra que os próprios liberais estão reféns dos interesses das grandes empresas financeiras. Segundo a teoria do equilíbrio geral isto é um erro, pois quando as empresas têm os lucros assegurados, estas não têm necessidade de investir, visto que o jogo competitivo (o lucro) já foi ganho.

RECURSOS E FALHAS DE MERCADO

Mas não é só isto que os neoliberais “esquecem” da teoria do equilíbrio geral. Esta também nos diz: quando o mercado não é eficiente (ou seja, não maximiza o bem-estar das populações) é porque os recursos não são bem empregues (por exemplo, mão de obra pouco qualificada); ou, então, segundo os economistas, verificaram-se falhas de mercado. E o que são falhas de mercado? É tudo o que desvirtua

**COM A EVASÃO FISCAL
NÃO SE PODE GARANTIR
QUE QUEM MAIS PRECISA
É QUEM AUFERE
DAS TRANSFERÊNCIAS
SOCIAIS, POIS QUEM
DECLARA BAIXOS
RENDIMENTOS,
SENDO RICO,
VAI TER ACESSO A ELAS**

o jogo competitivo: a corrupção, a promiscuidade entre o Estado e sector privado (lobbies), a fuga aos impostos... Por exemplo, a promiscuidade entre o Estado e o sector privado pode fazer com que empresas pouco eficientes, mas protegidas por ligações políticas, sobrevivam no mercado em vez de outras mais produtivas. Quem fica a perder é toda a população, porque as firmas menos eficientes criam menos riqueza, consomem mais recursos e praticam preços mais elevados (como se observa em muitos sectores protegidos).

A teoria de equilíbrio geral diz-nos também que uma economia de mercado raramente redistribui a riqueza de forma equitativa por si só, para isso é necessário o Estado. Isto é comprovado pela grande desigualdade entre ricos e pobres que se observa em países liberais co-

mo os EUA. Mas, admire-se, este é também o caso de Portugal (o quarto país mais desigual da União Europeia). Portugal tem neste sentido a particularidade de ser supostamente um Estado social, mas com resultados, em termos de desigualdade, de um Estado liberal. O caso português causa estranheza porque, segundo a teoria do equilíbrio geral, as transferências sociais (semelhantes às existentes em Portugal) deveriam conduzir a uma redistribuição mais equitativa da riqueza. Isto, de facto, acontece em Portugal, mas não tanto como em outros países com estados sociais, como na Escandinávia. Porquê? A teoria do equilíbrio geral alerta que se tal não acontece (e desta vez chamo a atenção para os defensores do Estado social), se deve mais uma vez ou a recursos mal utilizados (como referimos acima, por exemplo mão de obra pouco qualificada) ou às falhas de mercado ou a uma ineficiente redistribuição. Por exemplo, quem foge aos impostos não contribui para os bens públicos (como saúde, educação ou estradas), mas usufrui deles. Por outro lado, com a evasão fiscal não se pode garantir que quem mais precisa é quem aufere das transferências sociais, pois quem declara baixos rendimentos, sendo rico, vai ter acesso a elas (o caso de estudantes do ensino superior que vão de Porsche para a universidade e recebem bolsa).

Os modelos teóricos da economia são naturalmente simplificações da realidade, e os próprios Arrow e Debreu alertaram para isso. Mas, apesar de tudo, podem dar-nos pistas importantes para a ação política. Isto é, quer

**O HOMEM
COM PODER,
AO CONTRÁRIO
DO REI DA SELVA,
PODE ACUMULAR PODER
E MAIS PODER,
O QUE NO LIMITE
LEVA A LIMITAÇÃO
DA LIBERDADE
DOS OUTROS HUMANOS**

o Estado social quer o Estado liberal só poderão promover o crescimento económico se se combaterem as falhas de mercado, se tivermos uma mão de obra mais qualificada e melhor redistribuição da riqueza criada.

A LIBERDADE INDIVIDUAL

Concluimos este artigo voltando à questão da liberdade individual. Os neo-liberais defendem que a liberdade individual não pode ter limites nem ser inibida pelo Estado. Muitos concordarão com esta premissa, mas o problema, como em tudo, está nos detalhes. A ideia de base para os neo-liberais é o Darwinismo social, sobrevivência do mais “apto”, porque só assim a sociedade avança, o que é para o benefício de todos. Sem entrar na questão ética que é a não sobrevivência dos menos “aptos”, quando aplicada a

seres humanos, o problema é que na sociedade humana o mais apto é invariavelmente o mais forte. E quem é o mais forte? Nem sempre é o mais inteligente, mas sim quem tem mais poder. Não se sabe o QI de Donald Trump, mas sabe-se que o QI na população humana está estatisticamente distribuído segundo uma distribuição normal, o que significa que a esmagadora maioria da população tem uma inteligência média. Ou seja, temos muito menos super-inteligentes do que o número de milionários e poderosos no mundo.

Deste modo deve-se também perguntar se pode haver liberdade sem mais igualdade. Ou seja, será possível haver liberdade quando a riqueza está altamente concentrada em menos de 1% da população? No reino animal o poder dos leões, o rei da selva, está limitado pelas condições naturais: os outros animais não são levados à extinção por mais fortes que sejam os leões. O humano difere disto, na medida em que o seu poder não é totalmente limitado pela natureza graças à tecnologia. Ou seja, o homem tem poder até para conduzir à extinção do planeta Terra. O homem com poder, ao contrário do rei da selva, pode acumular poder e mais poder, o que no limite leva a limitação da liberdade dos outros humanos. Isto de facto é defendido por Elon Musk e os seus correligionários como Peter Thiel (figura central nas novas tecnológicas nos EUA). Segundo eles, os mais poderosos devem ter mais liberdade porque são superiores aos restantes humanos (ver estas ideias preto no branco no último livro de Thiel). Ou seja, na ideologia neo-liberal não só

**NA IDEOLOGIA
NEO-LIBERAL
NÃO SÓ É ACEITE
QUE A LIBERDADE
DOS MAIS PODEROSOS
CONDUZ A MENOS
LIBERDADE
DOS OUTROS,
COMO DEFENDEM
QUE DEVE SER ASSIM**

é aceite que a liberdade dos mais poderosos conduz a menos liberdade dos outros, como defendem que deve ser assim.

A DEMOCRACIA AMEAÇADA

Ao contrário do que os liberais defendem, a liberdade na sociedade humana só pode ser assegurada por um regime democrático em que não haja enormes desigualdades sociais e económicas. De resto, foi a maior igualdade nos países do norte da Europa que conduziu a democracia a aparecer primeiro nestes e não nos países do sul da Europa. A partir do momento em que as desigualdades aumentam, a democracia pode até continuar no papel, mas será ameaçada na prática, como de resto acontece actualmente nos Estados Unidos da América.

Professor universitário, sócio da A25A

UM DIA CARREGADO DE FUTURO

MARIA VIRGÍNIA RODRIGUES*

“Numa clara e leda madrugada”
o Povo desta Terra desperta,
inunda as ruas de cravos e canções,
as canções silenciadas dos Poetas.

Porque houve um dia, Povo,
“que dos anos de apagada e vil tristeza”
finalmente te libertaste,

porque houve um dia
que às fábricas, aos campos e às cidades
chamaste teus e por direito os ocupaste,

inquietaste, nesse dia,
os que fazem e desfazem os impérios,
e Sujeito da História te assumiste por inteiro;

por esse dia tremeram
os centros do lucro, onde por vil dinheiro,
contra os Povos. ódios e traições se negociam;

desde esse dia lutas
e defendes o que por direito te pertence,
aos bastões e às balas resistes, mas não
te rendes;

por esse dia,
em suor e sangue derramados, cantando
liberdade,
caíram filhos teus assassinados;

e porque nesse dia. Povo,
Sujeito da História te assumiste, tomarás
mais “clara e leda a madrugada”
e a Canção ouvir-se-á de novo.

* Poeta, colaboradora d'O Referencial

O 25 DE NOVEMBRO NA IMPRENSA SUÍÇA

A imprensa da Confederação Suíça, que nunca deixou de falar de Portugal após o 25 de Abril, no outono de 1975 seguia atentamente os acontecimentos, nomeadamente depois da proclamação da independência de Angola e, sobretudo, aquando da substituição de Otelo Saraiva de Carvalho por Vasco Lourenço como comandante da Região Militar de Lisboa. A imprensa helvética interpreta os acontecimentos de finais de novembro através de diferentes prismas, mas com um traço comum: a convicção de que Portugal se encontra quase à beira do colapso

RETO MONICO*

TODOS OS ANALISTAS SUÍÇOS DESTACAM, com mais ou menos ênfase, a situação muito crítica de Portugal no final de 1975 e quase todos evocam uma possível — para não dizer provável — guerra civil. Muitos deploram a falta de autoridade, de disciplina e a politização das forças armadas.

O genebrino *La Suisse*, a 26 de novembro, escreve que ninguém consegue impor a sua autoridade, que já não há exército, mas só existem grupos de militares que lutam entre si e que “é nas ruas, nos campos e nas casernas que o poder real poderá instalar-se em Portugal”. Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo tergiver-

saram demasiadas vezes, realça o diário: só um milagre, “um hipotético surto de bom senso”, poderá salvar o país.

No mesmo dia, o jornal *Tribune – Le Matin* é da mesma opinião: o exército está dividido e o país mergulha numa imensa anarquia, com a greve do governo, as diatribes entre o PS e o PCP e a extrema-esquerda que joga os seus últimos cartuchos. Como consequência de “tantas irresponsabilidades, erros, hipocrisias e manipulações”, o periódico fala abertamente da iminência da “pior calamidade de todas, a guerra civil”. É o que escrevem, entre outros, Arnold Hottinger nos dois artigos publicados



A esquerda revolucionária marca pontos / A queda do governo pode desencadear a guerra civil (*La Liberté*, 24 de novembro)

Portugal dem Bürgerkrieg nahe

“Portugal perto da guerra civil” (*Neue Zürcher Nachrichten*, 26 de novembro)

no *Neue Zürcher Zeitung* (NZZ) a 24 e a 26 de novembro e Charles Bays em *La Liberté*¹.

A 29, o *Tages-Anzeiger* nota que agora o exército, transformado praticamente numa espécie de loja de autosserviços, “se tornou o espelho das divisões internas de Portugal”. Por seu lado, para Charles Bays, a instituição militar é apenas “um vasto fórum onde a batalha das ideias se vencerá com a ponta de uma arma”. Muito negativo é o comentário já citado do *Tages-Anzeiger*. Segundo o jornal de Zurique, “Portugal tornou-se para muitos um palavrão: simboliza o caos permanente e o *Moscovo no Atlântico*”. Só um *esforço titânico*, que provavelmente custará algumas centenas de mortos” (segundo um oficial conservador) poderá permitir ao país mudar a sua situação muito crítica”.

Claude Monnier² emite uma opinião muito diferente:



“Chegou-se à beira do abismo / Perigosa agudização da crise do Estado em Portugal” (*Der Bund*, 26 de novembro)

Para que haja um golpe de Estado é preciso que haja um Estado. Esse já não é o caso em Portugal. Para que haja uma guerra civil é preciso saber contra quem lutar: hoje ninguém merece ser derrotado porque ninguém detém o poder.

Agora é indispensável criar um “embrião de poder” para que as forças políticas possam organizar-se, acrescenta o articulista revelando um certo desprezo e um grande desconhecimento da realidade lusa. E afirma que, por causa de “quarenta anos de imobilismo”, o país é hoje uma “sociedade primitiva, tribal, não organizada”!

Muito alarmista é o artigo de Jean Herr³. Citando o exemplo da Rússia de Kerensky e do Chile de Allende, períodos de anarquia que antecederam uma ditadura, prevê que se o incêndio eclodir na Península Ibérica “difícilmente pouparia a Europa”. Por conseguinte, “do destino de Portugal ou de Espanha depende, pois, o

1 «Le vide qui caractérise la politique portugaise nous a habitués depuis longtemps à ces violents soubresauts menaçant à chaque fois de précipiter le pays dans la guerre civile.» *La Liberté*, 26 de novembro.

2 «Portugal: le point tournant?», *Journal de Genève*, 26 de novembro.

3 «Le Portugal dangereusement enfiévré», *La Liberté*, 29-30 de novembro.

nosso próprio destino. Não é semear o pânico dizê-lo com franqueza”.

Vários analistas sublinham a crítica situação económica marcada pela forte inflação, a subida dos salários, a agitação social, a chegada dos retornados, o défice da balança comercial, a indústria desmantelada, a subida do desemprego, o falhanço da reforma agrária, a forte diminuição dos investimentos estrangeiros e a reserva de ouro que está a diminuir a grande velocidade. Para o *La Gruyère*, de dia 27, a confusão é total. “É um caos” que pode levar a “um banho de sangue”.

O *Express – Feuille d’Avis de Neuchâtel* escreve a 27 de novembro:

As horas quentes da revolução de Abril transformaram Portugal numa colónia. Uma pobre colónia dependente, sobretudo, do estrangeiro. Se o estrangeiro cortar o apoio, todo o país acaba na sopa dos pobres.

AÇÃO MILITAR INEVITÁVEL

Para o *Basler Nachrichten* de dia 26, só uma ação militar podia resolver a situação perante este ato de desespero da extrema-esquerda que, com esta tentativa de golpe, deu “um tiro no próprio pé”. Esta opinião é partilhada por outros órgãos de imprensa, como o diário *Tribune-Le Matin*, segundo o qual este apelo à força justifica-se pelo impasse político dos últimos nove meses, ou o socialista *Berner Tagwacht*, de dia 27, que afirma: “Costa Gomes foi agora forçado a agir pela rebelião de paraquedistas extremistas em quatro grandes bases aéreas”. Muitos analistas, como Claude Monnier, subli-

nam que esta intervenção das tropas governamentais tinha o objetivo de acabar com as manifestações de rua “sem ordem e sem limites, a todas as horas do dia e da noite, tornando também impossível o exercício de qualquer tipo de poder”. Charles Bays estima que esta medida foi tomada demasiado tarde e que o Presidente pode ser acusado de tomar o partido dos contrarrevolucionários, provocando reações suscetíveis de desencadear uma guerra civil. O comentário da *Tribune de Genève*, de dia 26 é mordaz e quase insultuoso:

O regime revolucionário português está a comportar-se como um doente mental que, entre duas crises, tem um momento de lucidez.

Outros analistas – como Arnold Hottinger no *NZZ*, de dia 26, – destacam a falta de coordenação dos revoltosos e a sua clara inferioridade numérica. Finalmente, alguns interrogam-se sobre o desenrolar dos acontecimentos e emitem uma outra hipótese, como Roman Berger. A 29, o analista do *Tages-Anzeiger*, depois de ter realçado o facto de os rebeldes terem estado em evidente desvantagem, nota:

Não seria, portanto, de estranhar se a tentativa de golpe “de extrema-esquerda” desta semana – amadora e rapidamente sufocada por um único regimento leal – viesse um dia a revelar-se, tal como alguns “golpes de direita” anteriores, uma provocação orquestrada por um grupo que muito teria a ganhar com o desfecho deste ato de força.

A 30 de novembro, o *Die Tat* evoca também uma possível armadilha, realçando, no entanto, o facto de não existirem «indícios de provocação direta.»



"Paraquedistas tomam quatro bases aéreas e a Rádio-Televisão/Lisboa: Estado de urgência"
(Tribune de Genève, 26 de novembro)

UMA VIRAGEM?

Muitos percebem quase de imediato que Portugal está a viver horas decisivas, como Granger no *Express-Feuille d'Avis de Neuchâtel*, já a 26, vaticina – ou ganha Azevedo, ou ganha o PCP:

Um novo livro da revolução portuguesa. Um novo livro cujas páginas os ultras da esquerda sonham escrever por inteiro. O que está em jogo? Desta vez, já não se trata de um choque de ideias, de querelas pessoais ou de afinidades ideológicas. Trata-se de saber o que será, amanhã – nas próximas horas – o verdadeiro futuro de Portugal.

No dia seguinte, no *24 Heures*, Guido Olivieri exprime quase a mesma opinião:

Terá Portugal virado uma página importante e estará pronto para iniciar o processo de reconstrução? A clarificação que acabou de ocorrer não é certamente decisiva, mas pode ser considerada um acontecimento positivo, tanto porque o confronto entre os militares ficou restrito, como porque, até agora, quase não se estendeu à população civil.

Em Madrid, Arnold Hottinger é mais categórico: trata-se de um ponto de viragem. Para o correspondente do diário radical de Zurique, há muito que se impunha a adoção de medi-

das violentas para disciplinar as unidades «revolucionárias (NZZ, 27 de novembro). Por seu lado, Monnier acha que se trata de «o início de uma reconstrução do poder.»

A 26, em Zurique, *Die Tat* considera que, depois dos últimos acontecimentos, «a atmosfera política em Portugal não poderá voltar a ser a mesma. O esclarecimento há tanto adiado deverá agora ocorrer – numa direção ou noutra.» Vários jornais, como o *Giornale del Popolo*, de dia 29, ficam visivelmente satisfeitos com o facto de os dirigentes portugueses estarem a tomar medidas para demolir as estruturas da extrema-esquerda⁴. No mesmo cantão, o semanário *Azione*⁵ nota que os militares tomaram as rédeas do país, na altura em que Portugal estava «a tender definitivamente para o caos». No fundo, não foi nem uma verdadeira revolta, nem um golpe de esquerda: mediram-se as forças de cada campo e, no fim da contagem, os moderados e as direitas ganharam. Assim, os militares, apesar dos inúmeros erros cometidos, conseguiram salvar a característica incruenta da Revolução portuguesa. Se tivesse ocorrido uma verdadeira insurreição, adianta o editorialista, teria havido um banho de sangue.

Muito incisivo é Peter Schmid⁶:

O tumor que envenenava todo o organismo político foi extirpado: os sectários e faladores fardados, que com mão armada ignoraram a expressão da vontade de todo um povo e, com uma multidão de

utopistas orgiásticos, impediram o funcionamento do governo legitimamente constituído, evacuaram, com lágrimas nos olhos, os seus postos de comando ou encontram-se agora atrás das grades como insurgentes. Os gangues vermelhos, que em alguns casos ocuparam redações e estações de rádio com força bruta, submetendo leitores e ouvintes a uma constante enxurrada de mentiras, foram eliminados.

Trata-se agora de restabelecer uma autoridade democrática, prossegue o editorialista do semanário, que põe os pontos nos is: Portugal não é o Chile e Melo Antunes e os Nove nada não têm a ver com Pinochet.

VITÓRIA DOS MODERADOS, MAS...

Urs Widmer, no *National-Zeitun*, de dia 27, evidencia a intervenção firme do Conselho da Revolução e nota que os moderados ganharam uma batalha, mas ainda não a guerra. Terão de provar que são capazes de manter o controlo. Por conseguinte, acha que é prematuro festejar a vitória das forças democráticas e assinala dois perigos – os civis armados e um exército dividido. Também a 27, o católico *Neue Zürcher Nachrichten* é de idêntica opinião: a decisão provisória nesta prova de forças em Portugal não deve iludir quanto ao facto de que os extremistas de esquerda ainda estão longe de abandonar a sua causa.

Em Zurique, no seu comentário de dia 26, o *Die Tat* alerta para a expectativa de que a dis-

4 «Anche i garofani appassiscono» [Os cravos também murcham], *Giornale del Popolo*, 29 de novembro

5 «Portogallo. Lisbona svolta a destra» [Lisboa vira à direita], *Azione*, 4 de dezembro.

6 «Portugals rotes Kartenhaus» [O castelo de cartas vermelho de Portugal], *Die Weltwoche*, 3 de dezembro.



“Prova mais decisiva desde o 25 de Abril de 1975 / Revolta esmagada?” (*Tribune-Le Matin*, 26 de novembro)

puta – vencida no primeiro confronto quase sem sangue – esteja já concluída. Os grupos que pretendem levar a revolução por um caminho radical ainda ocupam posições fortes, e a qualquer momento podem ocorrer novas confrontações.

Em *La Chaux-de-Fonds*, Gil Baillod⁷ sublinha que depois do golpe falhado dos esquerdistas, chegou a hora dos moderados. Tão fortemente criticados nos últimos meses, são os únicos, a seu ver, que podem encontrar uma solução por etapas, capaz de conciliar os interesses do povo e do capital. O editorialista de *L’Impartial* nota, como vários dos seus colegas, que Portugal não

pode viver numa revolução permanente e que não há liberdade sem disciplina.

Na mesma data, Gérard Glasson⁸ escreve que “a revolução devora os seus próprios filhos”. Agora está-se a retomar o controlo com firmeza, com uma certa viragem à direita e com a “opinião pública cansada da demagogia e da desordem”. O país precisa de um executivo enérgico face aos enormes problemas económicos. No fim do artigo, o editorialista interroga-se: qual será o papel do exército? Manifestar-se-á um perigo fascista? Será ainda possível a via do socialismo de Melo Antunes?

7 «Entre la gauche et la fermeté» [Entre a esquerda e a firmeza], *L’Impartial*, 2 de dezembro.

8 «L’ordre règne au Portugal» [A ordem reina em Portugal], *La Gruyère*, 2 de dezembro.

TRÊS PERSONAGENS-CHAVE

Costa Gomes

Uma minoria de comentadores considera que o Presidente é um dos derrotados, como Linde Hermann, que o acusa de ter encorajado indistintamente a revolta com a sua política de acalmação⁹. Marc Heyd, no editorial de *La Suisse* acima citado, não poupa as críticas ao chefe de Estado:

Já não há ninguém capaz de impor a sua autoridade, tanto mais que aquele que deveria fazê-lo, o presidente e general Costa Gomes, flutua como uma rolha indecisa sobre um mar tempestuoso de contestação.

Peter Schmid é da mesma opinião:

*O presidente Costa Gomes – a quem, pela sua inatingível e nunca extinta virtuosidade na indecisão, o povo apelidou de o rolha - procurou, nesta trágica commedia dell'arte, continuar a desempenhar o papel de bufão paternal.*¹⁰

Arnold Hottinger, no *NZZ* de dia 26, exprime grandes dúvidas sobre a atitude de Costa Gomes, porque este, na sua opinião, não tem mostrado uma grande determinação em combater a extrema-esquerda.

Guido Olivieri tem uma opinião totalmente diferente. Depois de citar os comentários poucos lisonjeiros feitos a Costa Gomes – “mole”; “só

se preocupa com o seu lugar”; “incapaz” - afirma que foi graças à iniciativa direta e pessoal do Chefe de Estado que a rebelião de algumas unidades de esquerda foi debelada, quase sem derramamento de sangue. Acrescenta que a sua carreira foi passada nas repartições, onde se tendia a esgotar todas as possibilidades de compromisso antes de agir¹¹.

Para o *Express-Feuille d'Avis de Neuchâtel*, de dia 27, o Presidente ganhou pontos, mas isso não exclui que possa vir a ser derrubado pela extrema-esquerda. Não é um lutador, é um homem que tem horror aos extremistas e não é um tribuno.

Francesco Ricciu¹² destaca o papel do Presidente. Sendo um matemático, sabe fazer as contas e “medir as relações de força”: por conseguinte, não é de admirar que tenha atuado “no momento considerado seguro” e que tenha apostado no “cavalo certo”, o grupo à volta de Melo Antunes. No mesmo cantão, o *Giornale del Popolo* realça também as qualidades do General: *Ao pôr as rédeas até no mais enigmático dos protagonistas da Revolução dos Cravos, o general Otelio Saraiva de Carvalho, o presidente Costa Gomes confirmou completamente a alcunha de rolha que lhe foi atribuída no seio do exército: ele fica sempre à tona e quem não se quiser afundar de maneira lamentável, mais cedo ou mais tarde, terá de con-*

9 Linde Hermann, «Zurück zur Vernunft?» [Regresso à razão?], *National-Zeitung*, 1 de dezembro.

10 «Im Vacuum der Macht. [No vácuo do poder] Portugals politische-militärische Krise», *Die Weltwoche*, 26 de novembro.

11 «Costa Gomes rênes en mains» [Costa Gomes rédeas na mão], *24 Heures*, 27 de novembro.

12 «Gli estremisti sconfitti» [Os extremistas derrotados], *Corriere del Ticino*, 28 de novembro.

Portugals Gemässigte gewannen die Oberhand

Misslungene Revolte

“Os moderados portugueses prevaleceram / Revolta falhada” (*Die Tat*, 26 de novembro)

temporizar¹³.

Para o *Die Tat*, de dia 26, Costa Gomes conseguiu superar com surpreendente rapidez o desafio mais perigoso que até agora enfrentara e, através de uma ação insolitamente enérgica, evitou, ao menos por enquanto, a tão aguardada quanto temida guerra civil.

Otelo

Todos designam o antigo comandante do COPCON como um dos principais derrotados do 25 de Novembro. O *Basler Nachrichten*, de dia 27, afirma que deu provas de constantes contradições, de muita precipitação e de uma ideologia vacilante. Para o *Express-Feuille d’Avis de Neuchâtel*, de dia 29, o afastamento de [Otelo Saraiva de] Carvalho – o homem que planeou o 25 de Abril – marca uma enorme viragem. Acusa-o de ser um homem volúvel e oportunista. No fundo, era um aventureiro, não um político, e talvez tenha sido isso que o perdeu, nota o articulista.

Para o *Eco di Locarno*, de dia 27, “o castrismo arrogante de Otelo revelou-se mais fraco do que o

Le sang a coulé à Lisbonne

De Carvalho perd le commandement du Copcon

“Derramamento de sangue em Lisboa / Otelo perde o comando do Copcon” (*Nouvelliste Valaisan*, 27 de novembro)

previsto” e a atuação dos seus homens deu “ao governo um formidável pretexto para intervir”. No dia seguinte, no *Corriere del Ticino*, Francesco Ricciu define Otelo como o “campeão de uma ideologia trapalhona” e abstrata – a aliança Povo/MFA – inconsistente e irrealista.

Finalmente, Roman Berger, no *Tages-Anzeiger* de dia 29, admite que é uma figura brilhante, mas, como vários grupos de extrema-esquerda, confundiu Lisboa com Portugal:

Na realidade, esta minoria de cariz intelectual e de classe média, com as suas ações aventureiras, afastou ainda mais a parte da população rural do socialismo, empurrando-a para a direita.

Vasco Lourenço

Olivieri analisa a nomeação de Vasco Lourenço: na sua opinião, poderia provocar uma guerra civil¹⁴, mas só se o exército decidisse entrar em ação. O jornalista – que encontrou o capitão de Abril uma vez, quando este regressara dos Açores – é categórico: não é reacionário, não se considera o pai da Revolução, mas reconhece ter tido um papel determinante no Movimento dos Capitães.

13 «Anche i garofani appassiscono» [Os cravos também murcham], *Giornale del Popolo*, 29 de novembro

14 «Vasco Lourenço contre de Carvalho», *24 Heures*, 26 de novembro.

Para o articulista, o novo comandante da Região Militar de Lisboa aproxima-se de Costa Gomes e de Antunes. Desconfia dos partidos e pensa que o MFA tem de ter um papel predominante para conservar as conquistas da Revolução, sendo fundamental a colaboração entre o PS e o PCP. Vasco Lourenço não aceita a anarquia e, nesse ponto, segundo o editorialista, não se diferencia assim tanto de Otelo.

Membro influente do Grupo dos Nove, é um moderado, não um representante da contrarrevolução, embora com menos carisma do que Otelo: quer continuar o processo revolucionário, mas com ordem. No fundo, conclui o autor do artigo, em Portugal, o confronto é entre “aqueles que querem a revolução na ordem e aqueles que agora são tentados pela anarquia”.

O PCP

Em plena Guerra Fria, a esmagadora maioria dos analistas não poupa as críticas ao Partido Comunista Português, em geral, e a Álvaro Cunhal, em particular.

Vários analistas escrevem que o PCP jogou em dois tabuleiros, como Jean-Jacques Chouet¹⁵, segundo o qual é preciso tornar impossível que este partido esteja simultaneamente dentro e fora do Governo:

O Partido Comunista – pois é evidentemente dele que se trata – recorria à tática fácil de pintar o diabo na parede: denunciava incessantemente a

ameaça de um golpe de Estado de direita. Ora, foram precisamente os seus partidários fardados que tentaram a aventura – uma aventura que o Sr. Cunhal teria aproveitado em seu benefício, se tivesse vingado. Fracassada a rebelião, o PCP tratou logo de se demarcar do que se tornara uma gaffe e deu a volta, com a sua habitual habilidade, proclamando que a saída da crise residia numa solução política negociada e na ‘reorganização do MFA em bases progressistas e na formação de um governo de esquerda’. Por outras palavras, tratava-se de dar a esse partido, através de uma nova manobra de compromisso, a vitória que os seus paraquedistas não tinham conseguido alcançar.

Outros editorialistas pensam da mesma forma: a 27, Guido Olivieri escreve que o partido de Cunhal deverá abandonar a estratégia de jogo duplo; o *Giornale del Popolo* estigmatiza também o recuo precipitado e pouco digno do PCP – que queria afastar do poder Costa Gomes e os moderados¹⁶; para Gérard Glasson¹⁷, os comunistas deturpavam o jogo.

Francesco Ricciu condena o duplo jogo do PCP que, no último minuto, tentou dissociar-se da iniciativa subversiva dos paraquedistas, afirmando “que foi um grave erro” querer o confronto armado quando não se dispõe de uma força suficiente. Porém, nas semanas anteriores, os comunistas tiveram uma atitude completamente diferente e “incentivaram os motins extremistas”. O jornalista do *Corriere*

15 «En plein délire», *Tribune de Genève*, 26 de novembro.

16 Esta visão dos acontecimentos afigura-se assaz duvidosa.

17 «L'ordre règne au Portugal», *La Gruyère*, 2 de dezembro.



“Comando do Copcon dissolvido - Sindicalista morto no Porto - Também o PC condena a revolta / Portugal pode estar num ponto de viragem decisivo / Costa Gomes mais forte após o golpe falhado»
(Corriere del Ticino, 27 de novembro)

del Ticino nota que Cunhal, atado à sua ideologia maximalista, além de não ter aceitado os resultados das eleições de abril de 1975, cometeu um grande erro: depois da queda de Vasco Gonçalves, pensava poder aproveitar as rivalidades no seio das forças armadas, mas “não avaliou plenamente o significado da vitória” do Grupo dos Nove.

Fritz René Allemann¹⁸ não mede palavras ao atacar o partido comunista, meio cúmplice e meio adversário dos “anarcossindicalistas ultrarrevolucionários” e que, “nas últimas semanas, fomentou com zelo o fogo da subversão”. No dia 25, quando o vento soprou em sentido contrário, abandonou-os sem mover um dedo: *Nenhuma greve geral, nenhuma resistência de mi-*

lícias armadas atrás das máquinas, apenas advertências paternas contra o aventureirismo infantil. A sua traição – como muitos trabalhadores a chamam – poderia até ser considerada meritória, se viesse acompanhada de uma reviravolta intelectual, de uma vontade resignada de assumir, de forma justa, o papel de minoria democrática que lhes cabe. Só que o que se ouve, até agora, pública e privadamente, do seu quartel-general, é a mesma maliciosa cantilena estalinista sobre a superioridade da vontade revolucionária em relação à maioria aritmética da representação popular eleita. Álvaro Cunhal nada aprendeu e nada esqueceu.

Desde Lisboa, Werner Herzog sintetiza algumas interpretações partidárias dos recentes eventos¹⁹. Reconhece que o PCP se afastou

18 «Misslungene Revolte» [Revolta falhada], *Die Tat*, 26 de novembro.

19 «Tagesgespräch in Lissabon. Putsch, Gerüchte...» [Conversas do dia em Lisboa. Golpe, boatos...] *Tages-Anzeiger*, 29 de novembro.

muito rapidamente da revolta, mas constata o seguinte:

Vários dos detidos eram oficiais da 5.ª Divisão pró-comunista do Estado-Maior (Propaganda), e Duran Clemente, Capitão, pediu ao povo através da televisão, por duas vezes, que apoiasse a rebelião nas ruas. Além disso, apoiantes do PCP tentaram socorrer a Polícia Militar cercada e os paraquedistas na base aérea de Monte Real.

Quanto a Charles Bays, no seu editorial acima referido, trata-se da situação ideal para o Partido Comunista: pois este poderá chegar ao poder, beneficiando deste estado de coisas no qual se poderá apoiar “nas unidades militares empenhadas na luta contra a *reação*”.

O quotidiano comunista *Voix Ouvrière* depois de se ter feito porta-voz do PCP – favorável a uma solução política negociada que evitasse uma confrontação sangrenta²⁰ -, defende, dois dias depois, a atitude do partido irmão²¹. Recusa as acusações de Mário Soares, cuja política é definida como irresponsável e cada vez mais orientada à direita: o Partido Comunista Português “não apoiou este movimento, tentando, pelo contrário, prevenir essa sucessão de ações aventureiras”.

Para André Rauber, os meios esquerdistas constituem um terreno ideal para o desenvolvimento de certos tipos de atividades de movimentos que nunca aceitaram o 25 de Abril:

Pois, na realidade, não será antes o resultado da manipulação dos meios portugueses de extrema-direita, que procuram criar uma degradação tal que lhes permita, depois, restabelecer sem grande dificuldade uma “ordem» de direita – ou até mesmo uma nova ditadura?”.

O articulista, consciente da dificuldade e da complexidade da situação, conclui o artigo afirmando que a política dos comunistas portugueses é a mais justa e a mais consequente. É por isso que se procura desacreditar e abater o Partido Comunista, dando novos argumentos «à gigantesca campanha anticomunista desencadeada na Europa.»

Nota final

Muitos jornalistas suíços opinam que o fracasso desta revolta dos paraquedistas constitui uma viragem importante no processo revolucionário. Uma pequena minoria dá uma visão catastrófica dos acontecimentos: acreditam que Portugal está muito perto de uma guerra civil que poderá até afetar uma parte da Europa. Estes pontos de vista explicam-se, pelo menos em parte, por um lado, pelo facto de esses jornalistas escreverem os seus comentários no dia 25, não dispondo de todas as informações; por outro, estes articulistas não acreditam que

20 «Le Parti communiste portugais. Une confrontation sanglante ne pourrait que faciliter le retour à une dictature» [O PCP. Uma confrontação sangrenta só poderia facilitar o regresso a uma ditadura], *Voix Ouvrière*, 27 de novembro.

21 André Rauber, «Portugal. Qui avait intérêt à l'épreuve de force? [Quem tem interesse em medir forças?], *Voix Ouvrière*, 29 de novembro.



"Tentativa frustrada de alterar o sentido obrigatório da circulação" (National-Zeitung, 27 de novembro)

Costa Gomes nem Pinheiro de Azevedo pos-
sam reprimir a revolta.

Muitos editorialistas falam já no dia 26 da der-
rota desta tentativa de golpe e, a partir do dia
seguinte, já não subsistem dúvidas: os mode-
rados – que não são reacionários, antes pelo
contrário – ganharam pelo menos esta batalha,
embora o caminho para um regime constitu-
cional seja ainda longo.

Apesar de algumas críticas baseadas em cli-
chés, muitos reconhecem, por um lado, o pa-
pel central do Presidente da República e, por
outro, a derrota de Otelo Saraiva de Carvalho.
Praticamente todos ficam satisfeitos com o fa-
lhão dos esquerdistas, com o golpe dado às
manifestações de rua e com o conseqüente re-
gresso progressivo à calma.

Os ataques contra o partido comunista inse-
rem-se no contexto da Guerra Fria. Como sa-
bemos, o papel do PCP no 25 de Novembro
continua a ser tema de debate e de controvérsia
entre os historiadores. Os editorialistas suíços
pensam que o partido de Cunhal recuou bas-
tante rapidamente, mas teria sem dúvida tirado
proveito de uma eventual vitória da extrema-
esquerda.

* Professor, historiador, sócio da A25A



No dia 11 de Agosto de 1975, a *Time* publicou uma edição com a capa dedicada à situação portuguesa intitulada "Red Threat in Portugal" (Ameaça vermelha em Portugal) com uma foice e um martelo e as imagens de Otelo, Vasco Gonçalves e Costa Gomes

PORTUGAL 1974-1976 NA REVISTA *TIME*

No referido período de dois anos, Portugal ou as suas colónias foram notícia na revista americana 60 vezes. A sua consulta pode significar uma fonte importante para os que queiram estudar aquele período histórico

ADELINO RODRIGUES DA COSTA*

731 DIAS

A acção libertadora do 25 de Abril de 1974 e os acontecimentos que se seguiram até à entrada em vigor da nova Constituição da República Portuguesa, no dia 25 de Abril de 1976 – 731 dias de calendário – foram marcantes na história de Portugal, mas também influenciaram a libertação de outros povos e a evolução do mundo.

Meio século depois, sucedem-se as interpretações e os historiadores e os analistas recorrem à documentação disponível e a outros instrumentos de análise sociológica, designadamente as entrevistas, feitas a quem viveu esses acontecimentos e ainda tem boa memória. Nessa perspectiva, a revista americana *Time* constitui uma importante fonte para estudar os 731 dias que mudaram Portugal e que acabaram com “o mais velho Império da Europa”.

Enquanto no ano de 1973, a revista *Time* apenas publicou textos relativos a Portugal em duas edições, respectivamente sobre o caso Wiriamu e sobre a ala liberal da Assembleia Nacional, no referido período de dois anos de 1974-1976, Portugal ou as suas colónias foram notícia na *Time* 60 vezes!

Nesse período aconteceram muitos factos im-

portantes para o mundo, como a renúncia do presidente Richard Nixon na sequência do caso Watergate, a captura da cidade de Saigão pelos norte-vietnamistas e a derrota americana na guerra do Vietname e a morte do ditador Francisco Franco com a restauração da monarquia espanhola, mas Portugal ocupou sempre um destacado espaço editorial daquela revista.

QUATRO PERÍODOS DA REVOLUÇÃO

No período de dois anos, a revista *Time* publicou 103 edições e incluiu 60 notícias relativas a Portugal, conforme se sintetiza no quadro seguinte.

	Período	N.º de edições	Número de notícias
I	25 ABR 74 - 28 SET 74	22	14
II	28 SET 74 - 11 MAR 75	23	6
III	11 MAR 75 – 25 NOV 75	37	33
IV	25 NOV 75 – 25 ABR 76	21	7
I-IV	25 ABR 74 – 25 ABR 76	103	60

25/4 A 28/9 DE 1974

Na edição de 1 de Abril de 1974, a revista incluiu um artigo intitulado *Lisbon’s Armed Do-*

ves, no qual é referido o impacto político e social do livro *Portugal e o Futuro*, do general António de Spínola, afirmando que “the move caused tremors in the armed forces and set rumors afoot that a military coup might be in the offing” [*A iniciativa causou tremores nas forças armadas e deu origem a rumores de que um golpe militar poderia estar a caminho*].

O facto é que, no dia 25 de Abril aconteceu a *Operação Viragem Histórica* e o regime do Estado Novo caiu. Na primeira edição da revista que apareceu nas bancas depois da queda do regime, Portugal era notícia com um texto intitulado “A Whiff of Freedom for the Oldest Empire”/ *Um sopro de liberdade para o mais antigo império* - edição de 6 de Maio de 1974.

Nesse mesmo dia a edição europeia da *Time* dedicava a sua capa ao general Spínola e incluía o artigo “A Book, a Song and then a Revolution”/ *Um livro, uma canção e depois uma revolução*, com cinco páginas, ilustrado com oito fotografias e com um mapa inserido no artigo “Search for an Exit from Three Guerrilla Wars”/ *Em busca de uma saída para três guerras de guerrilha*. A revista continuou atenta à situação portuguesa e nas 22 edições publicadas até aos acontecimentos de 28 de Setembro de 1974, dedicou 14 notícias a Portugal.

DE 28/9 DE 1974 A 11/3 DE 1975

Os acontecimentos de 28 de Setembro de 1974 levaram à demissão do general António de Spínola da presidência da República e à designação do general Costa Gomes para o substituir. A mobilização da “maioria silenciosa” tinha

sido uma tentativa para travar a democratização e a descolonização em curso, através da declaração do estado de sítio, da demissão do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, da dissolução da Comissão Coordenadora do MFA, da tomada do poder pelo general Spínola e do reforço dos poderes presidenciais. Na edição de 14 de Outubro a *Time* faz referência a uma entrevista de Vítor Alves ao jornalista Robert Kroon sobre o assunto.

Muita gente se alarmou com a demissão do general Spínola, tanto no país como no estrangeiro e, por isso, o novo presidente Costa Gomes decidiu atravessar o Atlântico duas semanas depois para participar na Assembleia Geral da ONU e para serenar as autoridades americanas. Na edição de 28 de Outubro, a *Time* refere os encontros de Costa Gomes com o presidente Ford e com Henri Kissinger.

Havendo quem defendesse que uma parte da população portuguesa não estava preparada para fazer escolhas eleitorais e defendesse o seu adiamento, num texto intitulado “Shaping a dynamic Future”/ *Moldando um futuro dinâmico*, a *Time*, em 24 de Fevereiro de 1975, anunciava que as prometidas eleições para a Assembleia Constituinte seriam realizadas no dia 12 de Abril, embora só viessem a realizar-se no dia 25 de Abril de 1975.

DE 11/3 A 25/11 DE 1975

No dia 11 de Março de 1975 verificou-se uma tentativa armada para alterar o rumo do processo democrático em curso, daí resultando a criação do Conselho da Revolução, que institu-

cionalizou o Movimento das Forças Armadas (MFA). Embora houvesse quem defendesse o *voto em branco* ou a não realização de eleições, conforme estava prometido no Programa do MFA, elas vieram a realizar-se no dia 25 de Abril e foram um enorme sucesso, com a participação de 92% dos eleitores inscritos. Na sua edição de 5 de Maio, a *Time* refere, com alívio, que menos de 20% dos eleitores votaram no partido comunista e seus aliados.

Das eleições resultaram duas correntes de pensamento e acção principais, que se confrontavam nas ruas, nas fábricas, nos campos e até nos quartéis, ambas reivindicando legitimidade: os *moderados* que entendiam que os resultados eleitorais deviam influenciar a governação e a democratização do país e os *revolucionários* que defendiam que as eleições não deviam interferir com as chamadas conquistas da revolução, nem com os movimentos populares.

A agitação social e política acentuou-se, houve ocupação de fábricas e de terras, aconteceram actos de violência e assaltos a sedes de vários partidos políticos. O MFA não conseguiu manter a sua unidade e houve clivagens. A *Time* aborda esta situação na sua edição de 4 de Agosto.

No dia 7 de Agosto de 1975 um grupo de militares do MFA fez publicar no *Jornal Novo* um documento em que punha em causa o andamento do processo revolucionário. Foi o chamado *Documento dos Nove*, que teve uma decisiva importância na evolução da revolução portuguesa. Até esta altura, a *Time* publicou 16 notícias sobre Portugal.

MUITA GENTE
SE ALARMOU
COM A DEMISSÃO
DO GENERAL SPÍNOLA,
TANTO NO PAÍS
COMO NO ESTRANGEIRO
E, POR ISSO, O NOVO
PRESIDENTE, COSTA
GOMES, DECIDIU
ATRAVessar
O ATLÂNTICO DUAS
SEMANAS DEPOIS

No início de Agosto de 1975, o país vivia no chamado “verão quente de 1975” com uma enorme tensão política e social, com a ameaça de confrontos, de insurreições generalizadas e até de ruptura na unidade nacional. O *Documento dos Nove* procurou atenuar aquela tensão e passou a ser a bandeira dos que se opunham aos excessos da revolução, pelo que constituiu um ponto de viragem. É o que a *Time* explica na sua edição de 11 de Agosto.

Nessa altura a radicalização da sociedade era intensa, com uma parte da comunidade a defender o aprofundamento da revolução nos campos, nas fábricas e nas escolas, enquanto outra se mostrava insatisfeita com o rumo do

processo em curso. Temia-se um confronto e “contavam-se espingardas”. A *Time*, sempre atenta à situação portuguesa, aborda o assunto na sua edição de 20 de Outubro.

Como etapa final do processo de descolonização africano, no dia 11 de Novembro de 1975 foi proclamada a independência de Angola, mas nesse mesmo dia os movimentos de libertação que tinham combatido os portugueses, iniciaram uma guerra civil que se prolongou até 2002, tema que a *Time* aborda na sua edição de 24 de Novembro. No dia seguinte, a 25 de Novembro, aconteceu mais uma tentativa para desviar o processo político português do rumo democrático traçado no Programa do MFA. Neste período, depois de Agosto de 1975, a *Time* publicou 17 notícias sobre Portugal.

DE 25/11 DE 1975 A 25/4 DE 1976

Os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 têm tido diferentes leituras, embora tenham dado origem a uma acentuada alteração na correlação de forças, tanto no seio do MFA, como na sociedade portuguesa, com alguns a defender a reaproximação à pureza dos ideais e às promessas do 25 de Abril, enquanto outros procuraram aproveitar a oportunidade para tentar regressar à ordem reinante antes de Abril de 1974 e outros ainda quiseram sobrepor a acção popular aos procedimentos da democracia plural. Este é o tema da edição de 8 de Dezembro da *Time*.

A independência de Angola tinha acontecido no dia 11 de Novembro e logo se iniciou a guerra civil com intensa participação estrangei-

ra, sobretudo cubana e sul-africana, pelo que Angola passou a interessar a *Time*, enquanto as reportagens e as notícias relativas a Portugal decresceram enormemente.

Na edição da *Time* de 2 de Fevereiro de 1976, um artigo intitulado “The Rightists Take Command”/ *A direita assume o poder*, anunciava algumas das medidas adoptadas pelo poder cada vez mais dominado pelos conservadores, que subalternizava os moderados e perseguia os mais progressistas.

Em vésperas das eleições para a Assembleia da República que se iam realizar no dia 25 de Abril de 1976 e das primeiras eleições presidenciais a realizar em 27 de Junho de 1976, a *Time*, na sua edição de 26 de Abril, anunciava as eleições, mas antevia as dificuldades económicas do país.

Entre 25 de Novembro de 1975 e as primeiras eleições para a Assembleia da República realizadas no dia 25 de Abril de 1976, a *Time* publicou sete notícias sobre Portugal, com a curiosidade de, no mesmo período, ter publicado 11 notícias sobre Angola.

EM SÍNTESE

Numa época em que o panorama informativo e a revisão da História estão demasiado sujeitas à desinformação, ou às *fake news*, a consulta da *Time* pode constituir-se como uma fonte importante da imprensa internacional para os que queiram estudar aquele período histórico.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

HUMILHAÇÃO DE SALAZAR

A revista *Time* foi criada em 1923 e, até 1974, apenas uma vez dedicou a sua capa a Portugal. Aconteceu na edição de 22 de Julho de 1946, quando publicou a fotografia de Salazar com a legenda: “Portugal’s Salazar, Dean of Dictators”/ O Salazar de Portugal, Decano dos Ditadores. Além do título, a capa ainda mostrava uma maçã aparentemente comestível, mas podre no seu interior. A reportagem intitulada “Portugal: how Bad is the Best”/ Portugal: quão mau é o melhor, foi escrita por Piero Saporiti, o correspondente da *Time* em Lisboa em cooperação com **Percy Knauth**, o editor da revista. No texto da reportagem estava escrito:

“After 20 years of Salazar, the dean of Europe’s dictators, Portugal was a melancholy land of impoverished, confused and frightened people. Even Salazar, that model of rectitude, showed signs of succumbing to a law of politics discovered by Lord Acton: ‘Power tends to corrupt; absolute power corrupts absolutely.’” (Passados 20 anos de Salazar, o decano dos ditadores europeus, Portugal era uma terra melancólica, habitada por um povo empobrecido, confuso e amedrontado. Até Salazar, esse modelo de rectidão, deu mostras de sucumbir a uma lei da política descoberta por



Lord Acton: ‘O poder tende a corromper; o poder absoluto corrompe absolutamente’.

Salazar não gostou do que leu e, no dia 27 de Agosto de 1946, o *Secretariado de Propaganda Nacional* e a PIDE obrigaram Piero Saporiti a abandonar o país, pelo que este seguiu para França. Foram recolhidas todas as edições da *Time* que ainda estavam por vender e a venda da revista foi proibida em Portugal durante os seis anos seguintes.

PORTUGAL FOI O ÚLTIMO PAÍS EUROPEU A DESCOLONIZAR

Depois de 560 anos (contados a partir da tomada de Ceuta em 1415) de expansão, descobertas, aventuras, violências e mitos, as caravelas portuguesas regressaram à Pátria. Regressaram mal. Porque nos anos decisivos da passagem da soberania para os povos submetidos pelos países europeus, Portugal vivia sob um regime de ditadura. Como sabemos, o movimento descolonizador, nascido no pós-II Guerra Mundial, com base nas ideias de liberdade que acompanharam a vitória das forças aliadas, sustentou a expansão dos movimentos nacionalistas, por todos os territórios até então dominados pelas potências europeias. Os “ventos da História” foram compreendidos, mais tarde ou mais cedo, pelos países europeus que possuíam colónias, já que todos baseavam o seu governo em regimes democráticos.

ANICETO AFONSO*

O SALAZARISMO FAZIA do império a base ideológica da sua existência como regime. Pôr em causa o Portugal pluricontinental e multirracial, mitos da construção do regime, seria pôr em causa a sua própria existência. Por isso, nunca Portugal se mostrou disponível para reconhecer e muito menos para negociar com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas.

O impasse só foi ultrapassado com a mudança de regime, levada a cabo pela revolução de 25 de Abril. Só então, num ambiente internacional muito adverso, Portugal pôde assumir a sua responsabilidade de aceitar negociações, acordar a transferência de poder e cumprir as orientações das Nações Unidas respeitantes aos territórios não-autónomos. Mas em 1974 já não havia condições para negociar um prazo

alargado de transição, nem por parte dos movimentos de libertação, nem por parte do povo português.

O período de transição, entre o 25 de Abril e as datas das independências, é um período mínimo para a transferência do poder, num processo rápido de última fase do processo de descolonização.

Com a retirada de Portugal de África fica praticamente concluído o movimento descolonizador do continente africano e iniciam-se, verdadeiramente, novas relações entre o velho continente europeu e as novas nações africanas. É um processo que prosseguirá com avanços e recuos, na conciliação de interesses e vantagens mútuas, até uma plataforma de relativa igualdade que um dia poderá vir a ser alcançada.

A crítica histórica ao processo de descolonização das colónias portuguesas deve fazer-se como a todos os processos históricos. Deve ser feita pela análise dos factos e pela explicação dos acontecimentos. Quem não compreender o que foi o regime do Estado Novo e as razões que conduziram à guerra colonial e ao seu prolongamento por mais de treze anos, nunca poderá compreender o que se passou depois do 25 de Abril. A descolonização das colónias portuguesas começa na década de 50, integrando-se no grande movimento descolonizador mundial, passa por uma longa guerra colonial e acaba numa rápida transferência de poder para os movimentos nacionalistas no pós-25 de Abril. Ou seja, o pós-25 de Abril é apenas a fase da transferência do poder no longo processo de descolonização.

Assumida esta premissa histórica, então é possível analisar, criticar e explicar o processo português de descolonização, repartido entre o Estado Novo e o regime democrático do pós-25 de Abril.

Tudo o que se passou depois das independências pertence à história dos novos países, quer se trate de Angola, quer de Moçambique ou da Guiné-Bissau, países que suportaram guerras posteriores às independências, depois das longas guerras de libertação. Cada caso deve ser analisado por si e em conjunto com a situação regional e do continente africano, assim como do ambiente internacional e dos interesses das potências mundiais. Se simplificarmos as questões estamos a um passo de não compreendermos o que de facto se passou.

PAPEL DE PORTUGAL

No caso das guerras posteriores, Portugal desempenhou um papel adequado à sua dimensão e às especiais relações que estabeleceu com as autoridades dos novos países. Não lhe competia mais, nem menos.

Em relação a Timor, o caso merece uma análise especial. Já sabemos que os Estados Unidos estiveram por detrás da invasão indonésia. É esse o facto relevante. Relevante é também o facto de Portugal liderar o movimento que pôs fim à ocupação e tornou possível a independência do território e o nascimento de um novo país, integrado na lusofonia.

No período de 25 de Abril até à última independência dos territórios coloniais de Portugal em África, Angola em 11 de novembro de 1975,



No período de 25 de Abril até à última independência dos territórios coloniais de Portugal em África, Angola em 11 de novembro de 1975, decorreram quase 19 meses

decorreram quase 19 meses. Foi um tempo de grandes mudanças na relação de Portugal com o “Império”, desde as dúvidas iniciais, até ao termo de complexas conversações com os movimentos de libertação, à assinatura de acordos de cessar-fogo e de independência de todos os territórios e da gestão conjunta dos respetivos períodos de transição e transferências de soberania. No final, nasceram cinco países africanos de língua oficial portuguesa, com histórias cruzadas e com espaço para conquistar afinidades e interesses comuns, no quadro internacional de relações iguais.

Ao passarem 50 anos, não podemos deixar de relembrar alguns episódios desse período inicial, assinalando assim o fim da presença da soberania portuguesa em África. Também por isso, a Associação 25 de Abril e *O Referencial* homenageiam estes países, especialmente

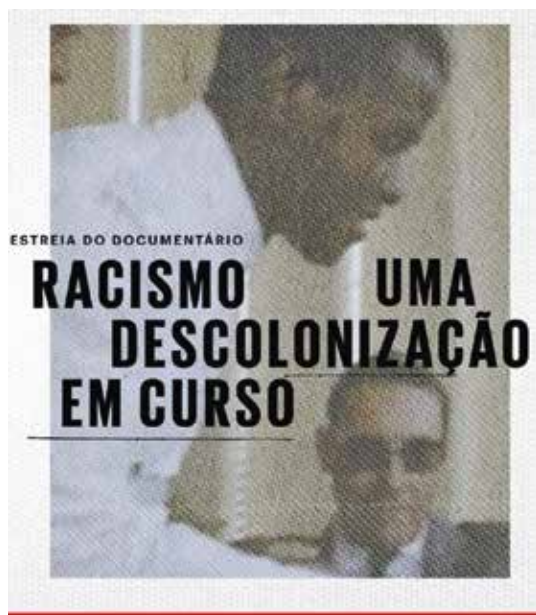
aqueles que precisaram de uma guerra prolongada para conquistarem a sua independência.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

Nota de edição: Para saber mais ver o dossiê sobre as independências n.º O Referencial n.º 118, relativo a Julho-Setembro 2015, com os seguintes artigos:

- 1975 – O Ano das independências das colónias de Portugal, em África, Pedro Pizarat Correia (Editorial);
- Histórias das independências de cinco nações de África;
- Guiné-Bissau - O caminho da independência de jure, Jorge Golias;
- A Guerra de Libertação em Moçambique, Aniceto Afonso e David Martelo;
- Notas sobre a Descolonização de São Tomé e Príncipe, José Maria Moreira de Azevedo;
- Decisão do Governo Português “derrota” capitão de Abril - A independência de Angola, Vasco Lourenço;
- Conferência em Luanda sobre a libertação e independência de Angola, Pedro Pizarat Correia.

RACISMO EM PORTUGUÊS



Dentro do que pode chamar-se a evocação das memórias dos 50 anos do 25 de Abril, podemos incluir o documentário realizado a partir da série de reportagens *Racismo em Português II. Colonos em Angola e Moçambique. Retornados em Portugal*, uma investigação de Joana Gorjão

Henriques, sobre o que foi um “apartheid não escrito” do sistema colonial, a violência racial e o choque do retorno.

Há 50 anos iniciava-se o maior movimento migratório do século XX em direcção a Portugal e retorno do país às suas pequenas fronteiras. Quem eram os colonos? Que relação tinham com as populações locais? Como foi a sua vinda para Portugal? Esta é a segunda parte da série *Racismo em Português - o lado esquecido do colonialismo* sobre o racismo no período colonial e a continuidade no presente. Depois de se focar no olhar do colonizado na primeira série, a segunda cruza a história colectiva com as memórias e reflexões de quem foi colono: Aurora Duarte, Álvaro Vasconcelos, David Borges, David Luna de Carvalho, Dulce Maria Cardoso, José Gil e Rute Magalhães.

Ver em: <https://www.publico.pt/2025/11/11/sociedade/noticia/racismo-descolonizacao-curso-2154064>

DESCOLONIZAÇÃO DE UM TERRITÓRIO

O autor relata, de forma pessoal, o processo de descolonização da Guiné-Bissau em 1974, destacando as decisões rápidas do MFA, os desafios com o PAIGC e a importância da unidade e coragem para garantir uma transição pacífica e determinada para a independência

JORGE GOLIAS*

NUNCA SE ESCREVERÁ sobre o que de mais profundo e submerso na voragem dos acontecimentos se passou num processo de descolonização. Seja ele o de um país pequeno e sem população branca significativa, como a Guiné-Bissau, seja ele grande e com muita população branca, como Angola ou Moçambique. E digo nunca porque a torrente de situações e episódios que se sucedia ininterruptamente, numa onda de violência de potencial explosividade bélica e social, só seria passível de historiar por mãos muito experientes e suficientemente sensíveis para registar algo que se vive, mas que se não consegue descrever na extensão suficiente para que se reproduzam as emoções que sentiu quem viveu essas extraordinárias situações.

MOMENTOS DECISIVOS

Estas linhas encerram momentos decisivos que, bem ou menos bem, ou mesmo mal, tiveram de se gerir, tomando imediatas atitudes e respostas ou simplesmente deixar andar porque nada daquilo que se anunciava iria acontecer, num exercício de equilíbrios instáveis que, afinal, constituíram os processos finais da descolonização. Até a confusão desta linguagem ajuda a explicar o que quero começar por transmitir nesse começo de um texto sobre o processo que vivi, e como recordo que o vivi, para contá-lo.

Há uns tempos dirigi-me por vídeo a uma audiência de cidadãos portugueses e de guineenses nas comemorações dos 50 anos de Abril do Centro Português de Cultura, da Embaixada de



Primeiro encontro de tropas portuguesas com o PAIGC, Companhia de Sare Bacar, do capitão Silva Ramalho

Portugal na Guiné-Bissau. Fiz uma gravação vídeo de um fôlego, que saiu como uma história muito sentida e espontânea! Por isso seguiu assim, em bruto, e foi talvez essa a razão do seu sucesso no seio das duas comunidades. Todos, portugueses e guineenses, perceberam a minha comunicação e perceberam que alguém lhes contou uma verdade sobre a descolonização, a sua verdade, como se lhes contasse uma história à sombra de um embondeiro. Uma história que faz parte da História de ambos estes povos, irmanados na conquista das suas libertações, nós de um regime ditatorial, fasci-

zante, e eles de um regime colonial, e ambos de uma guerra injusta e desnecessária.

Quando no dia 26 de Abril o MFA da Guiné-Bissau tomou o poder, passadas as primeiras horas de absoluta surpresa, das populações, das tropas portuguesas, do PAIGC e ainda do MFA em Portugal, explodiu uma avalanche de situações que numa primeira impressão nos pareceu de grande dificuldade de resolução. Num momento de alguma perplexidade, e perante a vista de uma grande manifestação popular, alguém disse a frase sabida: *Que faire?* (assim mesmo em francês porque livros havia que só

se liam nessa língua). De repente, caiu-nos em cima uma enormidade de responsabilidades que exigiam decisão certa e imediata. Percebemos, num ápice, várias coisas: que o poder tinha horror ao vazio, que se não reagíssemos logo, alguém ia exercer esse poder; que perante um problema grave a decisão tinha de ser rápida, em jogada de antecipação, antes que alguém tomasse a mesma decisão, mas de forma errada, gerando o caos; que o princípio da cadeia de poder, em situação revolucionária pode não fazer sentido; que a participação num acto legitimado revolucionariamente legitima o poder de quem o fez, independentemente de patentes, que surpreendentemente ou talvez não, de maneira geral todos entendem estes princípios; que quando se dá início a uma cadeia de decisões rápidas e oportunas se reganha poder e se gera uma nova ordem militar e social; que essa nova ordem não se mantém sem hierarquia e disciplina, em outras perspectivas de funcionamento, que exigem alguns saneamentos e empoderamentos; enfim, tudo isto sob a condução de uma vanguarda, que tem sempre de haver, que conduz o processo em ligação às bases através de novos órgãos ainda não democráticos, mas que para lá tenderiam a chegar. Bem queria fugir a este tipo de linguagem, para não ferir algumas susceptibilidades, mas isto é o bê-á-bá de um pensamento de tomada de poder, ontem, como hoje, não sei se amanhã. Como fica provado, não conta a História quem quer, mas quem sabe. Vou ficar por aqui em termos de teorização de um processo real e entrar no real do processo.

AS DECISÕES

Logo depois do 26 de Abril, na Guiné, o MFA teve de decidir se libertava os presos políticos da Ilha das Galinhas, tal como se tinha feito em Portugal. Pedida a respectiva autorização, não veio resposta. Antes que o PAIGC os libertasse porque lhe era fácil fazê-lo, procedemos de imediato à sua libertação, inspecção sanitária e apoio na integração na sociedade.

Outra situação, e contra todas as expectativas, chega-nos a ordem para convertermos a PIDE em PIM, Polícia de Informação Militar, para efeitos de recolha de informações de apoio às operações. Ora, nós tínhamos feito a revolução para acabar com a guerra e não para a continuar. Cumprimos ou não esta ordem da Junta de Salvação Nacional (JSN)? Claro que não. Mas, outra vez o *que faire?* Pois, fizemos exactamente o contrário do que veio de Lisboa. Prendemo-los e colocámo-los em segurança, a sua segurança e das famílias, nas instalações do Campo Militar do Cumeré, a 50 km de Bissau.

Estávamos definitivamente por nossa conta. Já íamos no terceiro caso de insubordinação, contando aqui com o golpe do 26 de Abril, pela deposição do governador e comandante-chefe. Golpe que teve a unanimidade e participação de todos os comandos operacionais portugueses. Nem todos pelos mesmos motivos! Todos para acabarem com a guerra colonial. Os spinolistas, para representarem os interesses estratégicos de Spínola na liderança do golpe, e prepararem a política da consulta popular para integração numa comunidade lusíada, pondo



em standby a independência. Outros ainda para exactamente retirar a Spínola essa modalidade. Voltemos à comunicação que referi acima. Da embaixada na Guiné-Bissau foi-me manifesta a preocupação porque na comunidade local se dizia que Portugal não fez uma boa descolonização. Na minha comunicação abordei a ques-

tão de antes da descolonização termos dado um apoio extraordinário às populações: sanitário, com medicina e medicamentos em todo o território onde havia tropas, acolhendo toda a gente até estrangeiros porque não tinham identificação; muitos guineenses tiveram pela primeira vez um emprego (milhares de trabalhadores da

Engenharia e dos portos), com um vencimento que lhes permitiu sair da pobreza extrema; trabalhos nos quartéis, lavagem de roupas e trabalhos nas machambas, apoios de rancho, de roupas, e de géneros às populações; empregos da administração pública e do serviço militar; aprendizagem de profissões variadas da máxima utilidade na sociedade civil, fomento do comércio local pela compra de artigos aos autóctones, etc. Ou seja, faltava que no processo de descolonização se cuidasse da preparação de quadros para a administração pública, objectivo que exigia muito tempo e que devia ter sido feito pelo anterior regime.

O PAIGC

Em Maio de 1974 começámos a perceber que era muito difícil dialogar com o PAIGC. Isto porque, em boa verdade, não havia um PAIGC. Havia três PAIGC's: o dos líderes cabo-verdianos, que já não tinham poder e estavam supercautelosos para evitar conflitos étnicos; o dos combatentes amigos dos portugueses que queriam que ficássemos mais uns anos e até que fôssemos nós a cobrar impostos (algo que é próprio da soberania); e o dos combatentes que nos insultavam na rádio e diziam “tugas vão para a vossa terra”. À medida que o tempo passava iam aparecendo figuras secundárias, alguns comissários políticos, até que veio a moda dos ultimatoss. Por detrás de um dos primeiros estava Baio Camará, um dos mais ferozes guerrilheiros que deu 48 horas ao Batalhão de Pirada para retirar. Semelhante episódio com as duas Companhias de Canquelifá. Se esta moda pegasse seria a *dé-*

bacle das tropas portuguesas na Guiné, pois já ninguém queria combater. Resolvemos estes problemas e mais alguns, mas tivemos de pedir à liderança do PAIGC que nomeasse alguém para estarmos em contacto permanente a fim de evitar novos episódios que também não interessavam à cúpula do Partido. Mandaram um sujeito intratável, Juvêncio Gomes, que ficou em Bissau clandestinamente e que viria a ser mais tarde presidente da Câmara de Bissau. Também estabelecemos um contacto via rádio com o PAIGC executado pelo alferes Abreu e que o próprio conta assim:

Um dia, chega-me o capitão Golias com um papel e diz-me que é urgente implementar um canal em fonia para contactar regularmente com o PAIGC na Guiné. Dá-me a localização na carta (tenho ideia que era no Sul), a frequência (HF), os indicativos e a data/hora da primeira exploração. Não havia tempo a perder. Escolhi dois mastros, dos já existentes, que mais ou menos permitissem a orientação da antena para o azimute desejado, construí a antena para a frequência pretendida e preparei tudo conforme podia e conforme o tempo que tinha disponível para a primeira sessão de exploração. Escolhi um radiotelegrafista do Centro de Escuta bastante experiente e chegada a hora combinada ele iniciou a chamada para o “inimigo”. E, coisa extraordinária na tropa em que era raro algo funcionar na primeira tentativa, passados alguns instantes chega a resposta do “inimigo”, que infringindo as boas práticas, cumprimentava o interlocutor com “SAUDAÇÕES, CAMARADA COLONIALISTA”. Um pouco

agastado o operador ripostou de imediato “COLONIALISTA NÃO. SOLDADO DO GLORIOSO EXÉRCITO PORTUGUÊS”.

Muitos dos dias de chumbo dos meses de Junho e Julho, foram vividos em ambiente de permanentes boatos de incidentes falsos e de invasões da Guiné por tropas da FLING que, dizia-se, tinha mil militares prontos a entrar em Bissau. Depois, começaram as reivindicações das classes trabalhadoras e incidentes de toda a ordem, ou desordem, alguns provocados pelas tropas portuguesas. Foi assim que resolvemos institucionalizar o MFA. E estávamos em plena promoção desta medida radical quando chega a circular do CEMGFA a mandar acabar com o MFA, que se devia dissolver nas Forças Armadas. Ora nós precisávamos de recuperar a hierarquia e a disciplina para podermos dispor de forças capazes de sustentar o processo de descolonização e nesta altura só uma hierarquia consentida, fosse a antiga fosse outra, seria capaz de tal objectivo. Estávamos então perante a 4.^a desobediência às directivas metropolitanas. O Governador ainda nos disse que desta vez ele tinha de obedecer, salvo se o MFA em assembleia geral (AG) decidisse nesse sentido. E foi o que aconteceu: Em AG aprovámos por unanimidade a institucionalização, que assustou muita gente, que falava em hierarquia paralela, mas que, sabíamos, se conduzíssemos bem o processo iríamos ter sucesso. Aliás, era impensável isto não correr bem, seria o desastre da descolonização da Guiné. Agora, sim, estávamos todos no mesmo barco e por nossa conta! A maior parte dos comandantes manteve o co-

mando, mas agora com a legitimidade que lhe era dada pela ADU (Assembleia Democrática da Unidade), eleita democraticamente. Um caso paradigmático, o do major Morna, madeirense, que era politicamente de direita, viria a tornar-se um dos melhores e mais exemplares colaboradores do MFA. Outros casos houve de oficiais de alto gabarito profissional que foram chamados a colaborar connosco. Alguns nomes: Almeida Correia, Carvalho Figueira, Rodrigues Coelho, etc. Dos oficiais milicianos quase todos queriam colaborar e, depois de ultrapassado algum vanguardismo, foram todos magníficos. Alguns nomes: José Manuel Barroso, o único miliciano do Movimento dos Capitães, José Barros Moura, Ferreira do Amaral, Celso Cruzeiro, Pratas e Sousa, Pedro Silva, pessoal do movimento estudantil com vasto currículo contestatário.

Na Guiné houve uma boa organização, bons executantes, visão para além da espuma dos dias, boa conduta, coragem e, sobretudo, unidade.

A descolonização é o reverso da medalha de uma colonização de um século, entre o XIX e o XX, jamais de cinco séculos. E na Guiné durou apenas uns seis meses, desde Abril a Outubro de 1974. No Colóquio “Vozes da Revolução”, do ISCTE, em 16 de Abril de 2010, Mário Soares sintetizou assim a descolonização da Guiné: “Foi relativamente fácil porque houve uma forte determinação do MFA na Guiné em cumprir as Resoluções da ONU”.

* Capitão de Abril, sócio da A25A



ÚLTIMO TELEGRAMA

MARIA VIRGÍNIA RODRIGUES*

“A defender a Pátria morreu como herói”
dizia

- Não pode ser, isso é um engano.
Diz o velho pai.
Acabou a guerra, ninguém morre mais.
E para a mãe siderada. estátua cor de cal,
Gritou:
- Não acredito, está a chegar o nosso rapaz,
não há braços que cheguem para as colheitas,
ele ainda vem a tempo de nos ajudar, verás.

A mãe, sem lágrimas, sem voz,
até aí estática,
levou as mãos ao coração e agarrou-o
como quem agarra um filho.

Naquele mesmo instante soube a verdade:
na guerra também se morre no último dia.

Mas um coração
já adornado de alegria
não acredita ou não resiste

Ela, mãe, sem lágrimas, sem voz,
caiu fulminada
como os que caem
varados pela metralha.

Ele, o velho pai, gritava, gritava:
não acredito, ouviste,
acabou a guerra ninguém morre mais.
Por todo o lado há festejos,
nas ceifas temos cá o nosso rapaz.

Ninguém morre mais, não acredites, ouviste
ninguém morre mais
e gritava, gritava, gritava...

* Poeta, colaboradora d'O *Referencial*



Joaquim Chipande, Joaquim Chissano e Victor Crespo em Lourenço Marques, Setembro de 1974. Autor da foto: Carlos Gil

DE COLÓNIA A PAÍS



Este texto relata o fim da colonização portuguesa e o processo que levou à independência de Moçambique, destacando o papel da FRELIMO e as negociações entre Portugal e o movimento moçambicano

ANICETO AFONSO*

MOÇAMBIQUE antes do 25 de Abril

Moçambique situa-se na costa oriental de África. Tem mais de 780 mil km² e faz fronteira com seis países: Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabué (antiga Rodésia), África do Sul e Essuatíni (Suazilândia). Tem uma costa com 2.500 Km.

Em 1970, Moçambique tinha um pouco mais de oito milhões de habitantes. Os brancos eram cerca de 190 mil. A comunidade indiana andava pelas 25 mil pessoas, a chinesa pelas quatro mil. As comunidades branca, indiana e chinesa viviam, na sua quase totalidade, na parte centro-sul do território e predominantemente nas cidades. Os centros económicos principais acompanhavam a localização destas comunidades, embora não inteiramente.

O poder político e administrativo era representado pelo Governador-geral, localizado em Lourenço Marques (hoje Maputo).

As Forças Armadas tinham um comando-chefe e três comandos dos Ramos - Exército, Marinha e Força Aérea. O comando-chefe e os comandos do Exército e da Força Aérea estavam em Nampula, para onde se tinham transferido, a partir de 1969 (a Força Aérea em 1970). O comando da Marinha continuou em Lourenço

Marques, ficando em Nampula um comando naval avançado.

Existia em Moçambique um terceiro poder, com sede na Beira, representado por Jorge Jardim, com grande influência na política do território.

Kaúlza de Arriaga foi comandante-chefe de 1970 a 1973. Sucedeu-lhe o general Basto Machado, de 1973 ao 25 de Abril.

O Exército estava organizado em sectores e batalhões. Nos últimos anos havia vários comandos autónomos. A Marinha ocupava sobretudo os portos, incluindo no Lago Niassa, com comandos de defesa marítima. A Força Aérea tinha uma base aérea na Beira, quatro aeródromos-base e vários aeródromos de manobra espalhados pelo território. As unidades de forças especiais eram constituídas por Comandos, Fuzileiros e Para-quedistas.

As condicionantes da estratégia militar portuguesa em Moçambique eram principalmente as seguintes:

- ▶ Efetivos militares e africanização;
- ▶ Construção e defesa de Cabora-Bassa;
- ▶ Equipamentos e armamento;
- ▶ Aparecimento do míssil antiaéreo Strela pelas forças da Frelimo.

- E também:
- ▶ A posição de uma importante parte da Igreja moçambicana;
 - ▶ O bloqueio do porto da Beira (por causa da independência unilateral da Rodésia, a partir de 1965);
 - ▶ O apoio efetivo da África do Sul e da Rodésia às operações em território moçambicano (Exercício Alcora).

Os efetivos das Forças Armadas eram os seguintes, em 31 de março de 1974:

	Oficiais	Sargentos	Praças	Tropas	Totais
Exército	1.884	4.046	18.405	21.477	45.812
Marinha	125	226	1.339	-	1.690
Força Aérea	360	712	2.555	136	3.763
Total	2.369	4.984	22.299	21.613	51.265

A africanização das forças portuguesas nos três teatros de operações chegou às seguintes percentagens, destacando-se os 54% das tropas em Moçambique, em finais de 1973:

	Angola	Guiné	Moçambique
1961	15%	21%	27%
1965	27%	15%	42%
1970	34%	16%	42%
1973	42%	20%	54%

FRELIMO
Samora Machel era o presidente da Frelimo, sucedendo a Eduardo Mondlane depois do assassinio deste em 1969. As suas forças militares estavam organizadas nas FPLM, constituídas por bases provinciais, sub-provinciais e operacionais. Os batalhões tinham cerca de 500 homens, mas a sua atuação no terreno exercia-se com base na secção com cerca de 15 homens.
Os serviços de informações portuguesas calculavam que existissem 6500 guerrilheiros da Frelimo.

A estratégia da Frelimo passava por consolidar a luta militar através da guerrilha nas frentes do Niassa, Cabo Delgado e Tete e na tentativa de abertura de novas frentes: Centro e Zambézia. A partir de 1970, o esforço principal foi transferido para a frente de Tete, caminho mais direto em direção ao centro do território. A sua luta política fazia-se através da ONU, da OUA, dos países limítrofes de Moçambique, em especial a Tanzânia e a Zâmbia; tinha o apoio dos países comunistas, de todos os países do Terceiro Mundo, e de vários países ocidentais.

CAPITÃES EM MOÇAMBIQUE – PERPLEXIDADES
Quando, no dia seguinte ao 25 de Abril, os capitães se deram conta das responsabilidades que, mesmo sem o desejarem, deviam assumir, um conjunto de perplexidades se lhes deparou. Em primeiro lugar, o Programa do MFA. O documento de Cascais, aprovado em 5 de Março de 1974 e do qual tínhamos conhecimento, dizia o seguinte:



Último comunicado do MFA em Moçambique, Notícias, 16-06-1975

“Uma solução política que salvguarde a honra e dignidade nacionais, bem como todos os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios - o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas”.

Mas no Programa do MFA apenas se lia, em relação à questão ultramarina, o seguinte:

“A política ultramarina do Governo provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

Reconhecimento de que a solução das guerras é política e não militar;

Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”.

Faltava no Programa a alínea que dava continuidade a Cascais, e que ainda foi publicada no jornal República:

Claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação das populações autóctones.

Também a declaração da Junta de Salvação Nacional, feita pelo general Spínola logo em 26 de abril, causou perplexidade aos capitães, dado o seu significado contrário ao Programa do MFA:

“Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo ... a Junta

de Salvação Nacional (...) assume perante o mesmo o compromisso de:

- Garantir a sobrevivência da Nação, como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental;

(...)

Finalmente, foi ainda causa de grande preocupação e estranheza o discurso do general Costa Gomes na sua visita a Moçambique, nos primeiros dias de maio:

“...pode parecer (...) que exigimos a esses ‘partidos armados’ que aceitem o estatuto de vencidos, e que exigimos a eles uma atitude diferente da nossa.

É neste ponto que conviria definir claramente que não lhe pedimos uma rendição militar mas sim que esperamos deles uma atitude sincera idêntica à nossa (...)

É infelizmente de considerar a hipótese, que todos lamentaríamos, de que tais partidos não acreditem na nossa límpida sinceridade ou tenham compromissos a cumprir para com terceiros e se disponham a continuar a luta (...)

Nesta hipótese a nossa posição de militares será simples de definir.

Lutaremos com uma missão mais bela e enobrecida”.

Os capitães estavam assim perante soluções pouco realistas e muito afastadas de uma solução para a guerra e de um processo conducente à paz.

CERTEZAS DOS CAPITÃES

Por outro lado, os capitães, como muitos outros oficiais, também tinham algumas certezas. Em primeiro lugar, a FRELIMO. Logo a seguir ao 25 de Abril pudemos ler a sua declaração sobre a revolução em Lisboa. Elaborando um ponto

A DECLARAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL, FEITA PELO GENERAL SPÍNOLA EM 26 DE ABRIL, CAUSOU PERPLEXIDADE AOS CAPITÃES, DADO O SEU SIGNIFICADO CONTRÁRIO AO PROGRAMA DO MFA

de situação completo, em mais de três páginas de texto, a “Declaração do Comité Executivo da FRELIMO sobre os Acontecimentos em Portugal” dizia, entre outros pontos:

“Cabe ao governo português tirar completamente as lições das experiências passadas e compreender bem que só pelo reconhecimento do direito do povo moçambicano dirigido pela FRELIMO, seu autêntico e legítimo representante, à independência, se poderá pôr termo à guerra colonial. Qualquer tentativa de iludir o problema real só terá como consequência causar novos e inúteis sacrifícios. A via para a solução do problema é clara: reconhecer o direito do povo moçambicano à independência”. Outra certeza era a atitude dos soldados das forças portuguesas. Desde muito cedo, os militares portugueses manifestaram a sua inquietação perante o rumo que os acontecimentos



tomavam e a falta de iniciativa das autoridades portuguesas para darem início às conversações com a FRELIMO. Entre outros, eis as justificações apresentadas num dos documentos colectivos assinados por mais de uma centena de militares da guarnição de Tete e dirigido ao “Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Ministros do Governo Provisório”:

Conscientes de que somos, neste momento de grande elevação nacional, intérpretes dos justos anseios do povo português, do qual nos consideramos parte inalienável, vimos expor a V.Ex^a. Senhor Presidente, o seguinte:

Se com alegria acompanhamos os acontecimentos que em Portugal puseram fim à ditadura fascista opressora dos legítimos interesses e direitos do povo português, não podemos, por outro lado, deixar de manifestar a nossa grande preocupação pelos factos que continuamos a viver, dia a dia mais graves, dia a dia mais incoerentes com o novo espírito que se respira na Nação Portuguesa.

Continuando a matar e a morrer numa guerra injusta, provocadora de irreparáveis suicídios morais e humanos; reconhecendo que um povo só é livre quando não oprime outros povos; verificando, pelo conhecimento concreto da realidade, ser a Frelimo o único e indiscutível representante do Povo de Moçambique:

Pugnamos:

- Pelo imediato reconhecimento do direito à independência do povo moçambicano.
- Pelo fim da guerra.

Também a guerra era uma certeza. Seguíamos com preocupação o evoluir da guerra, essa guerra que os soldados nos diziam, e nós con-

cordávamos, que já não fazia sentido. Uma nota-circular do Quartel-General (QG) da Região Militar de Moçambique (RMM), referindo-se ao balanço do mês de maio, dizia o seguinte, dando corpo a um quadro anexo que mostrava um incremento de 47% das ações dos guerrilheiros em maio, quando comparadas com o mês de janeiro: “Tem-se constatado que a actividade In [Inimigo] a partir de 25ABR74 sofreu um incremento considerável, resultado de determinações insistentemente difundidas pelos órgãos superiores da FRELIMO, muito especialmente após aquela data”.

Foram estas certezas que nos conduziram a um esforço de contacto com os responsáveis militares e com o MFA de Lisboa, por forma a influenciar as decisões que se tornavam necessárias para evitar um desastre militar que se desenhava em todo o território.

NA VÉSPERA DO DIA DA INDEPENDÊNCIA, AS ÚLTIMAS TROPAS PORTUGUESAS RETIRARAM-SE DE MOÇAMBIQUE EM TRÊS NAVIOS DA MARINHA PORTUGUESA QUE LARGARAM DE NACALA, BEIRA E LOURENÇO MARQUES

PENSAMENTO DO MFA DE MOÇAMBIQUE

Um documento do Gabinete do MFA de Moçambique, de 28 de Junho de 1974, põe finalmente os pontos nos ii, acabando mesmo por definir o novo inimigo das Forças Armadas, ou seja, do MFA: “Com a nova política portuguesa há decerto a necessidade de actuar dentro de uma estratégia global profundamente diferente nas suas bases e nos seus propósitos. É uma estratégia para a paz”. E acrescentava “O único processo aceitável pela Frelimo, e pelo MFA, de descolonização, passa pelo reconhecimento imediato do direito à independência dos povos, estabelecimento de um cessar-fogo e colaboração efectiva no seu programa de libertação”. E como conclusão: “Devem definir-se como In (Inimigo) das Forças Armadas Portuguesas todas as forças de reacção que entrem os objectivos do Programa do MFA e possam impedir o processo de descolonização”.

A luta dos elementos do MFA pela definição de um rumo ainda não terminara, mas finalmente parecia não haver dúvidas sobre a mudança necessária e quais as suas linhas essenciais. E essa mudança passava, sem qualquer hesitação, por uma nova estratégia que resolvesse o problema principal com que estávamos confrontados – a continuação das operações militares no terreno, ou seja, da guerra colonial.

PROCESSO DE TRANSIÇÃO

A situação militar no terreno ficou atenuada com a Lei 7/74, de 27 de julho, que reconhecia o direito à autodeterminação e independência. As negociações arrastaram-se por demasiado

**OS MILITARES
PORTUGUESES
MANIFESTARAM
INQUIETAÇÃO PERANTE
A FALTA DE INICIATIVA
DAS AUTORIDADES
PORTUGUEAS
PARA DAREM INÍCIO
ÀS CONVERSÕES
COM A FRELIMO**

tempo, destruindo toda a capacidade militar das forças portuguesas e causando danos irreparáveis em todas as atividades da sociedade moçambicana. Só no dia 7 de setembro de 1974 foi assinado o Acordo de Lusaca, como verdadeiro início do período de transição e transferência de poderes. A conhecida rebelião de um pequeno sector da população branca na capital do território ainda conseguiu beliscar o significado histórico do acordo alcançado, mas não impediu que a história continuasse.

O período de nove meses, desde o Acordo até à Independência, em 25 de junho de 1975, foi liderado, pela parte portuguesa, pelo Alto-Comissário, almirante Victor Crespo, membro destacado do MFA, e pelo primeiro-ministro do governo de transição, Joaquim Chissano, membro destacado da FRELIMO.

Os assuntos militares do período de transição foram assumidos pela Comissão Militar Mista



e suas delegações, que foram dando solução às transferências de responsabilidade ao longo do território, em que se incluiu a entrega de materiais, equipamentos e instalações aos representantes do novo poder político-militar resultante do Acordo de Lusaca.

Na véspera do dia da independência, as últimas tropas portuguesas retiraram-se de Moçambique em três navios da Marinha portuguesa que largaram de Nacala, Beira e Lourenço Marques para aguardarem, fora das águas territoriais moçambicanas, a declaração de independência e a troca de bandeiras no estádio da Machava, perante as autoridades de Portugal e de Moçambique, assim como de muitos outros países e organizações mundiais, e de muitos moçambicanos.

Ficavam em Moçambique milhares de funcionários portugueses com contrato de um/dois anos antes do regresso a Portugal, assim como um contingente da PSP, para continuar a formação da nova polícia moçambicana.

Os portugueses residentes em Moçambique distribuíram-se por várias opções: uns continuaram moçambicanos, outros, optando pela nacionalidade portuguesa, permaneceram no novo país, a maior parte tinham já deixado Moçambique, quer regressando a Portugal ou transferindo-se para a África do Sul ou para a Rodésia, atual Zimbabwe.

As autoridades portuguesas e os representantes de Portugal à cerimónia da independência, acompanhados de uma companhia de paraquedistas, regressaram a Portugal no dia seguinte

OS ASSUNTOS MILITARES DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO FORAM ASSUMIDOS PELA COMISSÃO MILITAR MISTA E SUAS DELEGAÇÕES

à independência, transportados num avião da Força Aérea.

Nascia um novo país no concerto das nações, depois de um processo complexo, mas conduzido com prudência mútua durante um período de transição de pouco mais de um ano, ficando por resolver inúmeros problemas que depois foram tratados através de negociações entre dois países iguais.

* Capitão de Abril, sócio da A25A, membro da Comissão Coordenadora do MFA em Moçambique

OPERADORES DAS TRANSMISSÕES FORAM OS ÚLTIMOS A PARTIR

A retirada das forças de transmissões foi feita de forma disciplinada e faseada, sendo os operadores os últimos a partir. Coube-me a mim, enquanto chefe do destacamento do Serviço de Telecomunicações Militares, não só entregar a unidade à Frelimo como chefiar o Agrupamento de Transmissões que se manteve até ao último dia, tendo a sua componente de comando regressado no dia D (25 de Junho de 1975)

JOÃO MARTINS ALVES*

FIZ A MINHA PRIMEIRA comissão em Moçambique (estágio de seis meses) - de Setembro de 1972 a Março de 1973 - no Batalhão de Transmissões 2, em Nampula. Durante esse período tive oportunidade de me aperceber das condições em que as transmissões estavam implantadas, no que respeita às unidades de campanha, Companhia de Transmissões, serviços de logística e também às transmissões permanentes-Serviço de Telecomunicações Militares (STM). Em missões nos vários níveis, tive oportunidade de contactar directamente com os operadores e de me aperceber dos perigos e incertezas do dia a dia associados aos constrangimentos operacionais.

Para além da preparação militar essencial para a sobrevivência do militar e para o sucesso na luta, os militares eram sujeitos a uma intensa pressão psicológica. Comprova-o o código de conduta que era distribuído à partida para a

guerra: “Sou um militar Português que cumpre a sua missão de defender a Pátria, se necessário à custa da própria vida”. Ou os oito pontos do general Kaulza de Arriaga, de Dezembro de 1972: “A guerra que conduzimos é-nos imposta do exterior (...) A guerra que conduzimos é legítima.”

Após 13 anos de lutas e de milhares de mortos de parte a parte, a libertação do povo português pelo Movimento das Forças Armadas tinha incluído no seu programa os valores da Democracia, Liberdade, e, embora não explicitamente, o direito à autodeterminação e à independência.

ACORDO DE LUSACA

Foi já no âmbito do novo regime que fui mobilizado para a 2.^a comissão, também em Moçambique, onde estive de Julho de 1974 a Junho de 1975. Os primeiros tempos foram de muita indefinição, em especial no período que



se estendeu até à assinatura do Acordo de Lusaca, a 7 de Setembro. A partir daí é de salientar o trabalho do MFA e o seu relacionamento directo com a FRELIMO e os seus dirigentes, na resolução dos muitos problemas que todos os dias surgiam.

Em consequência do Acordo, ficou também estabelecido o cessar-fogo em Moçambique e, consequentemente, o regresso das tropas portuguesas, num calendário estabelecido. Tal situação aplicava-se também às tropas de transmissões. Contudo, nesse mesmo dia 7 de Setembro, um grupo de colonos decidiu não aceitar o acordo de Lusaca, tendo provocado graves confrontos em Lourenço Marques, capital do território, com centenas de vítimas e até incentivado a invasão de Moçambique pela África do Sul. Foi um problema difícil para as autoridades portuguesas, em especial para as forças militares, uma vez que quase não havia tropas na capital. Resolvida a rebelião, o processo iniciou-se com naturalidade, tendo o almirante Victor Crespo assumido a função de Alto-Comissário, como previsto no Acordo de Lusaca.

O Acordo preconizava, no seu ponto 1, que “O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados”, o que se aplicava, evidentemente, ao poder militar; e previa, no seu ponto 2, que “a independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975.” Por conseguinte, todos os comandos militares foram



recebendo orientações para a transferência de instalações, materiais e equipamentos, assim como para fazer regressar, gradualmente, os efectivos a Portugal.

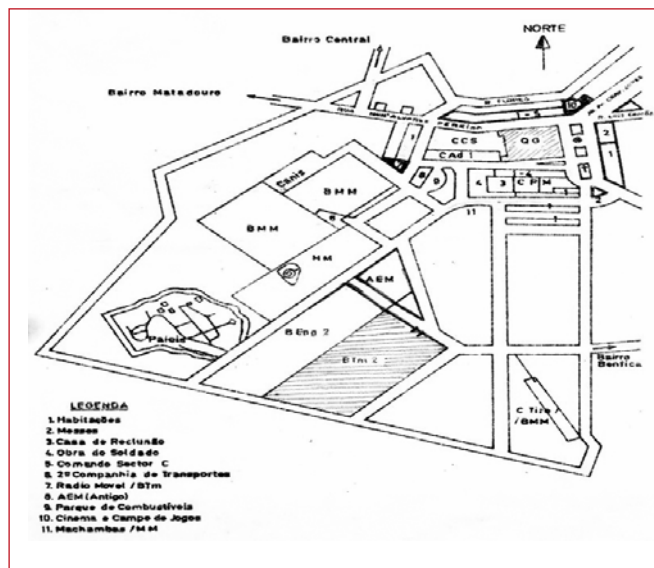
Foram tempos complicados, com a retirada das nossas forças, embora com o sacrifício dos operadores de transmissões, os últimos a partir. A figura que então desenhei, no Natal de 1974, reflecte bem esses tempos.

OPERAÇÃO DELICADA

A retirada de um teatro de operações constitui uma operação delicada e que exige grande disciplina, um bom planeamento e a conjugação favorável de vários fatores externos.

Coube-me a mim, capitão João Martins Alves, chefe do destacamento do STM, não só entregar a unidade à Frelimo como chefiar o Agrupamento de Transmissões que se manteve até ao último dia, tendo a sua componente de comando regressado no dia D (25 de Junho de 1975).

A retirada foi-se processando disciplinadamente, estendendo-se o calendário ao longo de vários meses, pela seguinte ordem: Marrupa e Mueda, Setembro 1974; Quelimane, Dezembro de 1974; Mocuba, Janeiro de 1975; Tete, Vila Cabral e Porto Amélia, Março de 1975; Nacala, Beira e Lourenço Marques, 24 de Junho de 1975.



Zona Militar de Nampula

A última cerimónia de maior solenidade foi a passagem de testemunho realizada no dia 30 de Abril de 1975, no Batalhão de Transmissões 2, em Nampula.

Foi perante a formatura das forças portuguesas de transmissões, comandadas pelo capitão Martins Alves, e da Frelimo, comandadas por Cornélio Focas. Após breves palavras da minha parte, teve lugar o arrear da bandeira, assumido pelo 1.º sargento Hilário. Em seguida, disse: Este é o momento simbólico da entrega das instalações deste batalhão às Forças Populares de Libertação de Moçambique. Devo dizer que é com orgulho que o faço, considerando-o uma honra. Neste momento devo salientar a contribuição que foi dada para um processo de descolonização que se vai processando com uma dignidade exemplar. Nestes meses de convivência neste batalhão, portugueses e moçambicanos fomos protagonistas de pági-

nas brilhantes da nossa história comum e que demonstra a aproximação do nosso ideal, hoje felizmente comum, no que respeita ao ideal democrático da libertação dos povos. Nestes últimos tempos em que partilhámos as instalações não estivemos aqui para sermos agradáveis ou captar simpatias, cumprimos um dever, transmitimos o nosso saber, a nossa determinação. As nossas actividades neste batalhão não são fáceis, pois, dia a dia surgem problemas que pacientemente têm que ser superados. Entregamos materiais e instalações, e os inerentes problemas técnicos, que dão ênfase ao nosso trabalho e à nossa atividade. Acrescento, nesta entrega, a nossa amizade e saudações sinceras.

Cumpria-se, assim, a missão que nos estava atribuída.

* Capitão de Abril, sócio da A25A



COMENTÁRIOS NA IMPRENSA ROMANDA

Em junho de 1975, quase todos os principais jornais da Suíça francesa noticiaram a independência de Moçambique pelos menos uma vez na primeira página. Neste artigo tencionamos resumir a forma como as várias redações analisaram a declaração de independência

RETO MONICO*

JASMINE AUDEMARS ^{1 2} deseja boa sorte a Moçambique, que “depois de cinco séculos de presença portuguesa, de 10 anos de luta e de nove meses de transição, torna-se um Estado africano independente, onde tudo está por fazer”.

Alude à tentativa, em setembro de 1974, de uma “pequena minoria de portugueses de Moçambique” impor uma independência à rodesiana, bem como à fuga de dezenas de milhares de pessoas qualificadas. Apesar de tudo estar muito desorganizado, a editoria-

lista parece relativamente otimista e acredita que uma parte destes “*pieds-noirs*” poderá regressar.

No entanto, tudo vai depender da economia, visto que a FRELIMO de Samora Machel controla o país e não tem de lutar contra outros movimentos, como acontece em Angola. Moçambique tem de aumentar a produção agrícola e “conseguir um lugar nos mercados internacionais” para vender os seus produtos e nomeadamente o açúcar, o algodão, a madeira, o chá e a copra; tem de desenvolver as suas

1 A Romandia é a Suíça francesa.

2 Jasmine Audemars, “Bonne chance le Mozambique!”, *Journal de Genève*, 25 de junho. Jasmine Audemars (n. 1941), titular de uma licenciatura em Ciências Sociais e em História Económica da Universidade de Genebra, entra no diário liberal genebrino em 1968, do qual foi chefe redatora de 1980 a 1992. Foi a primeira mulher a assumir esta função na Suíça.

riquezas minerais (cobre, ferro, níquel); e, finalmente, tendo 2500 km de costa no Oceano Índico e sendo o país uma passagem obrigatória para a Rodésia, o Malawi e, também em parte, pela África do Sul, “tem de explorar a sua posição geopolítica.” Naturalmente, conclui a redatora da folha genebrina, os novos dirigentes sabem que, a curto prazo, não podem interromper as relações com a África do Sul:

Para já, os novos dirigentes de Moçambique parecem ter escolhido a via do realismo com a África do Sul. Os dois Estados precisam um do outro. O ouro de Pretória, que representa uma parte dos salários da mão de obra moçambicana que trabalha nas minas sul-africanas, a bargagem de Cabora Bassa, o turismo e os intercâmbios económicos criaram laços que serão impossíveis de quebrar até que Moçambique diversifique a sua economia e encontre outros parceiros.

PROBLEMAS

O pequeno comentário na *Tribune de Genève* de dia 28 destaca os problemas do país: a enorme dívida, a inflação e a moeda nacional sem valor. O novo poder intenta conservar os antigos colonos e construir o novo país sem segregação, embora se tenha previsto a nacionalização das terras. Para o vespertino, no entanto, o mais importante parece ser a preservação de boas relações com a África do Sul.

Na mesma cidade, Guy de Rougement³ fala dos acordos de Lusaca, da revolta falhada dos brancos que acelerou a fuga dos europeus, facto que prejudica um país tão pobre, onde 90% da população é analfabeta. Salienta também que agora só há a FRELIMO. No entanto, esta unidade não foi alcançada sem problemas e, durante vários anos, houve dissensões, deserções e até o assassinato de Eduardo Mondlane em 1969. Explica os princípios enunciados por Samora Machel: dismantlar as estruturas herdadas da colonização e “lançar as bases de uma economia independente, ao serviço da classe trabalhadora, a fim de transformar Moçambique num Estado marxista.

O editorialista afirma que os novos dirigentes irão fechar a fronteira com a Rodésia. Quanto às relações com a África do Sul, pensa que é a *Realpolitik* que vai prevalecer: por um lado, Pretória precisa da mão de obra moçambicana e da eletricidade de Cabora Bassa; por outro, Lourenço Marques necessita da “ajuda técnica e financeira sul-africana”, assim como do ouro com que Pretória paga os ordenados dos operários moçambicanos. Revolucionário, mas realista, Samora Machel quer ser e tem de ser realista, porque se as esperanças de recursos são grandes, as dificuldades serão imensas. A começar por uma dívida de 800 milhões de dólares a Portugal e uma inflação anual de 30%.

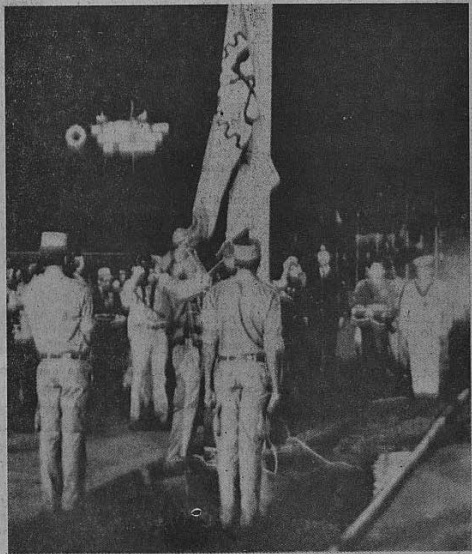
3 “Le Mozambique indépendant”, *La Suisse*, 24 de junho.



Mozambique : les couleurs nationales ont été hissées

Au cours d'une cérémonie prévue à minuit pile qui, en raison de l'affluence de la foule s'est déroulée avec vingt minutes de retard sur l'horaire, le drapeau vert, rouge et jaune du Mozambique a été hissé hier dans le stade de Lourenço Marques (notre photo ap-t). 35 000 personnes qui assistaient à la manifestation ont alors hurlé leur joie devant l'événement qui symbolisait l'accession définitive du Mozambique à l'indépendance.

A l'issue de la cérémonie, M. Mario Moises Machel, qui devait prêter serment le lendemain matin à l'Hôtel de Ville de Lourenço Marques en qualité d'ancien chef du FRELIMO devenu président du nouvel Etat, prononça un discours imprégné d'idéologie marxiste et violemment anticolonialiste malgré la présence du premier ministre portugais et de nombreuses délégations étrangères. Aussitôt après son investiture le lendemain matin, pour laquelle, contrairement à la veille où il avait revêtu son battle-dress de guérillero, il portait un complet noir et une cravate colorée, il prononça un autre discours de la même teinte. — (ap-tlm)



"Moçambique: as cores nacionais foram hasteadas"
(Tribune-Le Matin, 26 de junho)

SAMORA MACHEL

La Gruyère dedica um dos dois editoriais daquele dia à tomada oficial do poder pela FRELIMO⁴. O diretor do jornal de Bulle, faz um resumo da vida de Samora Machel — único líder desde 1970, depois de ter eliminado os dois outros membros do Triunvirato — lembra os acordos de Lusaca e a revolta falhada dos colonos em setembro de 1974, bem como o bai-

xo nível de vida da população, que se agravará com a fuga de muitas pessoas qualificadas. São ainda destacadas a importância da barragem de Cabora Bassa, a produção agrícola (algodão, cana-de-açúcar, chá, copra e, sobretudo, caju) e a fraca industrialização do novo país.

No último parágrafo, aborda a dura realidade que o país enfrentará após as festividades de celebração da independência. Inevitavelmente,

4 Gerard Glasson, "Mozambique. An I", *La Gruyère*, 26 de junho. Gérard Glasson (1918-1982), jornalista e político do Cantão de Friburgo, escreve o primeiro artigo para o trissemanário em 1939. De 1942 até 1978 torna-se redator e depois diretor deste periódico.

o Moçambique marxista terá de continuar a manter relações com os dois vizinhos capitalistas, a África do Sul e a Rodésia. O editorialista questiona: “Este casamento impossível vai ser consumado?”⁵ Glasson sugere também que os novos dirigentes de Lourenço Marques “vão tentar contactar a antiga metrópole”. Porém, estará Portugal em condições de ajudar a antiga colónia? conclui o articulista.

O comentário de L. Granger⁶ enumera os principais produtos do setor primário (algodão, arroz, cana-de-açúcar, copra e gado), bem como as matérias primas (petróleo e bauxite) e a barragem de Cabora Bassa. No entanto, o editorialista centra a sua análise na mudança radical que esta independência significa para a população branca que, apesar de considerar Moçambique como o seu país e das promessas feitas no verão de 1974, deverá abandonar a antiga colónia.

Nos últimos meses, ficou claro que algumas uniões são impossíveis. Pelo coração ou pela razão. De facto, quando chega a altura de fazer as contas, nem todos pensam da mesma forma. Moçambique também tem os seus “*pieds noirs*”. É uma herança.

Moçambique teve os seus confrontos, os seus gritos de ódio, as suas renúncias, as suas recusas. Como noutros lugares. Como quando uma bandeira é arriada do seu mastro.

Em novembro, uma minoria de europeus con-

**PRINCÍPIOS ENUNCIADOS
POR SAMORA MACHEL:
DESMANTELAR
AS ESTRUTURAS
HERDADAS E “LANÇAR
AS BASES
DE UMA ECONOMIA
INDEPENDENTE,
AO SERVIÇO DA CLASSE
TRABALHADORA**

tinuava a recusar o inelutável, realça o jornalista. Após citar as declarações de um deles (“O objetivo da nossa ação é lembrar ao mundo que há portugueses com “P” maiúsculo que pretendem viver e ficar em Moçambique”), Granger conclui o artigo com uma afirmação algo sibilina: “Hoje um homem entrou no palácio do antigo governador. Chama-se Samora Machel. Ele é o líder da FRELIMO. Para o melhor. A não ser que seja para o pior. Quem sabe...”

NOVO ESTADO

Já a 23 *L’Impartial* debruça-se sobre o nascimento do novo Estado⁷. Explica que os moçam-

5 “*Le mariage de la carpe et du lapin sera-t-il consommé?*”

6 L. Granger, “Naissance” [Nascimento], *Feuille d’Avis de Neuchâtel* — *L’Express*, 25 de junho.

7 L. Heinzerling, “Mercredi, Le Mozambique accédera à l’indépendance”. [Quarta-feira Moçambique tornar-se-á independente]



bicanos estão a fazer desaparecer todos os vestígios e os símbolos (como a estátua de Mouzinho de Albuquerque) de cinco séculos de colonialismo, que segundo a FRELIMO foram “quinhentos anos de bestialidade, uma história de escravidão, de massacres, de humilhação, de degradação, de exploração e de opressão”. A seguir, Heinzerling coloca a questão do futuro do país e do tipo de regime, que será marxista com partido único, mas à moçambicana, com influências tanto chinesas como soviéticas, tendo Machel uma certa admiração pelo presidente da Tanzânia, Nyerere.

Na última parte do texto, são realçados aspetos já abordados noutros editoriais, nomeadamente a grande pobreza da população e a situação económico-financeira catastrófica de um país que é o maior produtor de caju do mundo e um dos “maiores exportadores de chá, de açúcar e de tabaco”. No último parágrafo, aborda as consequências para a Rodésia e para a África do Sul: “Por último, a independência de Moçambique poderia ter um grande impacto na África Austral, onde os regimes de minoria branca estão a enfrentar crescentes dificuldades em manter o seu domínio.”

Eliane Baillif⁸, começa por referir os acordos de Lusaca e a morte de cerca de cinco mil africanos nos guetos de Lourenço Marques em setembro de 1974. Acrescenta que “a passagem

do poder é menos sangrenta do que em Angola”, mas que agora os dirigentes deste imenso país – “uma vez e meia o tamanho da França” – enfrentam um futuro repleto de desafios. A jornalista refere as difíceis relações entre a FRELIMO e as tribos do Sul, a fuga dos quadros portugueses e o facto de o país ter sido mal equipado pelos portugueses em comparação com Angola. Em suma, Moçambique está ameaçado de falência, apesar da grande barragem e da sua importante produção agrícola.

No fim do texto, Baillif recorda que os dirigentes moçambicanos, admiradores de Mao e de Nyerere, não desejam necessariamente optar pela lógica do crescimento a todo o custo. Como noutros comentários, a última nota é para a África Austral: Pretória e Salisbury receiam que “o acesso aos portos moçambicanos seja interrompido” e que esta nova declaração de independência tenha uma influência sobre a esmagadora maioria da população dos dois países, onde se pratica a segregação racial.

Para P.-E. Dentan esta transição está a decorrer “em condições relativamente boas”⁹. Fala da revolta da população branca na capital moçambicana em setembro e da intervenção do exército português, louvando o trabalho de Vítor Crespo e da FRELIMO, que conseguiram restabelecer a calma.

Dentan considera a FRELIMO o partido mais

8 “Quatorze mois après le coup d’État portugais du 25 avril 1974/Le Mozambique indépendant”, *Tribune-Le Matin*, 25 de junho.

9 “Depuis quelques heures, le Mozambique “indépendant”/ Un nouvel État marxiste [Desde algumas horas, Moçambique que “independente”/Um novo Estado Marxista] *Nouvelliste et Feuille d’Avis du Valais*, 25 de junho.

bem estruturado na África Subsaariana que ensina a sua doutrina nas escolas, com cartazes e nas aldeias através dos comités revolucionários. Como Baillif, ele sublinha as dificuldades que o partido de Samora Machel encontra no Sul do país, onde faltam quadros: as diretivas nem sempre chegam, “quer por sabotagem, quer por incompetência”. Menciona também a saída de 80 mil das 130 mil pessoas que administravam o país, e as campanhas de saneamento realizadas pelo partido.

Na sua opinião, o país dispõe de cinco “trunfos principais”: os operários que trabalham na África do Sul, cujo salário “é pago em ouro ao governo”; a agricultura, que querem desenvolver “à chinesa”; o porto da Beira, que poderá ver reduzir as suas atividades “com o encerramento iminente da fronteira com a Rodésia”; o turismo nas savanas para os caçadores sul-africanos; enfim, Cabora-Bassa, cuja produção elétrica será vendida “a bom preço” à África do Sul.

As relações com este país “constituem a chave do desenvolvimento de Moçambique”, salienta o autor do artigo. Agora esta barragem torna-se extremamente útil e a FRELIMO pediu para deixar “os campos minados que a protegem e aceitou que “Portugal continuasse a liderar

o consórcio de exploração durante dez anos”, quando a obra será entregue ao Estado moçambicano: “E esta barragem, construída por “horríveis colonialistas”, vai dar muito dinheiro aos seus proprietários.”

*La Liberté*¹⁰ não publica nenhum comentário da redação sobre a independência da ex-colônia portuguesa, mas dedica-lhe um dos títulos da primeira página na edição do dia 26, tendo publicado no dia anterior dois grandes artigos sobre o acontecimento: um de François Champredon¹¹ da Agence France-Presse (AFP) e outro de Jacques Matthey¹² do Service d’information tiers-monde, uma ONG suíça fundada em 1969.

Também o comunista *Voix Ouvrière* não analisa o acontecimento. Só encontramos, na última página do dia 25, um artigo que sintetiza os despachos da ATS¹³ e da AFP¹⁴, bem como uma pequena nota sobre o telegrama do dirigente soviético Nicolai Podgorny a Samora Machel.

BREVE NOTA FINAL

Todos os jornais suíços franceses noticiaram a independência de Moçambique. A esmagadora maioria faz desta viragem histórica uma manchete da primeira e/ou da última página, por vezes acompanhadas de fotografias, e quase to-

10 . Em Genebra, *Le Courrier* publica exatamente os mesmos artigos sobre Moçambique que *La Liberté*

11 “Mozambique : dix années de guérillas ont mis fin à cinq siècles de colonisation” [Moçambique : dez anos de guerrilhas puseram fim à cinco séculos de colonização]

12 “L’ombre de l’Afrique du Sud” [À sombra da África do Sul]

13 Agence télégraphique suisse.

14 “Après cinq siècles d’occupation coloniale /Indépendance du Mozambique” [Depois de cinco séculos de ocupação colonial/ Independência de Moçambique]



Le Mozambique, 43e Etat indépendant de l'Afrique Le président S. Machel a été investi dans ses fonctions

"Mozambique, 43.º Estado independente de África. O presidente Samora Machel tomou posse".
(*La Liberté*, 25 de junho)

dos publicam um comentário da redação. Estas análises salientam que dez anos de guerrilha puseram um ponto final a cinco séculos de colonialismo luso. São recordados os principais acontecimentos desde o 25 de Abril, nomeadamente os acordos de Lusaca e a revolta da população branca em setembro do mesmo ano. Relativamente ao futuro dos portugueses na antiga colónia, as opiniões divergem: segundo alguns, uma parte deles talvez possa ficar e até regressar. Porém, na nossa opinião, é L. Granger quem parece ter percebido melhor a situação ao afirmar que há casamentos impossíveis¹⁵: Portugal terá também os seus "pieds-noirs".

Alguns articulistas sintetizam a vida do líder da FRELIMO, com as suas luzes e sombras, salientando a natureza marxista do novo regime que manifesta simpatias pelo maoísmo e pelo presidente da Tanzânia, bem como as dificuldades encontradas pelos novos dirigentes para fazerem chegar a mensagem ao Sul do país. Porém, os pontos principais destes textos têm a ver com dois aspetos. Em primeiro lugar, focam a grande pobreza da população e a fragilidade financeira do país, mas, ao mesmo tem-

po, valorizam a importância da produção do setor primário, em particular a do caju, do chá, do algodão, do açúcar, do tabaco e da copra. Alguns comentadores mencionam até riquezas minerais.

As relações com a Rodésia e a África do Sul constituem o outro tema central. Se com Salisbury não parecem ter um futuro promissor inclusive se menciona o encerramento da fronteira entre os dois países, com Pretória não permitem antever grandes mudanças, pelo menos a curto e médio prazo. Um precisa da energia elétrica produzida pela barragem de Cabora-Bassa, da mão de obra e dos portos moçambicanos; o outro necessita das preciosas divisas e do ouro vindos da África do Sul. Como escreve o diretor de *La Gruyère* trata-se de um casamento impossível, mas que, acrescentamos nós, a *Realpolitik*, transformará num casamento de conveniência.

* Professor, historiador, sócio da A25A

15 "Ces quelques mois ont confirmé qu'il y avait des mariages impossibles."

GUERRA E PAZ EM 50 ANOS DE HISTÓRIA

No dia 10 de Novembro de 1975, em linha com o que constava no artigo 4.º do Acordo do Alvor, numa cerimónia solene realizada no Palácio do Governador em Luanda, o Alto-Comissário português almirante Leonel Cardoso declarou o fim da soberania portuguesa em Angola e entregou-a ao Povo Angolano

ADELINO RODRIGUES DA COSTA

A REPÚBLICA DE ANGOLA celebrou no dia 11 de Novembro de 2025 o cinquentenário da sua independência, proclamada depois de cerca de 13 anos de luta de libertação nacional contra o colonialismo português.

Nessa luta intervieram três movimentos de libertação que combateram as tropas portuguesas: o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), dirigido por Agostinho Neto; a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), presidida por Holden Roberto; e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), comandada por Jonas Savimbi. Mas, o desfecho da guerra não foi resolvido pelas armas e veio a resultar das condições políticas

que se alteraram em Portugal, como consequência do movimento igualmente libertador do 25 de Abril de 1974.

Em Abril de 1974 foram abertas as portas da liberdade, tanto para os portugueses como para os angolanos. Porém, não foram fáceis os tempos da transição da soberania em Angola, que se seguiram ao reconhecimento português do direito à autodeterminação e à independência do povo angolano, conforme era reivindicado pelos “ventos de mudança” que sopravam no mundo e era preconizado desde há muitos anos pela Organização das Nações Unidas.

Os três movimentos de libertação angolanos que combatiam as tropas portuguesas eram



rivais e diferenciavam-se pelas suas origens, ideários políticos, apoios internacionais e eficiência militar, pelo que rapidamente passaram a combater-se entre si, para se afirmarem na sociedade angolana. Porém, no dia 15 de Janeiro de 1975, foi possível assinar o Acordo do Alvor entre o Estado Português e os três movimentos de libertação, no qual era aceite que o governo de Angola seria exercido por um

Alto-Comissário português em conjunto com representantes de cada movimento, ficando marcada a data da independência para o dia 11 de Novembro de 1975.

A hostilidade entre os três movimentos acentuou-se, também por influência de forças externas, pelo que rapidamente intensificaram a sua luta para controlar o país e, em especial, a cidade de Luanda.

No dia 10 de Novembro de 1975, em linha com o que constava no artigo 4.º do Acordo do Alvor, numa cerimónia solene realizada no Palácio do Governador em Luanda, o Alto-Comissário português almirante Leonel Cardoso declarou o fim da soberania portuguesa em Angola e entregou-a ao Povo Angolano. Seguidamente, o Alto-Comissário, o seu gabinete e o comando militar dirigiram-se para a Fortaleza de São Miguel de Luanda onde, pela última vez, foi arriada a bandeira nacional portuguesa, seguindo depois para a Base Naval de Luanda onde embarcaram de regresso a Portugal. Porém, porque os três movimentos já ocupavam áreas geográficas distintas no território angolano, aconteceu que os três movimentos declararam a independência: Agostinho Neto em Luanda, Holden Roberto no Ambriz e Jonas Savimbi no Huambo.

GUERRA CIVIL

Estava iniciada a guerra civil, que foi muito dura para o povo angolano e na qual houve um enorme envolvimento estrangeiro. Depois da guerra de libertação nacional (1961-1975), sucedeu-se a guerra civil angolana (1975-2002), que veio a terminar com a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Governo de Angola e a UNITA que, ao fim de 27 anos, trouxe a paz e abriu o caminho de normalidade por que ansiava a sociedade angolana.

Esse dia 4 de Abril de 2002 ficou consagrado como o Dia da Paz e da Reconciliação Nacional, porque não só acabou com a guerra civil que durou 27 anos, como também significou o

início da reconciliação nacional, representando um marco histórico no exercício da tolerância e da solidariedade entre os angolanos.

Desde então, a República de Angola tem seguido o seu caminho de afirmação na África e no mundo, sendo um dos principais países do continente africano e integrando a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Sob o lema “De Cabinda ao Cunene: um só Povo, uma só Nação”, a República de Angola celebrou os 50 anos da sua independência em paz. O evento teve a presença de 14 chefes de Estado e de Governo, incluindo Marcelo Rebelo de Sousa.

A cidade de Luanda e o povo angolano festejaram e tanto a comunicação social angolana como a portuguesa fizeram referências destacadas ao acontecimento.

Através d’O Referencial, a Associação 25 de Abril saúda a República de Angola e o seu povo pela celebração dos 50 anos da sua independência nacional.

**Coordenador principal na revista O Referencial, sócio da A25A*



VÊ LÁ O QUE DIZES

JOSÉ FANHA*

Vê lá o que dizes nos cafés,
meu filho, repara bem
há ouvidos não só nas paredes, (1)
eles estão por toda a parte,
nas pedras da calçada,
nos olhos dos cavalos,
nos marcos do correio,
nos instrumentos cirúrgicos,
nos arcos
que penteiam delicadamente
os violinos.

Ainda hoje,
60 anos depois,
essa voz ressoa
tão frágil nos meus dedos,
recordando o medo
que também habitei
aqui ou ali,
nos passos de jovem
através da cidade
bebendo com os olhos
o tempo da podridão.

“Poema pouco original do medo”, Alexandre O’Neill

* Professor, poeta, sócio da A25A

COMISSÃO AD HOC CONTROLOU A IMPRENSA

O autor descreve a sua experiência como membro da comissão responsável pelo controlo do *Diário de Luanda*, enfrentando desafios internos, financeiros e políticos durante a transição, e destaca que a intervenção militar nos órgãos de comunicação social terminou com a promulgação de legislação que garantiu a liberdade de expressão



JOSÉ ALBERTO NUNES DA CRUZ*

O PROGRAMA DO Movimento das Forças Armadas (MFA) dado a conhecer ao país nas primeiras horas do dia 26 de Abril de 1974 anunciava várias medidas imediatas e, entre elas, a abolição da censura e exame prévio e a criação de comissões ad hoc para controlo dos meios de comunicação social.

O texto desse documento dizia expressamente o seguinte: “Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão *ad hoc* para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional (JSN), a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de



imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório”.¹

Essas comissões *ad hoc* foram criadas, tanto na Metrópole como nas colónias, com um carácter temporário e para actuarem até que o governo provisório produzisse uma nova legislação que assegurasse a efectiva liberdade aos órgãos da comunicação social.

É sobre a comissão *ad hoc* constituída em Luanda para o controlo da imprensa que procurarei dar o meu pequeno contributo, recordando e dando a conhecer uns factos muito particulares que aí se passaram e de que fui testemunha.

25 DE ABRIL EM ANGOLA

No dia 25 de Abril de 1974, que foi uma quinta-feira, eu estava de oficial de serviço ao Comando Naval de Angola (CNA), ignorando tudo o que poderia estar a acontecer em Lisboa. Na messe de oficiais, durante o almoço, começou a correr a notícia de que em Lisboa se estaria a passar qualquer coisa de muito importante, talvez um movimento militar, ao que parecia encabeçado pelo general António de Spínola. A pouco e pouco, ao longo da tarde, foram chegando mais notícias, convergindo para o que realmente se estava a passar e qual o seu sentido.

À noite já se sabia muito mais e havia muito entusiasmo com as notícias. Os militares de um movimento de forças armadas tinham derubado o regime e as informações continua-

ram a chegar, muitas delas enviadas desde Lisboa por familiares e amigos. Depois, foi anunciada uma JSN e foi apresentado ao país um programa próprio, que parecia corresponder totalmente aos anseios da população e que se sintetizava em três palavras: Democratização, Descolonização e Desenvolvimento. O entusiasmo popular que se vivia em Lisboa, também foi contagiando Luanda.

Poucos dias depois, no domingo que foi o dia 5 de Maio, após o pequeno-almoço, quando descia do meu quarto devidamente equipado para a praia e passava pelo bar, o respectivo encarregado chamou-me para que atendesse um telefonema do 2.º comandante do Comando Naval de Angola (CNA), o comodoro Leonel Cardoso. Queria que eu fosse lá imediatamente.

Surpreendido, fardei-me e lá fui ao seu encontro. Cordialmente, mandou-me apresentar no Comando-Chefe das Forças Armadas (CCFA), instalado no Forte de S. Miguel, para integrar uma comissão para a imprensa, junto do *Diário de Luanda* (DL). Quando lá cheguei, deparei-me com dois camaradas dos outros Ramos, que tinham ido ao mesmo e foi-nos dado conhecimento do seguinte comunicado:

COMUNICADO DO COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA

Em cumprimento do estabelecido no Programa das Forças Armadas, foram nomeadas comissões

1 N.º 1) da alínea g) do n.º 2 da secção A do Programa do Movimento das Forças Armadas.

“ad hoc”, de carácter temporário, para controlar a Emissora Oficial de Angola, a estação de radiodifusão Voz de Angola, o Rádio Clube Português e o Diário de Luanda.

Em nome do General Francisco da Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional, o General Comandante-chefe conferiu posse aos membros das referidas comissões, que são constituídas pelos seguintes oficiais:

Para a Emissora Oficial de Angola, Voz de Angola e Rádio Clube Português:

- Major José Lopes Rijo;
- Capitão Tenente João Pedro Garrido Borges;
- Capitão piloto aviador António Faria Gandarela Vasques.

Para o Jornal Diário de Luanda:

- Major Augusto de Sousa Guedes;
- 1.º Tenente José Alberto Nunes da Cruz;
- Capitão piloto aviador Manuel Beça Rodrigues de Azevedo.

Estas comissões entram imediatamente no exercício das suas funções.

Luanda, 5 de Maio de 1974

O COMANDANTE-CHEFE

*Joaquim António Franco Pinheiro
General*

No dia seguinte, pelas 8h00, apresentámo-nos no Comando-Chefe para tomar posse da referida comissão, a qual nos foi conferida pelo sub-chefe do Estado-Maior, coronel Lopes Alves, a quem pedimos directivas. Foi-nos dada a seguinte orientação: “Fazer cumprir o programa do MFA no respeitante ao controlo do *Diário de Luanda* a fim de “salvaguardar segredos mili-

**O DIÁRIO DE LUANDA
ERA PROPRIEDADE
DA GRÁFICA PORTUGAL,
LIMITADA,
UMA SOCIEDADE
COM O CAPITAL SOCIAL
DE QUINHENTOS CONTOS**

tares e evitar perturbações da opinião pública motivadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários.”

Em seguida reunimo-nos com o director interino do citado jornal, J. M. Pereira da Costa, uma vez que o director se encontrava em Lisboa. Aquele, ao pressupor que lhe iria ser imposto um controlo à priori, discordou e declarou a sua intenção de apresentar o pedido de demissão.

Perante o perigo de uma demissão que pudessem ela própria colocar em perigo a continuidade do jornal – na altura ainda mais necessário como meio de informação e esclarecimento da opinião pública, dado ser o único jornal vespertino existente em Luanda – e o consequente desemprego do pessoal que nele trabalhava, apelámos à necessidade de coesão interna, no que parece termos sido atendidos, pelo menos naquele momento. Lembrámos, ainda, que a



questão da continuidade ou não do director à frente do jornal, era um problema de carácter interno e com o qual nada tínhamos a ver.

ORIENTAÇÕES DADAS AO JORNAL

Estabelecemos com a direcção do jornal que não seria de publicar o que quer que fosse que constituísse propaganda aos Movimentos de Libertação, enquanto eles não se sentassem à mesa de conversações com as autoridades portuguesas, pela simples razão que não fazia sentido dar-lhes voz na comunicação social enquanto não depusessem as armas e, pelo contrário, continuassem a atacar as nossas tropas no terreno, procurando ganhar força negocial, principalmente a UNITA² e a FNLA³, já que o MPLA⁴ tinha quadros suficientes e preparados para qualquer imediata negociação.

O director do jornal comprometeu-se a enviar-nos ao Comando Naval de Angola, que nos tinha cedido umas instalações mínimas para o nosso local de trabalho, três exemplares do jornal assim que fosse posto à venda.

Passados poucos dias, começámos a receber queixas do pessoal, nomeadamente de tipógrafos e de jornalistas, em relação àquele senhor. Que poderíamos nós fazer? Quais os limites da nossa acção? Fossem quais fossem as razões dessas queixas, nunca nos iríamos imiscuir nos assuntos de carácter interno do jornal, mas também não queríamos permi-

O DIÁRIO DE LUANDA JORNAL DEIXOU DE SE PUBLICAR, ASFIXIADO FINANCEIRAMENTE E NÃO RESISTINDO ÀS REIVINDICAÇÕES E CONTESTAÇÕES DOS TRABALHADORES

tir, no que estivesse na nossa mão, que se despoletassem problemas com consequências negativas no ambiente que se vivia e, particularmente, no emprego dos trabalhadores do jornal. Propusemo-nos servir de árbitros do equilíbrio e do bom senso. Para além do aspecto jornalístico, importava avaliar a saúde económico-financeira do jornal e, para tal, propus aos meus parceiros de missão que pedíssemos a J. M. Pereira da Costa elementos jurídico-financeiros sobre a empresa proprietária do jornal. Em boa hora o fizemos, já que isso nos deu um retrato muito fiel e muito surpreendente do jornal. O *Diário de Luanda* (DL) era propriedade da Gráfica Portugal, Limitada, uma sociedade

2 UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

3 FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola.

4 MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola.

com o capital social de quinhentos contos (500 000\$00) dividido em duas partes:

- 499 900\$00, pertencentes à Companhia Nacional Editora (CNE), uma sociedade com o capital de 1500 contos, representado por três mil acções de 500\$00 cada, sendo 2980 pertencentes à Acção Nacional Popular (ANP)⁵;
- 100\$00, pertencente a Francisco Silveira Pinto, que foi o director do DL até 4 de Maio de 1974.

Segundo as contas relativas a 31 de Dezembro de 1973, a situação da Gráfica Portugal, Limitada era bastante crítica, já que apresentava uma situação líquida negativa de mais de vinte mil contos. O seu passivo registava dívidas avultadas, sendo uma das mais significativas de cerca de 28 mil contos ao Banco de Angola (que em 11 de Maio de 1974 ascendia já a 37 mil contos) e outra de cerca de 27 mil contos à CNE.

O DL vinha recebendo do Governo-Geral de Angola um subsídio, agora cancelado, que ultimamente era de 930 contos mensais e tinha um encargo mensal com remunerações de cerca de 1100 contos.

A situação da empresa era altamente deficitária, não lhe permitindo manter-se financeiramente autónoma. Estava em causa o emprego de cerca de 170 funcionários, por falência inevitável que veio a acontecer. Passado pouco tempo, o

jornal deixou de se publicar, asfixiado financeiramente e não resistindo às reivindicações e contestações dos seus trabalhadores.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Nessa época, além do *Diário de Luanda*, eram publicados em Angola outros periódicos, como *A Província de Angola*, *Jornal de Angola*, *O Angolense*, *A Tribuna dos Musseques* e o *Comércio de Angola*, além de outras publicações.

A nossa missão foi então alargada a toda a imprensa de Angola, com quem nos reuníamos semanalmente no CNA, mas nesses tempos as contradições, as rivalidades e até os interesses particulares dos três movimentos de libertação ainda não eram evidentes e não tinham expressão significativa nos conteúdos da imprensa angolana.

A actividade desta comissão *ad hoc* cessou com a promulgação do Decreto-Lei nº 281/74 de 25 de Junho que visava “garantir a efectiva liberdade de expressão do pensamento preconizada no programa do MFA”, tendo este decreto-lei sido tornado extensivo às províncias ultramarinas, através da Portaria nº 424/74, de 10 de Julho.

* Contra-Almirante na situação de Reforma, sócio da A25A

5 ANP - Acção Nacional Popular (Ainda Não Presta, na linguagem oposicionista da época), partido único existente, na nova denominação com que Marcelo Caetano baptizou a União Nacional do consulado salazarista. Os seus bens reverteram a favor do Estado, por diploma da Junta de Salvação Nacional.



“PERSEGUIR ILUSÕES”



Doutor em Direito, Nello Celio (1914-1995), filiado no Partido Radical-Democrático (centro-direita), integrou o Governo do Cantão do Tessino (1946-1959) e foi eleito para o Conselho Nacional em 1963. Três anos depois, torna-se o 80.º Conselheiro Federal. Dirigiu o Departamento Militar de janeiro de 1967 a junho de 1968 e, posteriormente, o Departamento das Finanças de julho de 1968 a dezembro de 1973. Exerceu a presidência da Confederação em 1972.

Em Angola, diz-nos Nello Celio, livraram-se não apenas de um ditador, mas de uma potência colonial – o que deveria ter suscitado “explosões de alegria”, por os angolanos terem conquistado a soberania e o estatuto de cidadãos de pleno direito

RETO MONICO*

EM NOVEMBRO DE 1975¹, Nello Celio, ex-membro do governo suíço, militante do Partido Radical-Democrático, de centro-direita, publica uma carta em italiano no diário radical de Berna *Der Bund*, sobre a situação interna portuguesa e a descolonização de Angola. Em primeiro lugar, admite que as fortes críticas contra a Ditadura de Salazar-Caetano eram justificadas, assim como a vontade dos portugueses de recuperar a liberdade e o desejo de independência por parte dos povos colonizados. Após essa premissa, lança a artilharia pesada:

Portugal demonstra hoje ao mundo inteiro a veracidade da afirmação de que as revoluções têm sempre um desfecho diferente daquele que era esperado e que motivou o seu início.

No entanto, neste caso, o resultado é infelizmente trágico: revela intenções traídas, direitos pisoteados, sede de dominação contra as maiorias estabelecidas, sacrifícios inúteis e, por fim, uma farsa de democracia oportunista e reivindicativa por parte daqueles que, durante o período sombrio, não tinham sequer a coragem de levantar a cabeça.

Nello Celio acusa as Forças Armadas de governarem o país em conjunto com os extremis-

1 «Rincorrere illusioni», *Der Bund*, 16 de novembro de 1975. Na altura, este jornal tem uma tiragem de 58.000 exemplares.

tas de esquerda, “amplamente derrotados nas eleições”. Denuncia também o facto de órgãos de imprensa e rádios democráticas terem sido silenciados. Além disso — acrescenta — quem não estiver de acordo com os esquerdistas é ameaçado com bombas; utiliza-se gás lacrimogénico para mandar calar o chefe do Governo, num ambiente de constante ameaça golpista, sem se saber se provém da direita ou da esquerda, pois “os extremos tocam-se e usam os mesmos meios”:

Este é o primeiro resultado de uma revolução feita em nome da justiça, da liberdade e da legalidade. Provavelmente, não teria valido a pena. As revoluções são benéficas quando resultam na libertação de um jugo, mas fazê-las apenas para trocar de jugo e continuar a ser sempre a mesma besta de carga, como diria o romano, não tem graça nenhuma.

POTÊNCIA COLONIAL

Em Angola, diz-nos Nello Celio, livraram-se não apenas de um ditador, mas de uma potência colonial — o que deveria ter suscitado “explosões de alegria”, por os angolanos terem conquistado a soberania e o estatuto de cidadãos de pleno direito:

Em vez disso, as lutas tribais intensificam-se, os mortos já não se contam e a potência colonial retira-se sem saber bem a quem entregar as rédeas do país. Dizem os observadores que se prepara um segundo Vietname; dizem os bem-informados que, por trás disso, estão as grandes potências; e dizem os lusos que apenas uma grande ingenuidade impediu de ver e prevenir o que está a acontecer.

Perante a guerra civil em Angola, o político radical questiona a validade de uma descolonização que conduz à autodestruição, à humilhação da liberdade e ao assassinato do antigo companheiro de luta. Na sua opinião, a colonização é indefensável, mas, face ao miserável espetáculo destas lutas intestinas, devemos perguntar-nos “se existe uma terceira solução, porque a segunda é tão reprovável quanto a primeira”:

A tragédia lusitana é a tragédia das oportunidades perdidas — perdidas na pátria, pela incapacidade de demonstrar maturidade cívica; perdida na colónia, pela incapacidade de demonstrar aptidão para o autogoverno.

Todavia, nestas ocasiões desperdiçadas, há sempre quem tire proveito e jubile:

Regozija-se, em Lisboa, a minoria violenta contrária à ordem e à democracia; regozija-se, em Angola, quem instiga, na esperança de obter algum benefício. Porque o vento africano sussurra-nos que em Angola há cobre, há manganês e há também petróleo.

Enquanto os angolanos se matam uns aos outros, “os generais lançam olhares cobiçosos para as minas e para os poços de petróleo”, sublinha ironicamente Celio, que termina o seu texto com uma das mais famosas frases do poeta Giosuè Carducci (1835-1907), o primeiro italiano a receber o Prémio Nobel da Literatura, em 1906: *Mas o mundo é belo e sagrado é o porvir.*

Três pequenas observações para terminar:

Em primeiro lugar, pode causar surpresa o



O GENERAL ANTÓNIO SPÍNOLA NA REUNIÃO COM A INFORMAÇÃO:

- A AUTODETERMINAÇÃO DEVE PRECEDER A INDEPENDÊNCIA DEVENDO ESTA SER PROGRESSIVA.
- IMPÕE-SE UMA POLÍTICA DE VERDADE E DE AUTENTICIDADE PARA QUE OS OUTROS POSSAM ACREDITAR NO QUE ORÇAMOS.
- OS JORNALISTAS PASSAM A PODER ORGANIZAR-SE LIVREMENTE.
- OS QUE TÊM UMA IDEOLOGIA ESQUERDISTA PODEM DEPENDÊ-LA, MAS COM CALMA E MODERAÇÃO QUANTO AOS OUTROS DEVEM EVOLUIR.
- A FIM DE COLABORAR COM A JUNTA.

EM LUANDA RAJADAS DE VENTO CICLÓNICO PROVOCARAM ESTRAGOS E ALGUMAS VITIMAS AO FIM DA TARDE DE ONTEM

- 15 MORTOS E 1 FERIDO
- DEZENAS DE ÁRVORES CAÍDAS
- UM CARRO ESMAGADO
- BARCOS DE RECREIO GARRAFAM

Diário de Luanda

O DR. MARIO SOARES, EM LISBOA: A HORA QUE PASSA É DE UNIDADE NACIONAL QUE NÃO EXISTA, POIS, A AMBICÇÃO PARTIDÁRIA

MANIFESTAÇÃO EM CARMONA DE APOIO A ACCAO DA JUNTA

AUTORIZADA NA METRÓPOLE A COMEMORAÇÃO DO 1.º DE MAIO

O BRASIL RECONHECE O NOVO GOVERNO PORTUGUÊS

DOMINGO NORMAL EM LUANDA

REABERTO O TRÁFEGO NO AEROPORTO DA PORTELA

DE LUANDA PARTIRAM ESTA TARDE OS PRIMEIROS AVIÕES DA TAP PARA LISBOA

SOARES CARNEIRO ENCARREGADO DO GOVERNO DE ANGOLA

Diário de Luanda

ASSINALAM-SE EM TODO O PAÍS MANIFESTAÇÕES DE APOIO À JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

ESTA PRATICAMENTE CONSTITUÍDO O NOVO GOVERNO, NO QUAL AS PASTAS CIVIS SERÃO OCUPADAS POR CIVIS

NA GUINÉ AS FORÇAS ARMADAS IMPUERAM A RESTITUIÇÃO DO GOVERNADOR DA PROVÍNCIA QUE DEIXOU JÁ BISSAU

REABERTO O TRÁFEGO NO AEROPORTO DA PORTELA

DE LUANDA PARTIRAM ESTA TARDE OS PRIMEIROS AVIÕES DA TAP PARA LISBOA

LISBOA

- Seriedade
- Deixar
- As manifestações
- deixar
- deixar

S. TOMÉ

- APOIO
- A JUNTA
- deixar
- deixar
- deixar

MOÇAMBIQUE

- O SECRETÁRIO
- GERAL
- ASSUMIU
- FUNÇÕES
- deixar
- deixar

GUINEA-BISSAU

- E SALISBURY
- CONCORDAR
- NA JUNTA

facto de ele não ter respeitado o princípio de reserva que se espera de um antigo membro de um governo suíço.

Em segundo lugar, ao refletir sobre outros episódios revolucionários, deveria ter considerado que há sempre várias fases num processo dessa natureza e que é necessário tempo para realizar certos objetivos. Não se podia exigir que, ao fim de apenas um ano e meio, Portugal já tivesse encontrado uma solução e atingido um

nível de estabilidade comparável ao da Suíça, cuja última guerra civil ocorreu em 1847.

Por fim, salienta-se a sua frustração perante o drama angolano e as suas reflexões sobre os enormes interesses em jogo neste país, que acaba de proclamar a sua independência em plena guerra civil.

* Professor e historiador, sócio da A25A



O 25 DE ABRIL EM ANGOLA

O 50.º aniversário do 25 de Abril foi comemorado em Luanda pela A25A-Angola, uma associação criada em 1980 por cidadãos portugueses radicados nesse país. As diversas iniciativas realizadas juntaram angolanos e portugueses, unidos pelos ideais da Liberdade e da Democracia conquistados em 1974 e por sentimentos de paz e de fraternidade.

Na Academia Diplomática Venâncio de Moura, um centro de formação dos diplomatas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi proferida uma palestra por Francisco Alegre Duarte, Embaixador de Portugal e filho do nosso sócio efectivo Manuel Alegre, que foi subordinada ao tema “A Revolução de Abril como ponto de viragem dos povos de Angola e de Portugal”, a que se seguiu um animado debate em que foi destacado o significado histórico do 25 de Abril.

As comemorações tiveram espaços de divulgação nos meios de comunicação angolanos, designadamente no semanário *Novo Jornal* e nas estações de radiodifusão *Rádio LAC - Luanda Antena Comercial* e *Radio Mais*.

Nesse mesmo dia 24 de Abril realizou-se um jantar de convívio no Restaurante 25 de Abril,



As instalações de Luanda da Associação 25 de Abril - Angola

que incluiu momentos musicais e leitura de poemas, bem como intervenções do nosso sócio comandante Aires da Silva, um Capitão de Abril radicado em Angola, e de Ludgero Escaval, o presidente da A25A-Angola, que encerrou a sessão.

No final foi cantada a Grândola Vila Morena e os Hinos Nacionais de Portugal e de Angola.



MOEDAS
COMEMORATIVAS
2025

AZULEJO, ESPELHO DO TEMPO

SÉRIE AZULEJARIA PORTUGUESA SÉCULOS XVI—XX



**O azulejo é um dos nossos
maiores patrimónios culturais:
feito de material duradouro,
é capaz de refletir a luz
e o gosto de cada tempo.**



LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A

COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98

PORTO R. Candido dos Reis, 97

 WWW.INCM.PT moeda.apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA

INCM
IMPRESSÃO NACIONAL CASA DA MOEDA





GUERRA CIVIL, INVASÃO E INDEPENDÊNCIA



Longe de Portugal, sem movimentos de libertação nem reivindicações independentistas visíveis, o território português da ilha de Timor vivia, em 1974, pacificamente entre dois grandes países e duas culturas bem diferentes – a Austrália e a Indonésia. Com o 25 de Abril de 1974 e a aceitação do princípio da autodeterminação e da independência para as colónias portuguesas, as elites timorenses organizaram-se politicamente, mas não se entenderam e convergiram numa guerra civil, a que se seguiu a declaração unilateral de independência da República Democrática de Timor-Leste e, poucos dias depois, a invasão indonésia. Foi há 50 anos e *O Referencial* evoca esses acontecimentos, que estão entre os mais complexos do processo português de descolonização

ADELINO RODRIGUES DA COSTA*

A NOTÍCIA DA ACÇÃO DESENCADEADA em Lisboa e noutros pontos do país pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) chegou a Timor no final desse mesmo dia e, segundo escreveu José Ramos-Horta, um estudante timorense de 24 anos de idade que deveria abandonar o território dois dias depois por imposição da polícia política, “houve euforia” e logo o governador Alves Aldeia o informou que, afinal, podia ficar se quisesse. E ficou. Poucos dias depois começaram a formar-se e a legalizar-se os partidos políticos timorenses. Primeiro surgiu a UDT (União Democrática de Timor) que defendia a autodeterminação do povo timorense e a integração numa comunidade portuguesa. Depois foi criada a ASDT (Associação Social-Democrata Timorense), que veio a dar origem à FRETILIN – Frente de Libertação





Uma das mais simbólicas fotografias da história de Timor-Leste captada na cidade de Díli: o lançamento de paraquedistas indonésios sobre a cidade no dia 7 de Dezembro de 1975 (Fotos do Arquivo Museu da Resistência de Timor-Leste)

de Timor-Leste, que defendia a independência através de uma progressiva autonomia política. Finalmente, apareceu a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense) que defendia a integração na Indonésia.

Timor situava-se a cerca de 14 mil quilómetros de Lisboa, as comunicações eram difíceis e, localmente, não havia reivindicações independentistas visíveis. O governador de Timor só iniciou conversações com os três partidos timorenses em Maio de 1975, depois de já terem sido celebrados acordos com todas as outras colónias com vista à sua independência e de ter sido reafirmado “o direito

do povo de Timor à autodeeterminação com todas as suas consequências, incluindo a independência”.

A primeira dificuldade do processo foi a intransigência da coligação FRETILIN/UDT ao não aceitar a presença da APODETI em quaisquer negociações, mas esta coligação também se desfez rapidamente e a situação complicou-se por influência directa de agentes indonésios em Timor, pela intensa propaganda veiculada pelas emissoras indonésias de Kupang e Atambua e, também, pela inoperância das autoridades portuguesas.



A GUERRA CIVIL

Na madrugada do dia 11 de Agosto de 1975 a UDT desencadeou uma acção armada e ocupou a cidade de Díli, enquanto os dirigentes da FRETILIN se refugiaram nas montanhas, a sul da cidade, e se reagruparam em Aileu. Numa nota então emitida, a UDT informava que havia conseguido “controlar e dominar totalmente a situação: eliminámos a marxista FRETILIN da cena política de Timor e impomos ao governo português a transmissão imediata de poderes”. Era o início da confrontação armada e da guerra civil.

A maioria dos timorenses aderiu à FRETILIN ou à UDT, tendo ambos feito detenções de adversários políticos e de funcionários e militares portugueses, enquanto aconteciam duros combates. A situação na cidade de Díli tornou-se incontrolável e as lideranças de ambos os lados perderam o controlo sobre o comportamento dos seus apoiantes.

No dia 26 de Agosto o cais de Díli foi bombardeado pela FRETILIN e, nessa noite, as autoridades portuguesas que ainda se encontravam na cidade – o comandante-chefe e o seu Estado-Maior, o comandante da Defesa Marítima, três médicos, um destacamento de paraquedistas com 62 homens e 26 elementos da Armada que serviam na Estação Radionaval – deslocaram-se de Díli para a vizinha ilha de Ataúro.

Com a retirada das autoridades portuguesas da área portuária da cidade de Díli os combates estenderam-se a toda a cidade e, poucos dias depois, em comunicado, a FRETILIN informava: “Controlamos a cidade de Díli até Ribeira Comoro desde 29 de Agosto”.

**TIMOR SITUA-SE
A CERCA DE 14 MIL
QUILÓMETROS DE LISBOA,
AS COMUNICAÇÕES ERAM
DIFÍCEIS E, LOCALMENTE,
NÃO HAVIA REIVINDICAÇÕES
INDEPENDENTISTAS
VISÍVEIS**

A guerra civil não durou mais de três semanas e saldou-se pela vitória da FRETILIN, tendo a maioria dos elementos da UDT procurado refúgio na parte indonésia da ilha de Timor.

DECLARAÇÃO DE “INDEPENDÊNCIA”

Em Lisboa a situação política era muito complexa e também havia a ameaça de confrontos militares, ou mesmo de uma guerra civil. Os jornais desse tempo raramente veiculavam informações sobre Timor e, no dia 19 de Novembro de 1975, quando o VI Governo Provisório chefiado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo suspendeu funções governativas em protesto pela agitação por que passava o país, a situação que se vivia em Timor não parecia ser uma prioridade, nem uma preocupação.

Perante a ausência da autoridade portuguesa de Díli, no dia 28 de Novembro de 1975, a FRETILIN declarou unilateralmente a independência da República Democrática de Timor-Leste com uma cerimónia realizada na principal pra-

ça da capital, em que foi declarado como Presidente da República o cidadão Francisco Xavier do Amaral, que tinha sido um dos primeiros seminaristas timorenses que estudaram no Seminário Maior de S. José, em Macau, mas que não chegou a ser ordenado e que, depois de 1968, foi funcionário público da Alfândega de Díli.

O texto da proclamação da independência lido por Francisco Xavier do Amaral foi o seguinte: *Encarnando a aspiração suprema do Povo de Timor-Leste e para salvaguarda dos seus mais legítimos direitos e interesses como Nação Soberana, o Comité Central da FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR LESTE INDEPENDENTE – FRETILIN – decreta e eu proclamo, unilateralmente, a Independência de Timor-Leste que passa a ser, a partir das 00h00 de hoje, a República Democrática de Timor-Leste, anti-colonialista e anti-imperialista.*

Algumas horas depois, no palácio de Lahane, foi anunciada a constituição de um governo cujo Primeiro-Ministro foi Nicolau dos Reis Lobato, um antigo aluno do Seminário Menor de Nossa Senhora de Fátima, em Dare, que em 1966 tinha sido incorporado como furriel no Exército Português, no qual serviu até 1968, após o que integrou a Missão Agronómica de Timor e os Serviços de Finanças de Timor.

INVASÃO INDONÉSIA DE TIMOR

A reacção indonésia não demorou e, no dia 7 de Dezembro de 1975, as forças militares da Indonésia iniciaram a invasão do território de Timor-Leste, com o apoio político dos Estados

Unidos e da Austrália, depois do presidente Suharto ter recebido a aprovação e o apoio para a invasão numa reunião realizada na véspera em Jakarta com Gerald Ford e Henry Kissinger, os então Presidente e Secretário de Estado dos Estados Unidos.

Segundo todas as descrições conhecidas, a invasão foi brutal e iniciou-se com bombardeamentos navais sobre Díli, o desembarque de tropas de assalto e a descida de paraquedistas sobre a cidade. Seguiu-se a captura de Baucau, a segunda maior cidade timorense e, depois, as vilas de Liquiçá e Maubara, apesar da corajosa resistência das forças da FRETILIN que, entretanto, se começou a reorganizar no interior montanhoso da ilha.

No dia 12 de Dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas tinha reconhecido “o inalienável direito de todos os povos à autodeterminação e independência”, “deplorava fortemente a intervenção militar indonésia” e exigia a retirada das suas tropas sem demora, para que os timorenses pudessem exercer o seu direito à autodeterminação [Resolução 3485 (XXX) de 12 de Dezembro de 1975]. No dia 22 de Dezembro, também o Conselho de Segurança aprovou por unanimidade uma resolução com semelhante teor [Resolução 384 (1975) de 22 de Dezembro de 1975].

A invasão indonésia foi esmagadora e a FRETILIN foi obrigada a abandonar as suas posições nos meios urbanos, mas reorganizou-se e resistiu nas montanhas e nas redes clandestinas das cidades. A ocupação indonésia de Timor iria prolongar-se por mais de duas décadas de anos.



Foto simbólica da história de Timor-Leste, captada na cidade de Díli: a cerimónia da declaração da independência realizada no dia 28 de Novembro de 1975

No dia 20 de Maio de 2002 a República Democrática de Timor-Leste foi declarada um Estado independente numa cerimónia realizada em Tasi Tolu, nos arredores de Díli. Estiveram presentes Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, Xanana Gusmão, o primeiro presidente da nova República Democrática de Timor-Leste, Megawati Sukarnoputri, presidente da Indonésia, Jorge Sampaio, presidente da República Portuguesa, e Bill Clinton, presidente dos

Estados Unidos, além de delegações de mais de nove dezenas de países. Neste desfecho, Portugal e a sua diplomacia desempenharam um relevante papel.

Ao relembrar estes acontecimentos, a A25A e *O Referencial* prestam homenagem à coragem do povo de Timor-Leste, país de língua oficial portuguesa e membro da CPLP.

*Coordenador principal na revista *O Referencial*,



Embarque de tropas para
Angola, 1961 (AHM)

ABRIL E O ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

O Arquivo Histórico Militar é detentor de um acervo muito relevante, essencialmente no âmbito das atividades militares, constituído por fundos e coleções com documentos de natureza textual, gráfica, cartográfica, fotográfica, videográfica, áudio e digital

JOAQUIM JOSÉ DA CUNHA ROBERTO*

O ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM) é uma instituição centenária, cuja designação atual surgiu no contexto da reforma republicana do Exército, decretada em 25 de maio de 1911. Porém, a sua origem remonta a 1640, ao Arquivo do extinto Conselho de Guerra, órgão com funções essencialmente consultivas, constituindo-se como o primeiro arquivo militar português. Mais tarde, em 1736, com a constituição da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, os assuntos diplomáticos e militares passaram a estar a cargo desta Secretaria, originando um novo arquivo.

Depois de ter passado por vários locais, sempre em Lisboa, o Arquivo Histórico Militar deslocou-se, em 2018, para instalações próprias recuperadas num antigo prédio militar (PM50), a Fábrica de Calçado, a qual foi transformada de acordo com as necessidades e especificações técnicas para albergar o Arquivo. Neste momento, desempenha a função de arquivo definitivo do Exército na sua plenitude, dispondo de ótimas condições para guardar e preservar o riquíssimo acervo de que dispõe.

O Arquivo Histórico Militar tem a missão de

guardar, tratar e preservar todos os documentos de valor histórico relativos ao Exército, encontrando-se na dependência hierárquica da Direção de História e Cultura Militar (DHCM), a qual, depende diretamente do *Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército* (AHM/DHCM/VCEME). O AHM é detentor de um acervo muito relevante, essencialmente no âmbito das atividades militares, constituído por fundos e coleções com documentos de natureza textual, gráfica, cartográfica, fotográfica, videográfica, áudio e digital [PT/AHM].

Na sua organização, o Arquivo possui uma Secção de Leitura, Investigação e Divulgação (SILD), que recebe principalmente por e-mail e processa os pedidos dos investigadores nacionais e estrangeiros, ao mesmo tempo que recebe e acompanha na pesquisa os consulentes que decidam fazer investigação presencial no Arquivo.

Adicionalmente, disponibiliza Recursos Digitais através de duas aplicações de arquivo, AHM-Archeevo <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/> e AHM-GERMIL (Genealogia em Registos Militares): <https://ahmgermil-exercito.defesa.gov.pt/>

O Arquivo está organizado em **cinco Grupos de Fundos**:

Divisões: 1.^a divisão – Campanhas na Europa; 2.^a Divisão – Ultramar; 3.^a Divisão – Assuntos Militares Gerais; 4.^a divisão – outras Coleções.

Fundos Especiais: Iconografia, Fototeca, Mapoteca, Hemeroteca, Uniformes.

Fundos Gerais: Coleções de maior complexidade de tratamento arquivístico.

Fundos Orgânicos: Fundos das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército.

Fundos Particulares: Coleções produzidas por uma pessoa ou família no âmbito das suas atividades públicas ou privadas.

ABRIL E OS ARQUIVOS

Do Património documental no âmbito da temática “**ABRIL E OS ARQUIVOS**” destacam-se:

A Guerra do Ultramar (1961-1974) [PT/AHM/DIV/1/39]

Esta Secção é constituída por documentação datada do período da guerra, entre 1961 a 1974, nomeadamente documentos da área do pessoal, com destaque para licenças, vencimentos, rendição, condecorações, segurança e ordem pública, promoções, incorporação e mobilização; relatórios e informações sobre as medidas preventivas para o período eleitoral, guerra eletrónica, ação psicológica no Ultramar e panfletos; resumo de notícias da 2.^a Repartição do Estado-Maior do Exército e Supintreps de contra-subversão. Destaque para as provas que deram origem a algumas publicações nomeadamente “As Forças Armadas e as crises nacionais” e a “Abrilada de 1961”. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=113162>

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (MFA)

Secção constituída por duas séries: acontecimentos sobre o 25 de Abril de 1974 e o incidente das Caldas da Rainha em 1974.

Série constituída por documentação relativa aos acontecimentos do 25 de abril de 1974 e posteriores a essa data, relativa ao Movimento das Forças Armadas (MFA), ao Comando Operacional do Continente (COPCON), ao Agrupamento Militar de Intervenção (AMI); ao código OTAN e equivalências; revolta do Porto.

<https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=113234>

O INCIDENTE DAS CALDAS

[PT/AHM/DIV/1/40]

Processo sobre o “Incidente das Caldas da Rainha em 16 de março de 1974”. Contém: relatório de situação sobre segurança interna (incidentes de 16 e 17 de março de 1974), assinado pelo coronel Jorge da Costa Salazar Braga, do Regimento de Infantaria 7, contendo como anexo o relatório do major Virgílio Guimarães do quartel de Leiria; relatório da ação em consequência dos acontecimentos registados no Regimento de Infantaria 5 (RI5) em 16 de março de 1974, assinado pelo coronel de Cavalaria, comandante da Escola Prática de Cavalaria em Santarém Augusto da Fonseca Lage; relação dos oficiais que seguiram para Lisboa em 16 de março de 1974; fita do tempo dos acontecimentos de 16 de março de 1974, no Regimento de Infantaria 5; telegramas e mensagens do Quartel-General de Tomar e apontamentos manuscritos.

<https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=113234>



Manifestação do 1.º de Maio de 1974, Lisboa (AHM)



Tomada de posse de Otelo Saraiva de Carvalho como comandante adjunto do COPCON, 13-07-1974

COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA [DO MFA] EM ANGOLA (CCPA) [PT/AHM/FO/043 CCPA]

A CCPA funcionava como órgão colegial, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos elementos presentes às reuniões. Compe-

tia à CCPA decidir quais os assuntos que deviam ser resolvidos a seu nível e quais os que implicavam a consulta ao Conselho Coordenador de Programa [do MFA]. Documentação relacionada com o processo de descolonização

de Angola, incluindo ação do MFA e da CCPA, inquéritos, comissões Ad-Hoc; contactos com os movimentos de libertação de Angola; defesa; relações militares relativas a pessoal, informações, operações, material e logística; assuntos com entidades civis; atas da Comissão Nacional de Defesa, da Comissão Nacional de Descolonização e do Conselho Coordenador do Programa em Angola e correspondência. Inclui uma coleção de processos reunidos na sua maior parte pela Presidência da República sobre os acordos de Alvor, antecedentes e consequências; atividade diplomática; deslocados e retorno de nacionais.

<https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=53320>

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO “25 DE ABRIL - 50 ANOS” [PT-AHM-FE-BB-IDD-084]

O catálogo possui 40 págs. (290X206 mm.), produzido em suporte em papel, sendo consultável através de cópia digital. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/viewer?id=306955&FileID=2441246&recordType=Description>

CONSELHO DA REVOLUÇÃO (1975 – 1976) [PT/AHM/DIV/1/41]

O Conselho da Revolução foi um órgão do Estado português com poderes político-legislativos e jurisdicionais instituído a 14 de março de 1975 pela Assembleia do Movimento das Forças Armadas e sucedendo à Junta de Salvação Nacional e ao Conselho de Estado. Visava atingir os objetivos constantes do programa desse movimento e garantir a segurança, a confiança

e a tranquilidade ao povo português, de modo a permitir continuar a reconstrução nacional. A sua institucionalização como órgão de soberania foi consagrada na Constituição de 1976, tendo sido extinto a 30 de setembro de 1982, pela primeira revisão constitucional. As suas competências foram então distribuídas pela Assembleia da República, o Governo, o Tribunal Constitucional e o Conselho de Estado.

Transferência da documentação pelo Conselho Superior de Disciplina do Exército em 31 de outubro de 2024. Esta Secção é constituída essencialmente por uma série denominada “Comissão de Inquérito do 25 de novembro de 1975”.

<https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=306582>

ICONOGRAFIA [PT/AHM/FE/010/A14]

O AHM possui uma série constituída por cartazes no âmbito da Dinamização Cultural e Ação Cívica, da autoria de João Abel Manta e Marcelino Vespeira, produzidos pela 5.ª Divisão do EMGFA. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=38201>

FOTOTECA [PT/AHM/FE/CAVE/CFE]

A série documental Catálogo Fotográfico do Exército (CFE) é constituída por fotografias do Exército Português no período 1951-1976. As fotografias tratam maioritariamente de reportagens fotográficas dos principais eventos e atividades desenvolvidas pelo Exército Português. Destacam-se as partidas dos militares para o Ultramar nas décadas de 1960 e 1970, a reunião dos Estados-Maiores Peninsulares, a



Tomada de posse do general Ramalho Eanes como Chefe do Estado-Maior do Exército, Dezembro de 1975 (AHM)

abertura dos anos letivos nos estabelecimentos militares de ensino, dias festivos nas U/E/O, apoios prestados em períodos de catástrofes, visitas oficiais às províncias ultramarinas e visitas de estado. As fotografias do CFE foram

todas digitalizadas, no âmbito do projeto das instituições de memória da Defesa Nacional - cerca de quarenta e quatro mil imagens - e disponibilizadas na Internet através da aplicação AHM-Archeevo.

Ainda na Fototeca é de destacar a coleção de álbuns do Jornal do Exército, que se encontram disponíveis apenas para consulta presencial.
<https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=258007>

FUNDOS PARTICULARES [PT/AHM/FP]

O AHM destaca muito especialmente os Fundos Particulares de figuras marcantes e de enorme relevo no 25 de Abril de 1974 que entregaram à guarda do Arquivo os seus documentos, muitos deles originais e ainda desconhecidos dos investigadores e do cidadão. Os FP, na sua maioria, são apenas de consulta presencial e encontram-se sob reserva de consulta tendo em conta o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e a autorização prévia do doador ou da família. Destacam-se, pela sua importância, os FP do Coronel Jorge Goliás, Coronel Aniceto Afonso, Capitão de Mar e Guerra Almada Contreiras, General Garcia dos Santos e do Professor Josep Sánchez Cervelló.
<https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=64152>

Links de Acesso:

Aplicação de Arquivo Online AHM-Archeevo:
<https://ahm-exercito.defesa.gov.pt>

Aplicação de Genealogia Online AHM-GERMIL
<https://ahmgermil-exercito.defesa.gov.pt/>
Site do AHM: <https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/vceme/dhcm/ahm>

Contactos:

Largo do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa

Telef. (+351): 21 884 2415

E-mail: ahm@exercito.pt

Horário: de 2ª a 6ª feira (sem necessidade de marcação prévia) das 10h00 – 12h15 das 13h45 – 16h45

Encerrado: sábado e domingo

* Tenente-Coronel, Subdiretor
do Arquivo Histórico Militar

Nota de edição: Continuamos neste número o roteiro pelos Arquivos com documentação relacionada com o 25 de Abril, desta vez o Arquivo Histórico Militar, através da colaboração do seu sub-diretor tenente-coronel Cunha Roberto, a quem muito agradecemos. Em relação a este Arquivo é conveniente consultar as suas bases de dados e outros ficheiros, pois os fundos das unidades e órgãos do Exército incluem quase sempre documentação da época que nos interessa.



Chegada a Lisboa do Presidente da República, general Costa Gomes, depois de uma visita aos Estados Unidos. Reconhecem-se Vasco Gonçalves, primeiro-ministro e almirante Pinheiro de Azevedo, 20-10-1974 (AHM)



O Povo está com o MFA. Cartaz de João Abel Manta. 5,7 Diâmetro - DMGFA - Dinamização Cultural, Ação Cívica. 3 cartões com 42x30 cm. 1975. Arquivo Histórico Militar PT/ANM/14/038/134/GA/18



MFA Sentinela do Povo. Cartaz de João Abel Manta. 5,7 Diâmetro - DMGFA - Dinamização Cultural, Ação Cívica. 3 cartões com 42x30 cm. 1975. Arquivo Histórico Militar PT/ANM/14/038/134/GA/18

Cartazes da Dinamização Cultural e Ação Cívica, João Abel Manta, 1975 (AHM)

CARLOS ALBERTO VIEIRA MONTEIRO (1935-2025)

UM HOMEM DO MFA



Faleceu em 25 de Agosto de 2025, com 89 anos, o Coronel Carlos Alberto Vieira Monteiro, natural da Guarda. Homem probo e de grande integridade, foi um indefectível membro do movimento dos capitães desde o seu início. Destacado elemento do Movimento no distrito do Niassa, Moçambique, onde se encontrava a prestar serviço, voluntariou-se e foi o coordenador natural dos militares aderentes e simpatizantes do MFA com quem mantinha uma estreita ligação naquelas longínquas paragens, onde os contactos eram difíceis e escassos, mas onde procurava com engenho manter unidos e

esclarecidos relativamente aos acontecimentos todos os oficiais aderentes. Participou no período de transição, sendo o último militar a sair de Vila Cabral (hoje Lichinga), depois da entrega do poder aos representantes da Frelimo.

Vieira Monteiro frequentou o curso de comando e direção com êxito pelo que se previa a sua promoção ao generalato, facto que não ocorreu porque, sendo um homem de um só parecer e de um só rosto, não admitiu algumas atitudes inconvenientes quando comandava o Batalhão da Guarda Fiscal em Coimbra. Esta sua atitude, de grande elevação, não foi compreendida, acabando por ter influência na sua carreira.

Passou à reserva com honra, mas com grande desânimo.

Em 2022 foi agraciado com a Ordem da Liberdade.

É com grande pesar que assistimos à partida de mais um dos nossos, apresentando sentidas condolências aos seus amigos e a todos os seus familiares.

Nota redação: Esta informação tem por base um texto da autoria do coronel Cachulo e Costa.

JOSÉ PEREIRA DE MOURA (1948 – 2025)

TRANSMONTANO E CIDADÃO DO MUNDO



O Comandante José Pereira de Moura faleceu no dia 6 de Setembro, em casa, serenamente, na sequência de uma situação clínica que se arrastou por largos meses.

Nascido e criado nas encostas da

Serra do Larouco, na aldeia de Gralhas, no concelho de Montalegre, ficou para sempre marcado pelo que de mais genuíno e nobre caracteriza o transmontano, que muito envolveu quem teve o privilégio de com ele conviver.

Completado o liceu em Chaves, em 1967, rumou a Lisboa e ingressa na Escola Naval (EN), sendo promovido a guarda-marinha em 1972. Ao longo da sua carreira prestou serviço a bordo de vários navios, especializou-se em Artilharia e prestou serviço, em terra, em várias Direções Técnicas e em órgãos da área da gestão de pessoal. Foi promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra em 2001, passou à reserva em 2003 e à reforma em 2008.

Chegado à Marinha e a Lisboa aprofundou a sua natureza humanista e, sempre honrando as suas origens, rapidamente foi ganhando consciência das contradições e da profunda injustiça social imposta pelo regime ditatorial vigente. Este seu interesse pelos temas e causas sociais alargou os seus horizontes ao que se passava noutras latitudes e longitudes, começando a germinar a sua dimensão de cidadão do mundo.

A sua adesão à “Organização Clandestina de Oficiais da Armada” (assim caracterizada pela historiadora Luísa Tiago de Oliveira) ocorreu ainda como aluno da EN, tendo participado ativamente, na luta contra a ditadura, no processo conspirativo que conduziu ao 25 de Abril e na transição para a democracia.

“Capitão de Abril” desde a primeira hora, nunca ganhou relevância pública, mas foi sempre um forte pilar no apoio aos camaradas que, antes e depois do 25 de Abril, ligaram a Marinha a “Abril”. Foi sócio fundador da Associação 25 de Abril e, com o seu falecimento fica um forte sentimento de perda.

Apresentamos o nosso profundo pesar aos seus familiares, a todos os que “marcharam” ao seu lado e a todos os seus amigos.

LUÍS CARLOS CALCETEIRO SERAFIM (1950 – 2025)

CONVICTO APOIANTE DOS IDEAIS DE ABRIL

O Contra-Almirante Luís Carlos Calceteiro Serafim faleceu no dia 18 de novembro, com 75 anos. No momento da partida encontrava-se no seu domicílio, na freguesia da Cabeça Gorda, concelho de Beja.

Natural de Beja, iniciou a sua carreira naval em 1967 quando ingressou na Escola Naval como cadete de Administração Naval e, após a conclusão do seu curso, serviu a Marinha no mar e em terra em diferentes cargos e funções, onde se inclui uma comissão de serviço na Capitania dos Portos de Macau e o importante cargo de Superintendente dos Serviços Financeiros da

Armada. Era licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Foi sócio fundador da A25A e um convicto apoiante dos ideais de Abril, que cultivou de forma exemplar, designadamente entre 1987 e 1989, quando presidiu com grande dinamismo e eficiência à Direcção do Clube Militar Naval. Aqui prestamos a nossa homenagem ao camarada e companheiro que sempre esteve com o MFA e com a A25A, apresentando o nosso profundo pesar pela sua perda aos seus familiares e a todos os seus amigos.

REGISTAMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócios Fundadores

Adriano do Patrocínio Rodrigues Sanches
António Franganito Olho Azul
Artur Manuel Correia Travassos Ventura
Casimiro Manuel Pacheco Talhinhos
Luís Carlos Calceteiro Serafim

José Pereira de Moura
Manuel José Fernandes

Sócios Efectivos

Alain Pons
Armando Refachinho Mourão
Bernardo Antero Pereira da Silva Barbosa

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES



Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo

Data: 2019

Dimensão: 90 x 70 cm

Mancha: 76x57,5 cm

Tiragem: 199 exemplares

Editor: Associação 25 de Abril

Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

- > Valor de venda ao público: 1.200,00€
- > Valor para Sócios da A25A: 900,00€
- > Valor de lançamento, exclusivamente destinado aos Sócios da A25A, com quotização regularizada e no máximo de 2 exemplares por sócio, cuja inscrição/pagamento tem prazo limitado até 31 de Julho de 2019: 600,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

ACTIVIDADES NO FÓRUM **SALGUEIRO MAIA**



Apresentação do livro *25 de Abril de 1974, Onde estávamos?*, uma iniciativa da AEP61-74 - Associação dos Exilados Políticos Portugueses

O Fórum Salgueiro Maia, um espaço situado nas instalações da A25A, continua a acolher eventos de natureza cultural ou institucional, não apenas no âmbito das suas actividades específicas, como também por solicitação de terceiros que cultivam os valores de Abril e apreciam o simbolismo da A25A. São de destacar a apresentação de livros e d'O Referencial nº 158.

O ECO DA IMAGINAÇÃO

O economista Carlos Pereira Martins é um devotado membro da A25A e é um homem de diversificados talentos artísticos, sobretudo nos campos da fotografia e da escrita. No dia 21 de Maio apresentou no Fórum Salgueiro Maia o seu livro *O Eco da Imaginação*, publicado pelas Edições Colibri. Trata-se de uma colectânea de textos, na sua maioria ficcionais, em que o autor conta histórias, descreve hábitos e analisa costumes com uma escrita escurrita e humorada, para que os nossos saberes, culturas, tradições e recordações, que ainda fazem parte integrante do nosso património genético, não se percam na espuma dos tempos.

ANOS DE BRASA

No dia 7 de Outubro foi apresentada a colectânea *Anos de Brasa - contos e outros escritos*, da autoria de Luís Farinha, um historiador que, entre muitas outras actividades ligadas à cultura portuguesa, dirigiu o Museu do Aljube - Resistência e Liberdade entre 2015 e 2020. Com chancela da Editora Colibri, a apresentação foi feita pelo coronel Aniceto Afonso perante uma atenta assistência.

MARIA BELO – UMA HISTÓRIA DE VIDA

O livro *Maria Belo – Uma história de vida*, da autoria de Maria José de Matos, editado pela Âncora Editora, foi apresentado por Fernando Marques da Costa, a 6 de Novembro. Maria Belo é uma personalidade relevante da segunda metade do século XX da vida portuguesa, com um percurso profissional no domínio da psicanálise e de militância política no Partido Socialista, tendo sido eurodeputada entre 1989 e 1994.

25 DE ABRIL, ONDE ESTÁVAMOS

No dia 19 de Novembro foi apresentado o livro *25 de Abril de 1974, Onde estávamos?*, uma iniciativa da AEP61-74 - Associação dos Exilados Políticos Portugueses -, que inclui 47 depoimentos que relatam experiências muito diversas em relação ao 25 de Abril. O livro foi apresentado pelo coronel Rosado da Luz e pelo historiador João Madeira, tendo a actriz e encenadora Maria do Céu Guerra lido um poema alusivo àquela data libertadora.

ABRIL: SONHOS, SUCESSOS E FRACASSOS

No dia 10 de Dezembro foi apresentada a obra *Abril: Sonhos, Sucessos e Fracassos*, constituída



Vítor Sarmiento e Francisco Naia na apresentação do CD no Fórum Salgueiro Maia

por três volumes, editada pela Editora Colibri. O autor, José de Almeida Serra, é um economista que integrou o IV e o V Governos Provisórios, foi Ministro do Mar no IX Governo Constitucional e integrou a equipa responsável pela operação que em 1975 proporcionou o retorno a Portugal de algumas centenas de milhares de cidadãos, em especial de Angola.

O REFERENCIAL 158

A edição n.º 158 d'*O Referencial*, relativa ao período de Julho a Setembro de 2025, foi apresentada a 5 de Novembro.

Nesta edição de 148 páginas destaca-se a excelente fotografia panorâmica que ilustra a capa e que mostra a enorme participação popular que teve o tradicional desfile do 25 de Abril na Avenida da Liberdade, em Lisboa. O tema das comemorações e do interesse que suscitou em diferentes eventos culturais, incluindo exposições, concertos, edições e outras iniciativas, no país e no estrangeiro, também é tratado em diversos apontamentos que mostram como a celebração foi participada, vibrante e transversal a diferen-

tes áreas sociais e culturais da nossa sociedade. Seguem-se os habituais temas que são destacados no editorial e que muito enriquecem a nossa revista, como “Abril e os Jovens”, “Janelas sobre o Mundo”, “Um Mundo Novo”, “História e Memórias”, o novo tema “Abril e os Arquivos” e também “Figuras de Abril”, dedicado a Carlos de Matos Gomes.

A edição é completada com um Suplemento *online* com 90 páginas, que permite alargar e enriquecer os conteúdos da edição impressa.

APRESENTAÇÃO DE DISCOS

O nosso sócio Vítor Sarmiento, um permanente apoiante de actividades culturais promovidas pela A25A, teve a iniciativa de propor uma sessão de apresentação de alguns dos seus CD's, em colaboração com Francisco Naia, outro habitual apoiante das actividades da nossa Associação. A sessão aconteceu no dia 3 de Julho, tendo permitido que se ouvissem muitas das canções dos anos 1970, que permanecem no imaginário daqueles que viveram o 25 de Abril de 1974.

COMUNICADO DA A25A - LUTAR PELO CENTRO INTERPRETATIVO DO 25 DE ABRIL

O REFERENCIAL



LIBERDADE, DEMOCRACIA,
25 DE ABRIL



REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | Nº 158 | JULHO - SETEMBRO 2025

HOMENAGEM A JOSEP SÁNCHEZ CERVELLÓ



Josep Sánchez Cervelló, na foto com a facha amarela, foi condecorado pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública

O Presidente da República condecorou o historiador espanhol Josep Sánchez Cervelló com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública. A cerimónia realizou-se no dia 17 de Setembro de 2025, no Palácio de Belém, em Lisboa.

O galardoado foi professor catedrático na Universidade Rovira i Virgili, cujo principal *campus* se localiza na cidade catalã de Tarragona, sendo um especialista em temas portugueses. A distinção concedida ao professor Josep Sánchez Cervelló resulta do reconhecimento dos importantes estudos que tem feito sobre Por-

tugal, o 25 de Abril, a Revolução e a Descolonização, entre os quais se destacam:

- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993;
- *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa (1974-1975)*. Mérida: UNED, 1998;
- *Portugal, del Imperio a las Repúblicas: Tres aproximaciones a su historia contemporánea*. Tarragona: Publicacions URV, 2023.

Assistiram à cerimónia várias personalidades e a A25A esteve representada pelo seu presidente da Direcção Vasco Lourenço e pelos seus sócios Martins Guerreiro e Aniceto Afonso.

A proposta de condecoração foi subscrita pelos coronéis Vasco Lourenço e Aniceto Afonso e pelo amigo António Vitorino e pelos seguintes professores universitários e do ensino superior: António Pires Ventura, Fernanda Rollo, Fernando Rosas, Luísa Tiago de Oliveira, Luís Farinha, Luís Reis Torgal, Manuel Loff, Maria Inácia Rezola, Pedro Aires de Oliveira, Rui Bebiano e Sérgio Rezendes.

A A25A congratula-se com a distinção atribuída ao nosso amigo e colaborador d'O *Referencial* Josep Sánchez Cervelló e manifesta a sua satisfação ao próprio e à família.

OFERTAS À BIBLIOTECA DA A25A

A Biblioteca da A25A foi enriquecida com a oferta dos seguintes livros:

25 de Abril de 1974 - Onde estávamos?, AEP74 – Associação Exilados Portugueses

25 de Novembro: Um passo nos caminhos da Democracia, Comissão 50 anos do 25 de Abril

50 Anos de Independência - A descolonização portuguesa e os seus legados, Comissão dos 50 anos do 25 de Abril

Abril, sonhos, sucessos e fracassos, de José de Almeida Serra

Memórias da Guerra Colonial, de Nuno Roque da Silveira

Como mudamos em 50 anos, de Carlos Coimbra e Filipa Carvalho

Eusébio e as sete Gôndolas, relatos e etapas, de Augusto Rozeira de Mariz

Lenços negros, Lenços brancos (confessores da Pátria), de Manuel Maria Martins Lopes

Maria Belo, uma história de Vida, de Maria José de Matos

O Sistema da Guerra, de Liberato Fernandes

Revolução – A Construção da Democracia Portuguesa, de Maria Inácia Rezola

Sérgio Godinho, por Rita Carmo

Venham mais cinco - O olhar estrangeiro sobre a Revolução portuguesa - 1974-1975, de Sérgio Trafaut

2025: UM ANO DE INICIATIVAS EDITORIAIS

A Revolução de 25 de Abril continua a inspirar autores e editores, com muitas obras publicadas ao longo de 2025

UMA DAS ÁREAS EM QUE, 50 anos depois, foi mais notória a evocação do 25 de Abril de 1974 e dos valores da Liberdade, da Democracia, da Paz, da Justiça Social e do Estado de Direito aconteceu na cultura, sobretudo com a produção editorial sobre a temática da Revolução dos Cravos e de todos os seus aspectos históricos, culturais e políticos, através de narrativas históricas, biografias, ensaios, memórias e, ocasionalmente, crónicas e textos de ficção. O número de autores e de obras publicadas durante o ano de 2025 alusivas ao 25 de Abril de 1974, aos tempos que o antecederam e ao que se passou depois é verdadeiramente impressionante e mostra como 50 anos depois, o 25 de Abril está bem vivo no seio da sociedade portuguesa.

Nesse campo específico da edição destaca-se, naturalmente, o importante apoio dado às iniciativas editoriais pela Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, sobretudo a reimpresão de obras de referência esgotadas.

As edições que *O Referencial* aqui apresenta

são uma homenagem aos autores e aos editores que, com a sua iniciativa, honraram a memória histórica do 25 de Abril e dignificaram a cultura portuguesa.

ALGUMAS EDIÇÕES DE 2025

AAVV - Manuel Martins Guerreiro, com a colaboração de Mário Simões Teles, José Aires da Silva, Fernando Caldeira Santos e António Possidónio Roberto, *A Marinha de 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975 – As Sequelas Profissionais*. Lisboa: Edições Colibri, Novembro de 2025 (ISBN: 978-989-566-544-0);

ALMEIDA, Sónia Vespeira, *Construir a Revolução – O 25 de Abril e a Dinamização Cultural do MFA*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, Janeiro de 2025 (ISBN: 978-989-671-913-5);

ALVAREZ, José, *Amílcar Cabral – O Africano que Abalou o Império*. Lisboa: Âncora Editora, Abril de 2025 (ISBN: 978-972-780-994-3);

BRUNEAU, Thomas e Alex MacLeod, *A Política no Portugal Contemporâneo – Os partidos e*

a consolidação da democracia. Lisboa: Edições Tinta-da-china, Abril de 2025 (ISBN: 978-989-671-929-6);

BURCHETT, Wilfred, *O Golpe dos Capitães – Da Ditadura à Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Edições 70, Outubro de 2025 (ISBN: 978-972-442-924-3);

CACHÃO, Fernanda, *O Estado Novo em 101 objectos – Uma Montra da Ditadura Portuguesa*. Alfragide: Editora Lua de Papel, Maio de 2025 (ISBN: 978-989-236-373-8);

CANÁRIO, Rui, *Não há Morte para o Vento – Testemunhos sobre a Ditadura e a Revolução*. Lisboa: Edições Colibri, Junho de 2025 (ISBN: 978-989-566-524-2);

CARDOSO, Rui, *Breve História do PREC*. Alfragide: Oficina do Livro, Abril de 2025 (ISBN: 978-989-581-403-9);

CASAS, Aldo e António Louçã, *O PREC e o Relógio das Revoluções*. Lisboa: Edições Pardifal, Setembro de 2025 (ISBN: 978-989-362-351-0);

CASTANHEIRA, José Pedro, *Histórias da PIDE – Quando Salazar mandava*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, Outubro de 2025 (ISBN: 978-989-671-984-5);

CLEMENTE, Manuel Duran, *O 25 de Abril que Novembro Traiu*. Lisboa: ModoCromia, Maio de 2025 (ISBN: 978-989-362-233-9);

FARINHA, Luís, *Anos de Brasa – Contos e outros escritos*. Lisboa: Edições Cotovia, Outubro de 2025 (ISBN: 978-989-566-548-8);

FERNANDES, Alex, *A Revolução dos Cravos – O dia em que caiu a Ditadura Portuguesa*. Lisboa: Relógio D'Água, Junho de 2025 (ISBN: 978-989-783-566-7);

FONSECA, Pedro Frostes da, *Verão Quente de 1975 – Tudo era Permitido*. Lisboa: Guerra e Paz Editores, Maio de 2025 (ISBN: 978-989-576-247-7);

FONSECA, Pedro Prostés da, *Os Putos do PREC – Os Estudantes no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Guerra e Paz Editores, Março de 2025 (ISBN: 978-989-576-164-7);

GARCIA, Filipe, *Breve História do 25 de Novembro*. Lisboa: Ideias de Ler, Outubro de 2025 (ISBN: 978-989-740-379-8);

GOMES, Carlos de Matos, *Otelo, o Herético – Do 25 de Abril às FP 25*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, Setembro de 2025 (ISBN: 978-989-671-974-6);

GOMES, Pedro Marques (coord.), *O Jornal Está na Rua – A Imprensa no Centro da Revolução*. Lisboa: Âncora Editora, Abril de 2025 (ISBN: 978-972-780-997-4);

HENRIQUES, Joana Gorjão, *Colonos, Retornados e a Revolução por Cumprir*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, Abril de 2025 (ISBN: 978-989-671-932-6);

LOURENÇO, Vasco, *Memórias de um Capitão de Abril – O 25 de Novembro de 1975*. Lisboa: Âncora Editora, Novembro de 2025 (ISBN: 978-989-591-033-5);

MARQUES, Fernando Pereira, *A arte de ser português – Uma aprendizagem durante o Estado Novo*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, Junho de 2025 (ISBN: 978-989-671-939-5);

MARQUES, Fernando Pereira, *Uma sociedade fechada e os seus inimigos – O Portugal de Salazar*. Lisboa: Gradiva, Janeiro de 2025 (ISBN: 978-989-785-332-6);

MARQUES, Regina e outros, *Mulheres na Luta contra o Fascismo e o Colonialismo*. Lisboa: Edições Colibri, Abril de 2025 (ISBN: 978-989-566-504-4);

MATOS, José, *Atlas Histórico do 25 de Abril*. Lisboa: Guerra & Paz, Março 2025 (ISBN: 978-989-576-165-4);

MATOS, Maria José de, *Maria Belo – Uma história de vida*. Lisboa: Âncora Editora, Setembro de 2025 (ISBN: 978-989-591-023-6);

MOURA, Paulo, *25 de Novembro – O retrato de um país dividido*. Lisboa: Objectiva, Novembro de 2025, (ISBN: 978-989-583-573-7);

PIMENTEL, Irene Flunser, *Relações Perigosas - A Cumplicidade da PIDE com as Secretas Internacionais*. Lisboa: Temas e Debates, Outubro de 2025 (ISBN: 978-989-644-932-2);

PINTO, Pedro Ramos, *A Cidade e a Revolução – Lutas Urbanas em Lisboa*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, Agosto de 2025 (ISBN: 978-989-671-963-0);

REZOLA, Maria Inácia, *Revolução – A construção da Democracia portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, Novembro de 2025 (ISBN: 978-972-208-747-6);

SERRA, José de Almeida, *Abril – Sonhos, Sucessos e Fracassos*. Lisboa: Edições Colibri, Outubro de 2025 (ISBN: 978-989-566-509-9);

SILVA, Augusto Santos, *Arte, Identidade e Revolução – O 25 de Abril pelo prisma da Cultura*. Lisboa, Edições Tinta-da-china, Outubro de 2025 (ISBN: 978-989-671-981-4);

SILVA, Raquel Beleza da, *Histórias de vida da luta armada antes e depois do 25 de Abril*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, Maio de 2025 (ISBN: 978-989-671-938-8);

TORGAL, Luís Reis, *Quatro personagens à procura de Abril*. Lisboa: Temas e Debates, Março de 2025 (ISBN: 978-989-644-900-1);

VARELA, Raquel e Adriano Zilhão, *Do 25 de Novembro aos nossos dias – História da Contra-revolução*. Lisboa: Bertrand, Novembro de 2025 (ISBN: 978-972-254-946-2);

VARGAS, Ana e Joana Pontes, *Querido Pai – Uma conversa entre ausentes. Cartas de guerra, 1961-1975*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, Julho de 2025 (ISBN: 978-989-671-951-7);

VENTURA, Carlos Campos (coord.), *25 de Abril de 1974 - Onde Estávamos?*. Lisboa: AEP 61/74 – Associação de Exilados Políticos Portugueses, Novembro de 2025 (ISBN: 978-989-350-041-5).

“OTELO, O HERÉTICO – DO 25 DE ABRIL ÀS FP 25”

Carlos de Matos Gomes, falecido em Abril deste ano, recorreu à sua excepcional erudição e nesta obra resgata o homem de convicções e contradições que foi Otelo Saraiva de Carvalho

CARLOS DE MATOS GOMES deixou-nos no passado mês de Abril e a juntar à sua importante obra literária e histórica, ainda nos legou um título em edição póstuma, organizada pelos seus herdeiros e pelas Edições Tinta-da-china, em que recusa o silenciamento de Otelo Saraiva de Carvalho, de quem era amigo próximo.

Como ele próprio refere, a iniciativa de trazer Otelo ao espaço público seria sempre considerada uma heresia, maior ainda num tempo em que domina o politicamente correto e a tentativa de consolidação de uma narrativa mentirosa sobre os acontecimentos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974.

De facto, vivemos num tempo em que a mentira tudo pode manipular para fazer uma reescrita da história de acordo com os interesses de pessoas ou de grupos específicos, perante os olhos daqueles que dela foram testemunhas, ou até actores. Essa é uma das mais graves distorções com que se pretende condicionar a memória dos portugueses.

Carlos de Matos Gomes recorreu à sua excepcional erudição e nesta obra – *Otelo, o Herético* – resgata o homem de convicções e contradições que foi Otelo Saraiva de Carvalho, corajoso para muitos e lunático para alguns, mas que foi o primeiro responsável por tornar o 25 de Abril num conjunto de acontecimentos libertadores que configuram uma revolução, pelo incentivo e pelo apoio que deu à participação popular para a mudança do regime.

Num tempo em que a narrativa sobre o período que se viveu em Portugal entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975 é cada vez mais influenciado pela desinformação e pela inverdade, a leitura do livro de Carlos

de Matos Gomes é absolutamente necessária, para que sejam denunciadas mentiras muitas vezes repetidas.

Carlos de Matos Gomes, *Otelo, o Herético – Do 25 de Abril às FP 25*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, Setembro de 2025 (ISBN: 978-989-671-974-6)



“MEMÓRIAS DE UM CAPITÃO DE ABRIL – O 25 DE NOVEMBRO”



A obra foi apresentada por Aniceto Afonso e Maria Inácia Rezola

Livro de Vasco Lourenço sobre o 25 de Novembro cuja leitura não deve separar mas unir aqueles que contribuíram, de formas distintas, para a construção da democracia

NO DIA 12 DE NOVEMBRO foi lançado, na A25A, um livro de Vasco Lourenço com o título *Memórias de um Capitão de Abril – O 25 de Novembro*. A obra foi apresentada por Aniceto Afonso e Maria Inácia Rezola. Havia grande expectativa, pelo que a sala foi pequena para acolher todos os que quiseram estar presentes, incluindo a comunicação social. Este livro é o

primeiro de uma colecção que virá a ser continuada no futuro, abrangendo um conjunto memorialístico do autor.

Sendo Vasco Lourenço um dos mais importantes atores do processo de mudança ocorrido em Portugal com a Revolução de Abril, desde os inícios do Movimento dos Capitães, em 1973, até ao fim do Conselho da Revolução, em 1982,

as suas memórias são, necessariamente, um instrumento importante e oportuno. O mesmo se aplica ao tempo que veio depois, com a criação da Associação 25 de Abril, em 1982.

Como disse Aniceto Afonso na apresentação, estas memórias “são um documento de lembrança e transmissão, têm como base a interpretação do autor, como o próprio não se cansa de afirmar, e aproveitam o momento e o ambiente atual para uma forte intervenção na situação que nos envolve. É o Vasco Lourenço que conhecemos, o eterno capitão de Abril, o presidente da Direção da A25A, o que se orgulha de ter plantado uma árvore (ou muitas), ter tido uma filha, de ter escrito um livro (ou vários) e ter pertencido ao coletivo que fez o 25 de Abril. É o Vasco protagonista de um processo complexo que os militares de Abril transformaram numa democracia, com liberdade, paz e progresso, mas que, após 50 anos, carece de refundação, de ética republicana, de justiça social, de igualdade de oportunidades, de equilíbrio e de coragem”. Por seu lado, Maria Inácia Rezola, depois de analisar os vários capítulos, propõe um pensamento geral sobre o autor e a obra, concluindo que, no fundo, “Vasco Lourenço apela à reconciliação entre os militares de Abril, lembrando

que todos – moderados ou radicais – estiveram unidos no essencial: a defesa da liberdade e da dignidade humana. O 25 de Novembro, na sua leitura, não deve separar, mas unir aqueles que contribuíram, de formas distintas, para a construção da democracia”. Quanto à questão da comemoração do 25 de Novembro, a apresentadora é explícita: “A resposta de Vasco

Lourenço é inequívoca: sim, deve comemorar-se – mas apenas se for para lembrar o que realmente aconteceu”. E continua: “Comemorar, explica, não é glorificar. O 25 de Novembro deve ser recordado como o momento em que a Revolução encontrou o seu equilíbrio, e não como uma vitória da direita sobre a esquerda. O verdadeiro dia fundador da liberdade é, e continuará a ser, o 25 de Abril de 1974; o 25 de Novembro foi o seu complemento, o dia em que se defendeu a democracia nascente”.

Ou seja, em jeito de balanço, ainda pela palavra de Maria Inácia Rezola: “No fundo, Vasco Lourenço convida-nos a reler a História com sentido de responsabilidade e de futuro. A sua voz é a de quem acredita que o verdadeiro combate de hoje já não se trava nas ruas nem nos quartéis, mas na memória, na palavra e no compromisso cívico.”



CONTRA O GRUPO DOS 80

Manuel Martins Guerreiro, Fernando Caldeira Santos, Mário Simões Telles, Psídónio Roberto e José Aires da Silva, *A Marinha de 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975 – As Sequelas Profissionais*

Em 2024 foi publicado nos *Anais do Clube Militar Naval* um texto que trouxe para o conhecimento público a actividade de um auto-denominado Grupo dos 80 que, desde Outubro de 1974 e durante vários anos depois de 1975, escondido no secretismo e na clandestinidade, acusou a Marinha de “desvio totalitário pós 25 de Abril”. A sua acção ficou conhecida pelo saudosismo do antigo regime e pelo seu envolvimento ideológico, mas também pela influência que exerceu sobre o comando da Marinha, de que resultaram acções intimidatórias e persecutórias sobre os camaradas mais envolvidos no processo democrático, pelo que em 1981 lhe foram atribuídas responsabilidades nos “191 casos de perseguição política na Marinha”. Manuel Martins Guerreiro, enquanto militar de Abril e protagonista destacado desse período de construção democrática, respondeu a esse texto com o apoio de vários dos seus camaradas marinheiros, não só nos *Anais do Clube*

Militar Naval, mas também numa edição que foi apresentada no dia 11 de Novembro último na Casa do Alentejo, destinada essencialmente aos elementos da Marinha “que não viveram os acontecimentos do 25 de Abril e do processo revolucionário que ele originou”.

Em tempos de acentuada desinformação e de uma continuada tentativa de construir uma narrativa histórica distorcida ou mentirosa sobre o 25 de Abril e os tempos que se lhe seguiram, a edição de *A Marinha de 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975 – As Sequelas Profissionais* foi uma iniciativa muito oportuna, sobretudo para denunciar o Grupo dos

80, para preservar a história da Marinha e para o esclarecimento dos seus profissionais.

Manuel Martins Guerreiro e outros, *A Marinha de 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975 - As Sequelas Profissionais*. Lisboa: Colibri, Novembro de 2025 (ISBN: 978-989-566-544-0)



REVOLUÇÃO A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

DA AUTORIA DA HISTORIADORA Maria Inácia Rezola e editado pelas Publicações Dom Quixote, o livro *Revolução – a Construção da Democracia Portuguesa* foi apresentado no Forum Salgueiro Maia da A25A por António Costa Pinto e José Pedro Castanheira, perante grande assistência, sendo dedicado aos Capitães de Abril e a todos os que se levantaram contra a ditadura, aos jovens e ao seu Pai. Escrito por quem estudou o tema, com rigor histórico e sensibilidade cultural, captando o envolvimento dos militares do MFA e a pluralidade das movimentações das forças sociais e políticas em presença, a obra procura compreender a complexidade das situações criadas pela dinâmica social e o papel desempenhado pelos militares e pelos políticos, mas procura também interpretar os movimentos das populações que, muitas vezes espontaneamente, tiveram iniciativa, procuraram soluções para os seus problemas e foram protagonistas do seu próprio destino.

Este livro de leitura acessível é um notável contributo para a compreensão do que aconteceu em Portugal entre 25 de Abril de 1974 e 25



de Abril de 1976, data da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa.

ARTE, IDENTIDADE E REVOLUÇÃO

O 25 DE ABRIL PELO PRISMA DA CULTURA

ARTE, IDENTIDADE E REVOLUÇÃO, Edições Tinta-da-china, é um ensaio em que o sociólogo Augusto Santos Silva nos relembra os livros e os filmes que nos encaminham para a revisitação do 25 de Abril e da Revolução dos Cravos e nos revela uma análise do processo político português, do ciclo colonial à integração europeia, numa inovadora perspectiva cultural.

Como é referido na sua contracapa, o ensaio explora o desafio de interpretar o 25 de Abril através “dos romances de Lobo Antunes, Saramago, Lídia Jorge, Olga Gonçalves, Almeida Faria, ou da poesia de Sophia, Sena, Ruy Belo, Knopfli, ou dos diários de Torga, Vergílio Ferreira e Natália Correia, ou dos filmes de António Reis, Seixas Santos, Fernando Lopes, Oliveira e tantos outros”.

Como exemplo maior da transformação cultural, o autor elege a reinvenção do 10 de Junho para afirmar a unidade e a nova identidade nacional, através de figuras de referência da cultura portuguesa como Vergílio Ferreira, Jorge de Sena, Fernando Namora, Vitorino Magalhães Godinho, David Mourão-Ferreira e Eduardo



Lourenço, entre outros, que substituíram as lamentáveis comemorações que anualmente se concentravam no Terreiro do Paço para idolatrar o Estado Novo e o seu mentor.



O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima | Colaborador editorial: José Armando Lopes | Coordenadores principais: Adelino Rodrigues da Costa, Lídia Praça | Coordenadores: Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, Jorge Golias, José Fanha, Rodrigo de Sousa e Castro | Conselho Editorial: Adelino Rodrigues da Costa, Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, Lídia Praça, Maria Inácia Rezola, Maria José Casa-Nova, Vasco Lourenço, Viriato Soromenho Marques | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | <https://a25abril.pt/> | <https://guerracolonial.pt/> | delegação do Norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. - 4050-092 PORTO - Telefone: 222031197 e 917583975 - Endereço electrónico: anterors@netcabo.pt ou delnorte@a25abril.pt | delegação do Alentejo: Bairro da Esperança, Edifício 2 – Bloco 3, loja R/C, 7560-145 GRÂNDOLA | Canadá: Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá info@ac25abril.ca | Fotos: Direitos Reservados | Edição gráfica: Vera Cardoso Ribeirinho | Impressão e acabamento: NORPRINT.

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'O *Referencial*.

HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO. QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.

Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.

Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.



Saiba mais em
montepio.org

